

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

OS SUBESPAÇOS RURAIS NA EXPANSÃO URBANA DE ARARANGUÁ – SC

FERNANDO GOULART ROCHA

Orientador: Dr. Roland Luiz Pizzolatti

Florianópolis, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

OS SUBESPAÇOS RURAIS NA EXPANSÃO URBANA DE ARARANGUÁ – SC

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano.

FERNANDO GOULART ROCHA

Orientador: Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti.

Florianópolis, 2004.

Aos meus avós, Edmundo e Valmi, por acreditarem em nossos sonhos e não medirem esforços para que se concretizassem. Pelo que representam para mim.

Agradecimentos

- A minha família que me concedeu os princípios éticos de cidadania. Por fazerem das inquietudes de um estudante, extensão de suas preocupações.

- Aos meus pais, Hélio e Nádia, por fazerem de nossas conquistas, suas.

- Ao professor Roland Luiz Pizzolatti, que se tornou ao longo dos últimos anos mais que um orientador, um amigo. Assim, deixo expresso minha gratidão pela gentileza em aceitar o convite para a orientação da pesquisa, pelas sugestões de leituras, pela acolhida em sua residência, pelos incentivos nos momentos difíceis.

- Como fonte teórica e de apresentação de bibliografias, sou igualmente grato aos professores Elson Manoel Pereira, Clécio Azevedo da Silva e Leila Christina Dias, que acrescentaram novas possibilidades e perspectivas à abordagem do tema.

- Aos professores Antônio César Becker, Edel Ern, Joana Sueli de Lázari, Maria Celina Crema e Rudynei da Silva, pelos ensinamentos e paciência que tiveram comigo durante o curso, por compreenderem minhas ausências. Agradeço pelo aprendizado acadêmico, pelas oportunidades, pelos usos “técnicos” do Núcleo de Educação e Comunicação (CED – UFSC).

- Ao Marcelo Tomáz da Silva e a Mariesa Toldo, pelo convívio agradável no primeiro ano do mestrado que se tornou inesquecível. Na memória ainda são vividas as lembranças dos bons papos, da solidariedade festiva, da amizade e dos cafés.

- A Gisele Leite de Lima, pelos estímulos e disposição contínua em compreender minhas angústias. Pela confiança, atenção aos mapas e companhia imprescindível na busca de materiais.

- A Fernanda Hammes, pelas ajudas e contribuições nos debates de cunho sociológico e epistemológico. Por apresentar um vasto e rico caminho a trilhar que se mostrou fundamental a concretização do estudo. Por receber com tantos cuidados um hóspede inconstante em sua casa.

- Aos meus colegas do curso de mestrado, em especial a Silvia, Fabi, Marcellos, Ildfonso, Gisele, Ale e Fran, pelos ensinamentos, aconselhamentos e apoios.

- A CAPES pelo financiamento que viabilizou a concretização da pesquisa.

- Ao Paulo, pela disponibilização do material cartográfico do setor de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Araranguá; aos funcionários do IBGE de Florianópolis e Araranguá pelos dados censitários.

- A todos que me ajudaram a conclusão do trabalho, aos entrevistados e aqueles que por ventura tenha eu esquecido.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

i

1. AS ESPECIFICIDADES DAS RELAÇÕES ENTRE O CAMPO E A CIDADE

16

2. ARARANGUÁ: CONSOLIDAÇÃO DA URBANIZAÇÃO E AS CONFIGURAÇÕES
DO TERRITÓRIO DA CIDADE

38

2.1 Povoamento e Evolução Econômica

45

2.2 Expansão Urbana e Modificações no Espaço Rural

58

3. A DINÂMICA E A VIVÊNCIA RURAL NA CIDADE

86

3.1 Dinâmica de Trabalho e Subespaços Rurais em Araranguá

95

3.2 A Redescoberta do Território e a “nova” ruralidade

116

CONSIDERAÇÕES FINAIS

139

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

149

LISTA DE CARTOGRAMAS

1. Localização da Área de Estudos	ix
2. Fortalecimento e Transferência na Circulação de Bens e Capital entre os Centros Urbanos do Sul de Santa Catarina	55
3. Evolução Político – Administrativa	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total	54
Quadro 2: Brasil População Urbana e Rural em Relação à População Total	59
Quadro 3: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total	62
Quadro 4: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total	63
Quadro 5 : Brasil - População Urbana e Rural em Relação à População Total	66
Quadro 6: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total	66
Quadro 7 : Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total	67
Quadro 8: Brasil - População Urbana e Rural em Relação à População Total	72
Quadro 9: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total	74
Quadro 10: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total	77
Quadro 11: Brasil - População Urbana e Rural em Relação à População Total	78
Quadro 12: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total	79
Quadro 13: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total	82
Quadro 14: Valores comparativos de Rendimentos na Produção Leiteira	105

RESUMO

O trabalho se preocupa em compreender o processo de transposição campo-cidade da população e a assimilação de áreas rurais pela expansão urbana de Araranguá – SC. A referida temática tem em vista que os referidos fenômenos concretizam territorialidades específicas por meio de atividades e hábitos do campo na cidade. A pesquisa busca compreender então, a dinâmica e a vivência presente nos subespaços rurais, bem como o movimento de expansão da cidade que resulta em abarcar áreas rurais em seu entorno. Os procedimentos metodológicos contemplam dois momentos, ou seja, obtenção de dados primários e secundários e abordagem teórica vinculada a diagnosticar as especificidades dos subespaços rurais ao longo do *continuum* rural-urbano. O estudo constatou que a intensa e constante expansão urbana de Araranguá nas últimas décadas ocorreram sob a configuração singular das estruturas dialéticas entre o rural e o urbano. A partir do alastramento da malha urbana, destacaram-se as discontinuidades da cidade, confirmando que o processo de urbanização araranguaense não ocorreu de maneira homogênea. Assim, embora a cidade permaneça alastrando-se sobre as áreas rurais, não há por outro lado, um “modo de vida” contínuo. A população proveniente das áreas rurais e inseridas na cidade mantém-se atrelada ao campo, consolidando subespaços rurais na malha urbana e convivendo de forma contraditória aos pressupostos da dinâmica da cidade.

ABSTRACT

This article worries about to understand negociete process city-countries of popular and country área assimilation by urban expansion of Araranguá – SC. This subject has round some phenomenon what make specific territoriality for habits and activities from country in the city. The search quests to understand then, the vivence and dynamic present on countries underspaces well like expansion movement city what result in see countries area in their back. The metodologics produce contemplate two moments or, get first and second data and theorist accost to do a diagnose the underspaces countries specific along of *continnum* urban-country. This study sees that usually expansion urban of Araranguá on the last decades occurred beneath singular configuration dialectic's structures between urban and country. Hereafter ragement of urban mesh stand out city un-continuates its onfirm what urban process araranguaense do not occur on smooth way. Then, although the city still rage on countries area, there is not a "life way" continuos. The population by countries area insert in the city keeps it harness country, consolidating countries underspaces of urban mesh and living against way pressupost of city's dynamic.

INTRODUÇÃO

O Brasil passou, nas quatro últimas décadas do século XX, por um intenso processo de urbanização do território. O referido processo, conduzido pelo Estado através da adoção de medidas político-econômicas dirigidas à modernização do país, foi contemporâneo a profundas mudanças sociais e estruturais no espaço rural. Tais mudanças, materializadas pela introdução de equipamentos e insumos na produção agrícola e decorrente de políticas que se voltaram a promoção da cidade e da indústria, refletiram igualmente na consolidação de um capitalismo mais avançado.

A configuração da urbanização e os resultados do novo contexto, acrescidos das dinâmicas do capital e da ação incisiva dos agentes urbanos, contribuíram cada vez mais ao firmamento da idéia de um favorecimento da cidade em relação ao campo que, repercutiu, por vezes, no aceite para alguns autores de uma vivência urbana completa. Entre os agentes urbanos, o Estado deteve papel fundamental na construção daquele momento marcado primeiro como atrativo e, mais tarde, pela expansão da estrutura da cidade sobre o campo. A situação caracterizou-se tanto pela disposição de uma série de infra-estruturas que, por certo tempo, foram exclusivamente urbanas (o acesso a serviços de saúde, educacional, à rede telefônica, elétrica e abastecimento de água, por exemplo), como também pela função catalizadora da cidade em relação aos habitantes das áreas rurais, que passaram a incorporar-se ao trabalho nas fábricas e nas demais atividades urbanas.

Diante ao processo exposto, a concepção de uma certa expansão indiscriminada de equipamentos e artefatos técnicos nas áreas urbanas e rurais, resultando em permitir uma maior e mais complexa interação entre esses setores e conduzindo a noção de uniformidade espacial, tende a ser aceita como realidade indiscutível. Porém, os usos e os significados diferenciados de apropriação das estruturas, mostram que a noção de

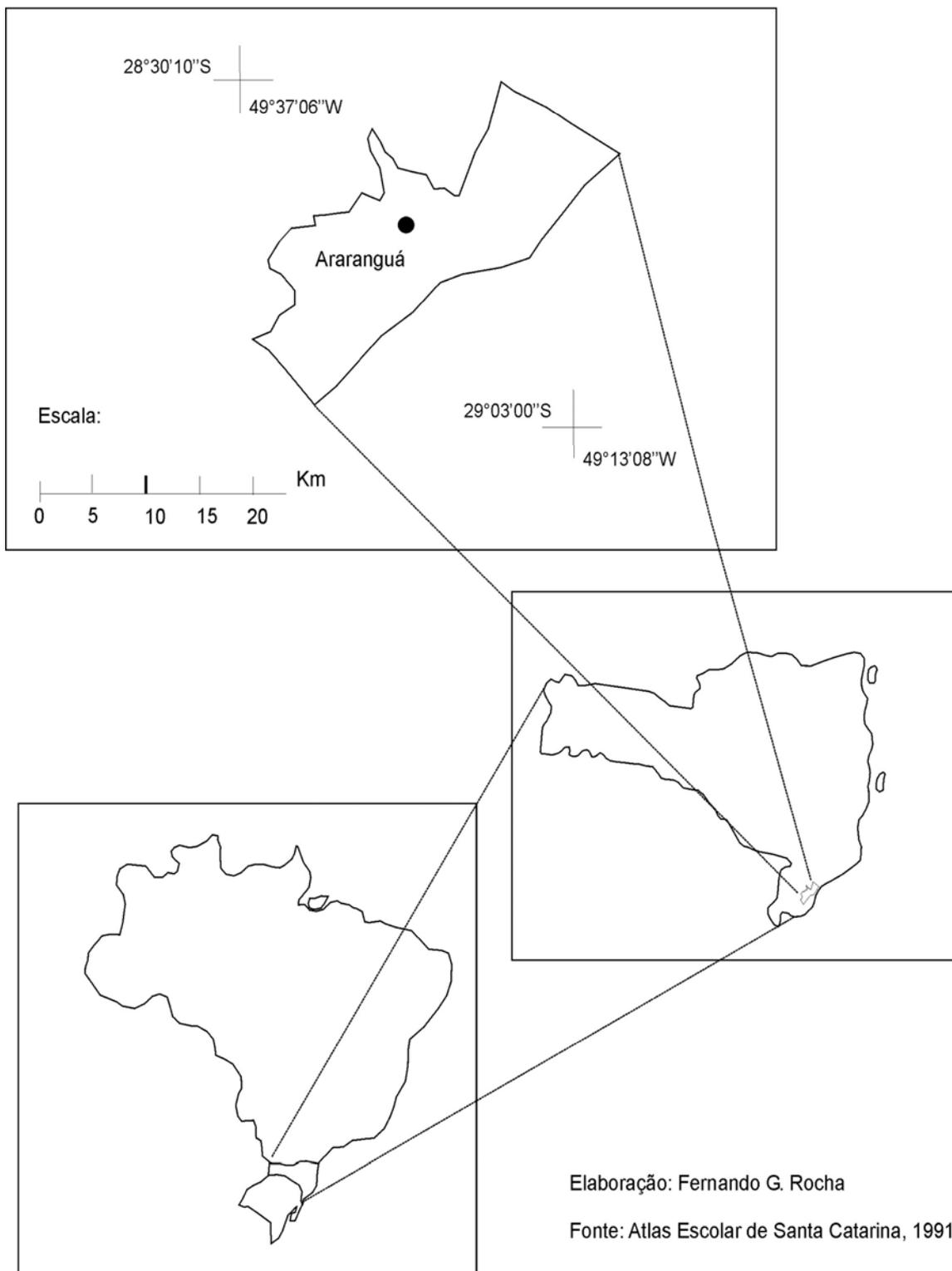
uniformidade assim constituída é apenas parcializada. Sendo restrita aos referenciais estruturais e aos objetos, tal noção restringe-se à superficialidade. Por outro lado, quando considerada a maneira pela qual a sociedade como um todo absorve e se utiliza desses equipamentos, a seletividade de acesso imposta pelo capital, bem como os diferentes níveis de influências geradas pela inserção desses objetos no interior da sociedade de classes, torna-se possível perceber que a uniformidade de fato não ocorre.

Certamente o processo de urbanização junto à industrialização do território foi evento importante e, sem dúvida, marcou sobremaneira as relações de produção, de trabalho e estreitaram as relações entre o campo e a cidade. Sob esse ponto de vista, evidente que não é possível desprezar a representatividade das funções urbanas, do modo como acontece a drenagem da renda agrícola para as cidades e a sua influência sobre parte da população rural.

Contudo, torna-se imprescindível a percepção de que os processos de urbanização e industrialização não produziram clivagens absolutas às dinâmicas e vivências da população rural de forma hegemônica. A medida em que se considera a urbanização – e a expansão urbana – como fenômenos que conduzem a uma nova racionalidade local, assim como a expansão das indústrias, repercute em uma nova lógica de reprodução do capital e às relações de trabalho, é inequívoco perceber que esses processos não são espacialmente contínuos. Sendo marcado pelas discontinuidades, o espaço urbano configura-se como espaço de diferenças e territorialidades específicas. Assim, a velocidade como se processou a urbanização brasileira e a tomada das áreas rurais não significou a renúncia completa por parte dessa população das atividades e costumes do campo no interior da cidade, formando então subespaços.

Nesse sentido, a compreensão do fenômeno da expansão urbana em Araranguá (cart. 1), município que desde a sua origem tem preservado uma estreita relação de sua base econômica com as atividades rurais, assim como possui determinado segmento da

Cartograma 1: Localização do Município de Araranguá - SC



população que continua mantendo hábitos e atividades do campo na cidade, permite margens à análise e discussões dessas descontinuidades e a presença de subespaços rurais no espaço urbano. Os subespaços rurais colocam-se seja como “vontade” ou “necessidade” dos residentes urbanos provenientes do campo em preservar suas vivências e dinâmica de trabalho no interior do tecido urbano, ou pela inclusão de áreas rurais em virtude da expansão da cidade. Em Araranguá, não é difícil notar a presença dos subespaços, que proporcionam uma paisagem diferenciada ao longo da cidade, pelas suas formas de trabalho e pela constituição de territorialidades, contribuindo ao repensar da própria essência do município. Além disso, a identificação e as considerações pertinentes às dinâmicas e a organização dos subespaços rurais, vem a contemplar e reafirmar a proposta da existência de um *continuum* rural-urbano, buscando superar a dicotomia campo-cidade perante a idéia de limites rígidos, em geral pouco eficientes, em distinguir a população rural da urbana. Sob essa perspectiva, ressalta-se que inevitavelmente o levantamento e as discussões geradas a partir das unidades consultadas neste trabalho e os subespaços rurais que instituem na cidade, representam subsídios à reavaliação das atuais metodologias de contagem da população desses dois setores no país.

A atual metodologia adotada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na contagem da população rural e urbana atrelada às definições do perímetro urbano pelas secretarias municipais, resulta, freqüentemente, em dados superdimensionados da população urbana nos municípios. No momento em que estudos dessa natureza têm vindo à tona no Brasil tanto na Geografia (MAIA, 1994; STRAMARE & HEIDRICH, 2003), quanto em outras áreas, como nas ciências agrárias (SEBEN, 2001) e econômicas (VEIGA, 1997), esta pesquisa atentou-se ao caso de Araranguá, procurando mostrar como o índice de população urbana estimada não estabelece um vínculo absoluto com a idéia de urbanidade. Como acontece em outros locais, a expansão do perímetro

urbano em Araranguá encontra-se associada à questão tributária, resultando que, desconsiderando os diferentes usos da terra e as vivências rurais, a utilização indistinta do perímetro como fronteira visível entre área rural e urbana no município torna-se comprometida.

O trabalho se atém ainda a demonstrar aspectos de uma certa ruralidade representada no espaço urbano pela população proveniente do campo que passou a integrar-se, de algum modo, a economia e o novo contexto da expansão urbana e industrial araranguense especialmente após a década de 70. Várias são as variáveis influentes sobre o entendimento adequado da permanência de subespaços rurais na cidade. Alguma dessas variáveis pretendeu-se definir com a intenção de verificar a ocorrência de um determinado padrão de localização do referido fenômeno de acordo com a realidade estudada.

A apresentação da pesquisa buscou seguir trilhas provenientes da hipótese inicial sustentada na proposição de que é por meio da reprodução do capital e de sua lógica contraditória, que subespaços rurais encontram-se presentes no espaço urbano, compondo um quadro heterogêneo ainda que articulado. Assim posto, na tentativa de conceber uma análise considerando as especificidades dos subespaços na organização econômica e espacial de Araranguá, contemplando o movimento de expansão urbana da cidade, o estudo aborda a referida temática conforme colocado a seguir.

O primeiro capítulo apresenta concepções sobre o processo de urbanização e industrialização nas cidades e de que modo esses processos repercutem em alterações da vida social como um todo. A proposta é a de confrontar e compartilhar o pensamento de autores de correntes epistemológicas distintas que pretenderam, de alguma forma, analisar o contato rural-urbano.

O capítulo procura mostrar que o avanço da cidade sobre as áreas rurais não é caso exclusivo do Brasil, mas ao contrário, compreende fenômeno presente em outros

países capitalistas que modernizaram a produção agrícola e por conseqüência sentiram a transferência de parte da população rural para as cidades. Entretanto, a incorporação desta população de origem rural à economia e a vida urbana, nem sempre significou o despojamento das atividades rurais praticadas pelo grupo familiar em sua propriedade.

Na Itália, Zerbi (1979) utilizou o conceito de “áreas periurbanas” para categorizar as formas e as configurações do contato rural-urbano no território. Nos Estados Unidos, uma extensa tradição em pesquisas preocupadas em encontrar as “essências” da ruralidade e da vida urbana, remotam desde a segunda década do século XX. Naquele país, as contribuições ao referido assunto partiram, principalmente, da sociologia e somente mais tarde alcançaram outras ciências sociais, entre elas a geografia.

Na França, estudos desse cunho foram contemporaneamente realizados Henri Lefébvre. A iniciativa de Lefébvre se deve possivelmente a aproximação do autor de teóricos marxistas preocupados tanto com a construção de um objeto do “mundo urbano” quanto do “mundo rural”. Tal aproximação permitiu ao pensador não apenas “transitar” entre áreas do conhecimento diferenciadas, como em promover a observação e a concepção da cidade sob a égide do capitalismo, que entre outras, favorece o conflito rural x urbano.

No Brasil, análises acerca da interação entre áreas rurais e urbanas são relativamente recentes e datam, principalmente, das duas últimas décadas do século passado, quando de fato tornou-se possível se falar em uma urbanização brasileira. Entre os autores que se dedicaram as análises, o capítulo reporta-se a Freyre (1982), que é reconhecidamente o pioneiro na idéia do “rurbano” como essência das cidades brasileiras, e ao trabalho de Maia (1994), que buscou levantar e compreender a presença de subespaços rurais na cidade de João Pessoa, Paraíba.

O segundo capítulo concentra-se em historicizar o processo de urbanização araranguense e as transformações ocorridas no espaço rural e urbano do município,

sobretudo no decorrer do século passado. Neste capítulo, a proposta é a de criar condições de relacionar os fenômenos de urbanização e industrialização em âmbito local, com as políticas estaduais e nacionais que convergiram a confirmar a tendência do firmamento dos referidos fenômenos em diferentes escalas.

A preocupação em analisar as condicionais locais e regionais, visou possibilitar um panorama peculiar ao entendimento das questões que levem à gênese da “vocação” rural de Araranguá. Para tanto, a transição entre as escalas – e suas interdependências – mostraram-se fundamentais a concepção de um estudo mais abrangente. Quanto a este propósito, acrescenta-se a restrição por vezes imposta pela escala local, no caso de Araranguá, na medida em que somente nas últimas décadas do século XX o município adquiriu a configuração territorial atual. A discussão levantada remete-se a reflexão dos contornos assumidos pela expansão urbana e os novos pressupostos fundados a partir dos impulsos do trabalho e das funções urbanas sobre a população, mantenedora de atividades e hábitos rurais na cidade.

O capítulo tr s volta-se ao estudo do caso araranguense a partir dos dados levantados na pesquisa de campo, ressaltando de que modo os subespaços rurais representam a confirmação de dinâmicas e vivências específicas no contexto do espaço urbano da cidade. O interesse é mostrar esses subespaços rurais como resquícios do “mundo rural”, por meio de atividades e heranç as da vida no campo no interior da economia e da “cultura” urbana.

No capítulo, a pretensão do debate consiste em salientar as particularidades dos subespaços rurais em Araranguá através de suas similaridades e diferenciações diante a realidade da paisagem construída. A perspectiva de uma construção social do espaço urbano de forma heterogênea e articulada baseia-se na idéia de que a presenç a de subespaços rurais evidencia traços e sentidos da expansão urbana araranguense, e se configura, pela assimilação de áreas e da população rural ao movimento da cidade. Logo,

procura-se tornar evidente que, embora os anseios do Estado e de outros agentes urbanos visem a promover uma urbanização e um “modo de vida total”, essa homogeneização é freqüentemente incompleta.

Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa consistiram na adoção de técnicas e abordagens teóricas que visaram produzir uma análise ampliada e não fragmentada a respeito do *continuum* rural-urbano em Araranguá. Neste sentido, os procedimentos firmaram-se em contribuir à discussão da expansão urbana do município e a presença de subespaços rurais no transcurso deste processo. Para a realização e posterior análise de áreas de contato rural – urbana, que se constituem os denominados subespaços rurais na cidade, os procedimentos metodológicos compreenderam dois momentos.

Em um primeiro momento, os procedimentos teórico-metodológicos tiveram por objetivo orientar a análise do evento pesquisado através da utilização de determinados métodos anteriormente empregados em pesquisas relacionadas ao estudo ora proposto. Na pesquisa, destacou-se como método principal aquele sugerido por Lefévre (1986 b), fundamentado em analisar as transformações dos espaços rurais, vinculadas as estruturas e as instituições “desestabilizadoras” introduzidas nestas comunidades, relacionando-as aos contextos em que ocorrem. O método, de acordo com o autor, baseia-se em avaliar as modificações percebidas ao longo do tempo histórico na constituição da paisagem e nas estruturas componentes do espaço com a ajuda de técnicas auxiliares.

A referida metodologia buscou perceber e analisar a ocorrência e a dinâmica dos subespaços rurais na composição do espaço geográfico, compreendendo as formas de organização do trabalho e assinalando os costumes rurais que permanecem ativamente presentes na cidade. Para tanto, a aplicação do método compreendeu basicamente três fases: a) *Fase Descritiva*: observação da paisagem a partir de considerações de uma

teoria geral. Observação participante no local da pesquisa, coletando dados, interagindo com os indivíduos e com o objeto, além da utilização de técnicas específicas; b) *Fase Analítico – Regressiva*: Análise da realidade e descrição a partir da observação e da aplicação de técnicas específicas. Esta etapa concentra-se na “datação”, ou seja, na descrição progressiva e temporal da evolução da paisagem; c) *Fase Histórico – Genético*: Nesta etapa ocorre o estudo e a análise das modificações que envolveram as estruturas analisadas. Propõe-se a qualificar as transformações tanto pelo crescimento interno e externo do fenômeno pesquisado, quanto compreender de que modo relaciona-se com as estruturas do conjunto.

O segundo momento envolveu a pesquisa de campo, que consistiu na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los. Os procedimentos de campo constituíram-se na presente pesquisa, de reconhecimento da área de estudos, entrevistas, consulta a instituições de pesquisa, prefeitura, e demais entidades que contribuíram ao entendimento do objeto de análise.

Para o desenvolvimento da pesquisa os dados coletados se originaram de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias constituíram na pesquisa dos dados obtidos com os residentes de áreas de contato rural – urbana e moradores da área urbana que preservam modos de vida rural na cidade, além de órgãos planejadores do espaço urbano no município de Araranguá – SC. Os dados advêm da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e questionários abertos aplicados em atividades de campo durante a realização do trabalho. As fontes secundárias utilizadas consistiram em levantamento e estudos de bibliografias, relatórios, dissertações, planos de ordenamento territoriais e estatísticas populacionais publicadas pertinentes ao período de estudo e à referida área.

1. AS ESPECIFICIDADES DAS RELAÇÕES ENTRE O CAMPO E A CIDADE

O estabelecimento de limites entre a cidade e o campo, atualmente, permanecem ainda pouco esclarecidos, tornando-se difícil a caracterização ou a justificação de uma economia, sociedade ou estrutura fundiária que possa distinguir os espaços rurais dos urbanos. As aglomerações industriais modernas que se apoderam do campo e se ampliam pelas cidades, aliados aos agentes interessados na reorganização do espaço e reprodução do capital, tem cada vez mais levado-nos a impressão de que caminhamos a uma urbanização completa.

No decorrer do tempo histórico, a cidade consolidou-se como reflexo do desenvolvimento, enquanto que o campo passou a ser concebido como atrasado e pouco dinâmico. As modificações provocadas em razão da ascensão burguesa na cidade, repercutiram entre outras coisas, na substituição da economia agrícola pela industrial. Para Lefébvre (2001), a transformação da cidade através do fortalecimento burguês distanciou as sociedades onde predominavam as relações de propriedade da terra, pela sociedade atrelada as novas formas de reprodução do capital fundadas principalmente na indústria. Sob o predomínio do capital, a cidade tomou como base o crescimento urbano vinculado à renda fundiária que passou a incorporar a lógica social dominante. A renda fundiária e a dinâmica econômica envolvida na possibilidade de explicitá-la, relacionou-se assim, a força econômica própria das sociedades burguesas, em que as categorias utilizadas para explicar a cidade, surgem primeiro a partir da indústria e não da agricultura.

Neste sentido, a expansão das cidades, no modo de produção capitalista, resultou em significativas transformações no campo. As concentrações urbanas que se

estenderam sobre as áreas rurais e as absorveram, acabaram por apresentar a construção de uma nova paisagem, representada pelas dinâmicas e vivência das populações residentes.

Por outro lado, os estudos acerca das questões urbanas, das quais têm alardeado a respeito da funcionalidade e independência da cidade sobre o campo, mostram-se pouco abrangentes quando desconsideram o espaço urbano como um mosaico de subespaços articulados, composto por grupos sociais e modos de vida distintos. As configurações das particularidades desses subespaços necessitam, assim, de uma interpretação mais apurada.

A urbanização, a medida em que avança sobre o território, tem representado uma particular relação cidade – campo que consiste na presença de subespaços rurais no espaço urbano. Como se pode observar, mesmo através do impulso e das conseqüentes transformações que tem representado a urbanização sobre as áreas rurais, este processo não significou em uma completa privação de costumes e atividades do campo pela população de origem rural na cidade.

As relações entre cidade e campo aliadas as formas que esta associação assume no urbano, contudo, de maneira alguma deve ser compreendida como um evento recente. O contato entre o espaço rural e o urbano tem se revelado como fenômeno presente ao longo da história da cidade. Embora tais relações tenham sido caracterizadas por uma possível análise interdependente entre os dois setores, no presente momento, a “interdependência” tem sido substituída por contatos de ordem demográfica, econômica e social que repercutem em específicas relações espaço – temporais e em constante confrontação entre os modos de vida da cidade e do campo.

Para Giddens (1984), o capitalismo estruturou uma associação entre o campo e a cidade que superou as delimitações pré-existentes, caracterizadas geralmente por um

espaço de produção agrícola guiado pelo sistema de produção industrial da cidade. O aumento da população rural que passou a residir na cidade foi conseqüente tanto do advento da mecanização da agricultura e da industrialização do território, quanto pela expansão contínua dos limites da cidade. A mecanização agrícola representou outras singularidades na reprodução do capital, pois salientou a reestruturação do campo e a configuração de novas técnicas agrícolas que acabou revertendo-se em benefícios para o processo de urbanização.

Apesar da mecanização agrícola não ser a única responsável pelo movimento crescente da população rural para as cidades no século XX, esta cumpriu a tarefa de elevação do exército de trabalhadores de reserva na indústria, bem como contribuiu ao aumento do mercado consumidor de novas necessidades. Pela mecanização da agricultura, ampliaram-se as ofertas de mão-de-obra disponíveis na cidade, favorecendo conseqüentemente a expansão urbana (LEFÈBVRE, 2001).

No Brasil, o intenso contingente migratório campo-cidade percebido em praticamente todas as escalas a partir de 1950, correspondeu a uma urbanização de múltiplos contrastes marcada pelas desigualdades. A urbanização caracterizou-se em conceber a cidade como local da expansão do capitalismo comercial-industrial por excelência, acompanhado de uma redução excessiva do nível de renda dos trabalhadores e de crises dos equipamentos urbanos chamados sociais (água, esgoto, transporte), como escreveu (SANTOS, 1982).

A situação colocada se exprime pelo desequilíbrio na demanda solvável de empregos e de oportunidades que, em pouco tempo, tornou desproporcional o crescimento da população urbana em relação às ofertas de trabalho disponibilizadas pelas indústrias. Nesse contexto, não é difícil perceber as razões pelas quais a urbanização foi simultaneamente influente na existência e manutenção de uma reserva de

força de trabalho. A referida situação é inerente à dinâmica da sociedade capitalista e, também, no rol das desigualdades sociais promovidas pelas contradições do referido sistema econômico. O movimento dialético presenciado conduziu substancialmente ao retorno de atividades rurais pelos habitantes que, provenientes do campo, não encontram meios a se sustentarem na cidade. Desta maneira, pelo menos dois eventos tem sido relevantes na constituição de subespaços rurais no espaço urbano: o primeiro, relacionado a expansão das cidades e a inclusão de áreas rurais e, o segundo, referido ao movimento de transição da população do campo para a cidade em busca de oportunidades.

Quanto ao primeiro evento, a existência de resquícios rurais tem se estabelecido pelo fato de que nestas áreas as atividades agrícolas permanecem presentes sem que a expansão do tecido urbano pudesse modificá-los diretamente. A produção agrícola ou as atividades rurais dos subespaços não sofreram uma ruptura. As propriedades apenas se mantiveram voltadas ao “mundo rural” e, por isto suas especificidades podem ser indistintamente compreendidas como “anomalias” intrínsecas do espaço urbano.

No segundo, a constituição dos subespaços rurais deu-se a partir da transferência da população rural para a cidade em busca de melhores oportunidades de renda e de condições de vida através de uma transferência territorial, de ordem física. Na organização da cidade contemporânea, a partir da capitalização da agricultura, uma significativa massa de trabalhadores rurais tornou-se assalariada, sendo que as áreas urbanas passaram a receber um intenso fluxo migratório do campo.

Tal fenômeno é decorrente da concepção de cidade fortalecida pelo capitalismo que a colocou como *locus* do progresso e sob o preceito de que nela estaria o sentido do desenvolvimento sócio-econômico, sendo centralizadora das trocas e das transações de riqueza produzidas pelo capital industrial e comercial. Ocorre, entretanto, que na cidade,

as populações provenientes do campo, por vezes continuam mantendo atividades e costumes rurais em virtude de não encontrarem possibilidades de se engajarem no circuito do capital urbano.

Mas essa situação não se coloca como explicação incondicional a elucidação dos subespaços rurais. Logo, torna-se possível observar que em algumas áreas da cidade não ocorreu a inserção integral da população rural a uma “vida urbana”. As áreas rurais fronteiriças à área urbana e as populações que aí vivem voltadas às atividades do campo, sob os impulsos da expansão da cidade, tornaram-se categoricamente urbanas ainda que de fato sejam rurais pela produção e pelo seu modo de vida. A tomada das áreas rurais pelo perímetro urbano, entretanto, inclui-se na política estatal de promover a cidade e seus “benefícios” em função da importância tributária das propriedades urbanas e em virtude do fortalecimento do mercado interno favoravelmente possível a se consolidar.

Consequentemente, a cidade e seu talento urbano-industrial têm convivido com o campo não apenas como um espaço dialético, mas conduzido a partir de sua expansão, à formação de subespaços rurais que representam formas espaciais distintas no interior de seu território (MAIA, 1994). O campo e a cidade têm se relacionado de maneira *sui generis*, haja vista as próprias diferenças de territorialidades exercidas sobre o espaço urbano através de sua produção, de suas organizações sociais específicas e da permanência de hábitos rurais na cidade.

De acordo com a autora acima citada, os mecanismos resultantes no estabelecimento da separação da cidade e do campo estiveram relacionados à divisão do trabalho e ao desenvolvimento das forças produtivas. Decorrente da divisão social do trabalho, o contato rural-urbano configurou-se como um movimento contraditório sendo de maneira sucessiva diluída em razão da mecanização da agricultura e da urbanização do campo.

Lefébvre (2001:178), destacou os efeitos da expansão da cidade e seu contato com as áreas rurais:

(...) a cidade estende-se desmensuradamente; ela explode. Se há urbanização da sociedade e, conseqüentemente, absorção do campo pela cidade, há simultaneamente ruralização da cidade. As extensões urbanas (subúrbios, periferias próximas ou longínquas) são submetidas à propriedade da terra, às conseqüências: renda fundiária, especulação, rarefação espontânea ou provocada, etc.

Para o referido autor, o campo e a cidade estruturam-se de forma diferente porque apresentam relações produtivas e sociais específicas. Todavia, no espaço urbano, os trabalhadores provenientes do campo tem sido arrebatadamente introduzidos em uma dinâmica de produção que os tem dificultado, bem como privados de exercer atividades rurais ou reproduzir seus meios de sustentação. Como na cidade o preço da terra é mais elevado, considerando, sobretudo, seu valor agregado de troca, dificulta-se a possibilidade do agricultor adquirir nesse espaço uma propriedade que o possibilite condições de dedicação exclusiva às atividades agrícolas. Paulatinamente, o agricultor e sua família inserem-se na dinâmica de produção da cidade e na economia urbana consolidando a demanda crescente da população que se desloca do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades e do pleno emprego.

Lefébvre (1991) asseverou ainda que no sistema capitalista, a cidade assume o papel de domínio da produção do espaço, consolidando por conseqüência, a luta de classes no interior do tecido urbano. O capitalismo tem proporcionado, a partir de sua evolução, uma cidade integrada ao campo. Concomitante a este processo tem ocorrido o atrelamento do campo aos “comandos” da cidade, e na medida em que ambos se modificam, ocorre simultaneamente transformação nas suas relações.

Nesta perspectiva, cada vez mais “trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram no campo (...), sendo que entre suas malhas, persistem ilhas ou ilhotas de ruralidade ‘pura’ (LEFÉBVRE, 1991:12)”. A partir das fragmentações e intersecções, o campo associa-se a cidade, não de forma sincrônica ou perfeitamente estruturada, mas como fenômeno intruso, reflexo do próprio sistema econômico que os organiza na produção e reprodução do espaço.

Como reflexo da relação dialética e sincrônica do espaço urbano capitalista, os subespaços rurais preservam atividades e costumes do campo em seu interior, não permitindo o desaparecimento por completo o modo de vida rural na cidade. As populações provenientes do espaço rural que residem na cidade, embora teoricamente integrantes da área urbana, constituem áreas específicas de atividades rurais neste espaço. A este respeito, Maia (1994:41) escreveu:

Cada vez mais tem-se a ampliação do tecido urbano. Este apropria-se do campo, transformando-o em território urbano, podendo então a partir daí, tirar mais uma fonte de renda. Atualmente, os elementos – luz elétrica, fogão à gaz, televisão, telefone (...) já não mais dizem respeito apenas à cidade. A vida urbana chega ao campo, fazendo-o integrante do paraíso de consumo.

Desta maneira, a cidade urbanizada e ocupada preserva vestígios do campo, fazendo com que o processo de urbanização e as terminologias campo x cidade, ou rural x urbano, tornem-se cada vez mais obscuras. A cidade é constantemente construída e reconstruída, sendo que em seu interior, estas formas confundem-se a medida em que a cidade se expande ou recebe a população proveniente do campo. Pode-se observar a existência de subespaços rurais à medida que se percorre o interior das cidades, propondo uma particular paisagem nos arranjos espaciais onde se encontram inseridos.

Torna-se possível notar a maneira e as iniciativas pelas quais ocorre à organização espacial das cidades.

Tal organização, segundo Corrêa (1995) relaciona-se às formas como ocorre o uso da terra, a segregação e a dinâmica urbana sendo singular tanto quanto são distintas as realidades existentes, embora possa haver semelhanças entre uma e outra. O autor assevera que a cidade, um espaço amplamente fragmentado, ao passo que se expande e se adensa na ocupação do espaço urbano, mantém-se atrelada ao rural, seja pelas suas relações comerciais, seja pela população proveniente do campo que passa a ocupá-la.

A este respeito, a contribuição de Zerbi (1979) ao estudo dos subespaços rurais no espaço urbano, salienta as especificidades dos contatos entre a cidade e o campo, argumentando que nestas áreas ocorre a influência incisiva da cidade, sobretudo da cidade industrial, sobre os espaços de produção agrícola. A presença de subespaços rurais nas áreas de periferia urbana aponta para uma percepção do urbano em que a cidade engloba espaços rurais e convive com a atividade rural mesmo que de forma contraditória em sua função.

Para a autora, desde a Revolução Industrial do final do século XVIII, a indústria tem sido o motor do crescimento demográfico, econômico e social da cidade, sendo que a expansão industrial tem gerado uma conseqüente urbanização que avança avassaladoramente sobre as áreas rurais. Como conseqüência, a urbanização associada a industrialização, tanto do campo quanto da cidade, tem contribuído para a atração de uma grande parcela da população rural para as áreas urbanas.

Durante o século XX, a transferência da população rural para a cidade, manteve-se como um processo presente em várias nações, em razão não apenas da industrialização crescente pelos territórios, mas em decorrência de mudanças estruturais da produção agrícola. A partir da Revolução Verde, um programa internacional iniciado na

década de 40 com o intuito de aumentar a produção agrícola, introduziu-se tecnologias avançadas no campo, culminando com a ascensão do êxodo rural, da urbanização acelerada do campo e da transferência acelerada das economias agrícolas pelas industriais.

A partir de 1950, o fenômeno urbano se impôs potencialmente e de forma expansiva na organização dos territórios, sendo que o campo foi considerado um subproduto na tentativa de definição da cidade. A revolução na produtividade agrícola foi fundamental no movimento crescente de expansão da população urbana em vários países. Daquele período em diante, o setor agrícola passou a envolver, em grande parte, uma operação altamente complexa e exigente de um volume considerável de capital, especialização técnica e de análise contínua do mercado.

No Brasil, o resultado da mecanização agrícola afetou o espaço rural como um todo, desestabilizando a vivência e as formas de reprodução do capital no campo. De acordo com MAIA (1994:36),

(...) a cidade, o campo e a própria relação entre eles sofreram alterações contínuas. Realmente já não se pode falar em uma cidade depender de um campo que a cerca e nem a existência de dois modos distintos de organização espacial. A era urbana aparece na expansão sobre o campo, no crescente despojamento dos hábitos e costumes rurais e na própria industrialização da agricultura.

Em síntese, o declínio da população rural foi dependente do momento histórico e dos processos participantes na introdução de novas tecnologias no campo, de sua ocorrência e difusão sobre as propriedades rurais e da ampliação e fortalecimento dos centros urbanos. A associação entre o declínio da população rural e o aumento da população urbana se fez observando que o referido movimento atuou inversamente entre as variáveis acima expostas, ou seja, a urbanização associada a mecanização agrícola,

compuseram processos interdependentes na concretização do referido evento. Assim, se por um lado, a população rural tem diminuído continuamente enquanto valor censitário, por outro, a população urbana é cada vez maior, sendo a cidade em boa medida, o local de residência imediato daqueles que deixam o campo.

A influência e a expansão da cidade sobre a vida rural tem sido cada vez mais presente. Como colocaram Horton & Hunt (1980:363) “a vida rural está sendo urbanizada em grande medida, já que os padrões urbanos vêm historicamente se espalhando pelas áreas rurais”. Nesse sentido, alguns autores refletem a respeito da “organização social urbanizada”, onde destacam a urbanização e a introdução dos padrões urbanos sobre as comunidades rurais (TAYLOR & JONES, 1964; ROGERS & BURDGE, 1972).

Para Zerbi (1979), o espaço rural tornou-se por si um elemento negativo no urbano, ou seja, um espaço residual. Segundo a autora, como não é possível formular uma definição simples e universal do rural e do urbano, resta compreendê-los a partir de suas indefinidas fronteiras. Assim, a paisagem, bem como as categorias territoriais e sociais criadas na confluência entre o rural e o urbano, consolidam os espaços periurbanos. Esses espaços são conceituados como aqueles que apresentam uma variedade de elementos urbanos, como centros comerciais, instalações industriais, habitações familiares, componentes de uma relativa uniformidade democrática da cidade.

A paisagem periurbana, entretanto, não é traduzida como ‘estruturas espaciais’, pois não são propriamente urbanas ou rurais, elas exprimem uma situação intermediária, um estado de transição. Esta paisagem sustenta a forma primeira da diferença espacial, pela inércia que se opõe a troca e o relativo retardo na transformação econômica e social, consolidando-se como ponto de vista obrigatório para se analisar a evolução da cidade e do campo na sociedade industrial moderna.

As áreas de contato rural-urbana constituem-se teoricamente em um estímulo a uma outra concepção do território da cidade, sendo denominada por alguns especialistas de “franjas – urbano - rurais”. A noção de franja deve ser entendida como uma área distinta ao redor da cidade em que se misturam características urbanas e rurais levando-se em consideração a noção de ‘franja’ como uma entidade social, resultante de uma comunidade que apresenta marcas psicológicas e sociológicas próprias (ZERBI, 1979).

Conforme a autora, as diferenças em um sistema cultural que muito se insiste em chamar de urbano, na realidade representa a expressão de uma sociedade industrial capitalista tendendo a cancelar a especificidade da sociedade citadina e rural. A “uniformização” da sociedade compreende a superação do sistema de valores e de comportamentos que progressivamente atuam sobre as populações da cidade e do campo.

A diferenciação entre o rural e o urbano também tem se estabelecido como interesse crescente entre os geógrafos na tentativa de melhor compreender a dinâmica do espaço, haja vista que na maior parte dos países, a diferenciação tem se dado através de critérios não ecumênicos. Os critérios resultam, geralmente, em considerar os valores demográficos e expressá-los em número de habitantes, não sugerindo, porém, uma comparação espacial e temporal do fenômeno urbano-rural.

Em nações como a França, Itália, Grécia e Espanha, o critério adotado é o patamar populacional. Através do patamar populacional, localidades são denominadas rurais quando sua população total enquadra-se em um determinado limite populacional. Quando acontece a extrapolação deste limite, atingindo um patamar populacional seguinte, pré-determinado e variável entre países e regiões, as localidades passam a serem denominadas como urbanas.

No Chile e em Israel, as delimitações entre as áreas rurais e urbanas são realizadas pelo critério do peso econômico e da ocupação da mão-de-obra na agricultura. O referido modelo considera rural onde chefes de família estejam envolvidos pelo menos de um terço em atividades agrícolas. A ocupação da mão-de-obra na agricultura consiste assim, em um indicador da ruralidade.

Para a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o critério de densidade demográfica é considerado como o mais adequado na proposta de estudar a dimensão territorial do desenvolvimento e na organização entre fronteiras do rural e do urbano entre os seus países membros. O modelo utiliza como critério de delimitação rural – urbana o limite de habitantes por quilômetro quadrado de uma determinada localidade. A partir do valor da concentração populacional, define-se tipologia de uma área. A partir deste critério, a OCDE definiu como caracterização do nível de densidade regional, três categorias principais: 1) regiões consideradas essencialmente rurais, onde mais de 50% da população são habitantes de áreas rurais; 2) regiões relativamente rurais, onde entre 15% e 50% da população são habitantes de áreas rurais; 3) regiões essencialmente urbanas, onde menos de 15% da população habitam áreas rurais.

Em países como o Brasil, o Equador, a Guatemala, El Salvador e a República Dominicana, prevalece o modelo de delimitação administrativa para distinguir as áreas urbanas das rurais. O modelo é caracterizado pelas decisões do poder público local na estipulação de limites entre estas áreas, e onde toda sede de município é considerada cidade. Assim, cada vez mais os espaços – rural e urbano – tem suas fronteiras confundidas permanecendo subespaços distintos territórios que são indiscriminadamente denominados urbanos.

Considerando tal fato, Freyre (1982), analisou o contato campo-cidade a partir da idéia de rurano. Segundo o referido autor, a configuração territorial rural-urbana no Brasil, permitiria a concepção do homem como um ser que pudesse conviver e apresentar as virtudes do campo e da cidade. Assim, a vida urbana poderia integrar-se harmonicamente as práticas rurais com a natureza e os costumes do campo. Assim, destaca o autor o que significa rurbanização:

É um processo de desenvolvimento sócio-econômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo : rurbanos (FREYRE, 1982:57).

O rurano, no pensamento do cientista, procura compreender a rurbanização como solução para as cidades brasileiras a partir da junção entre o rural e o urbano. A exclusividade do pensamento político-econômico sobre a cidade explica conforme o autor, a exclusão do campo e de suas atividades diante a intenção de instituir o sistema urbano como a perspectiva irreversível ao espaço rural contribuindo para a transformação de suas arcaicas formas de vida.

Freyre, estando interessado na elaboração de propostas de planejamento e ordenamento territorial para os denominados espaços 'físico-sociais', procurou refletir sob a perspectiva socioecológica, os fenômenos recorrentes na relação entre os espaços e as possibilidades em se conceber um maior equilíbrio ambiental entre campo e cidade, evitando a superação de um sistema pelo outro. Diante esse prisma, sustenta a harmonização entre os "contrários": o rural e o urbano.

Segundo Froehlich (2000), tal concepção de harmonia defendida por Freyre (1982), originou-se da crítica que o autor fez do desenvolvimento glorificador do 'pendor urbanóide-industrialóide', que implantado no país foi causador de diversos tipos de

desequilíbrios: ecológicos, demográficos, geográficos, de renda e de condições de vida. A idéia de conciliar os “contrários” (rural e urbano), defendida pelo pensador, surgiu do aceite da tipologia proposta por Galpin (1986) de se criar na cidade uma “vida mista”, expressada pelo neologismo inglês *rurban*. A utilização do vocábulo traduzida para o português para *rurbano* foi utilizada pela primeira vez por Freyre em 1945 em uma de suas obras introdutórias à Sociologia.

O significado de *rurbano* é a tentativa de estabelecer uma relação coerente entre situações ou estados contrários, ou segundo o estudioso: “uma situação intermediária entre o puramente rural e o exclusivamente urbano (FREYRE, 1982:43)”. A pretensão da proposta foi a de contrapor-se à tendência desenvolvimentista urbano-industrial em uma concepção de desenvolvimento capaz de juntar o moderno ao ecológico, conciliando a urbanização aos valores e as permanências rurais no espaço urbano das cidades brasileiras.

Para Freyre, o Brasil continua sendo um conjunto de espaços urbanos onde se encontram presentes tanto às populações provenientes do campo, quanto à população exclusivamente citadina, sendo que estas coexistem sem uma comunicação desejável. Assim, o país permanece composto por uma associação de “Brasis”, predominantemente rural ou urbano, não estando elas integradas na constituição do território nacional. Portanto, a *rurbanidade*, busca compreender a relação campo-cidade considerando especialmente o estabelecimento de uma unidade social:

A *rurbanidade* é ‘síntese’ baseada em nossa própria experiência e na alheia aos rumos para a solução de tão grave problema, indispensável à nossa sobrevivência porque diz respeito, no fundo, à própria unidade do país (FREYRE, 1982:43).

Nessa direção, para a consolidação de uma rurbanização no Brasil, torna-se necessária a compreensão por parte dos pesquisadores, dos agentes ambientais e da tropicalidade brasileira para uma reorganização das cidades e o desenvolvimento de áreas rurbanas (FREYRE, 1982). Nas referidas áreas, de acordo com o autor, unindo-se o urbanismo com o ruralismo, o homem poderia desfrutar de uma vida urbana com os prazeres dos contatos naturais oferecidos pelo meio rural. Deste modo,

(...) numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos, como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores e plantas e até matas (FREYRE, op. cit:57).

Existe assim, uma certa nostalgia da população urbana em agregar hábitos e vivenciar um “retorno” ao “mundo rural”. A nostalgia seria superada através da rurbanização, que significaria a presença de parques, de alguma vegetação ou outros aspectos ecológicos que proporcionariam certas vivências rurais nas áreas urbanas.

Nesse sentido, Freyre destaca os casos de Brasília - DF e Curitiba-PR como possíveis exemplos de cidades em que o projeto de rurbanização estaria ocorrendo de maneira satisfatória. Quanto a Brasília, a viabilidade de fazer da capital federal um dos exemplos de rurbanização no território brasileiro seria favorecida tendo em vista seu modelo arquitetônico e seu planejamento. O autor enfocado considera que a cidade possui um equilíbrio entre a modernidade e a ruralidade, destacando que, “Brasília constitui-se como uma obra de engenharia urbanística em idílio com sugestões rurais (Freyre:1982:65)”, em uma defesa efetiva de sua vocação à ruralidade e os elementos selvagem em sua ecologia.

Em relação a Curitiba, suas sugestões decorrem de estudos de projetos de implantação de comunidades rurbanas em áreas de periferia daquela cidade, consolidado como meta de governo no mandato Lerner (1981). Este projeto consistia na implantação de Comunidades Rurbanas ao longo das rodovias, onde a população poderia tanto trabalhar em fazendas, como permanecer residindo na cidade.

O projeto de Comunidades Rurbanas subsidiava-se das formulações de Freyre, sendo reconhecido pelo próprio autor como uma possibilidade de “reforma agrária viável”. A proposta visava conter o processo de evasão do campo e o excesso de trabalhadores rurais sem emprego na cidade. Para o efetivo funcionamento e planejamento dessas comunidades, o referido projeto abrangia a construção e a operacionalização de ambientes físico-sociais artificializados, como exposto a seguir:

As Comunidades Rurbanas seriam implantadas ao longo das rodovias, pelas facilidades de acesso e porque ali a estrutura de propriedade é bem definida. Escolhido o local, seria aberta uma rua paralela à margem da rodovia. De frente para a rua, lotes mais ou menos um alqueire, destinado aos trabalhadores rurais e suas famílias. As casas ficariam junto à rua. E, nesta faixa, os equipamentos básicos: escola, centro social, comércio, áreas de lazer e recreação. Nada de infra-estruturas caras. Cada núcleo totalizaria cem lotes (Freyre, 1982:128).

Pelas questões levantadas, o trabalho de Freyre é considerado um dos pioneiros no país em tratar com exclusividade o processo de rurbanização, buscando sempre relacionar teoria e prática, conceituando e delineando áreas rurbanas nas cidades. Além disso, sua obra torna-se importante no sentido de esclarecer aspectos relevantes do contato urbano-rural, sobretudo pelas exemplificações e pelos relatos empíricos tendo em vista o caso brasileiro. Permanecem, válidas as proposições levantadas por Freyre, se as vivências rurais são necessariamente antiprogressistas e desarticuladas ao movimento e

a dinâmica da cidade; ou não são de fato, uma outra situação social e cenário representativo de vários espaços urbanos no Brasil.

Por outro lado, muitas contestações podem ser feitas à idéia da 'rurbanização' defendida por Freyre em termos teóricos e políticos, principalmente quando a idéia desconsidera variáveis importantes como a questão da distribuição da terra e da renda no país. O estudo, que se preocupa em elucidar o fenômeno rurbano, caracteriza-se por apresentar uma certa confusão na compreensão conceitual na hipótese do rurbano. Seu entendimento do processo de rurbanização está intimamente relacionado a compreender o meio rural como meio ecológico. Para o autor, não somente as atividades agrícolas e os costumes rurais, mas a própria existência de áreas verdes e campos, daria o caráter rurbano à cidade.

Maia (1994), aponta que o autor utiliza-se do termo *rural* para designar qualquer presença de vegetação em uma determinada área, sendo que na associação deste elemento "rural" na cidade, entendido como urbano, é concebido o termo rurbano. Ocorre então uma confusão e banalização no uso dos termos em seus estudos de rurbanização. Para Freyre, embora o campo e a cidade sejam setores distintos e que dificilmente políticas tenham a intenção de aproximá-las, esta aproximação tornar-se imprescindível para um desenvolvimento integral da cidade. Com isso, a implantação de comunidades rurbanas significaria um "retorno às origens" da população citadina ao mundo rural.

Lefévre (1991), por outro lado, discute o fenômeno rurbano analisando a penetração dos costumes e vida urbana sobre o campo, repercutindo na expansão da cidade e na redução dos espaços rurais. Conforme o autor, os elementos do campo são severamente substituídos por aqueles da cidade, sendo que os bens consumidos são adquiridos através do comércio urbano e as práticas agrícolas são cada vez mais

mecanizadas. Assim, as comunidades rurais tornam-se “rurbanas”, quando associadas à dinâmica da cidade, embora lutem para a manutenção de suas identidades.

Nesse sentido, Lefébvre (1991:69), conceitua o fenômeno rurbano segundo o qual:

Na hipótese do rurbano, a expansão da cidade e a urbanização faria desaparecer o urbano (a vida urbana), o que parece inadmissível. Em outras palavras, a superação da oposição não pode ser concebida como uma neutralidade recíproca (...)

O autor destaca que as oposições entre campo-cidade tendem a se ampliar a partir do momento em que as áreas e a população desses setores ocupam e usufruem o mesmo território. A associação não é de todo uma relação pacífica, haja vista os conflitos pela terra. O uso diferenciado do solo no espaço urbano ressalta a forma desigual e contraditória em que atividades e os costumes rurais convivem com a dinâmica urbana, configurando arranjos particulares na cidade.

A desigualdade espacialmente observada demonstra por consequência, a desigualdade social do território. Por isso, a cidade não aparece como local de condições semelhantes aos cidadãos nela estabelecidos. Em decorrência, as minorias sociais, entre elas as populações que preservam hábitos rurais no espaço urbano, reivindicam pelo pleno direito à cidade.

A análise do rurbano entendido segundo Lefébvre, busca perceber ainda a ocorrência e a dinâmica e as trocas rural-urbanas na composição do espaço geográfico. A possibilidade de verificação faz-se a partir da identificação dos elementos que os compreendem, assinalando modos de vida diferenciados que permanecem ativamente presentes na cidade. Entre as atividades, destacam-se aquelas relacionadas ao cultivo da

terra, da criação de animais, e das relações sociais que caracterizam as comunidades rurais intra-urbanas.

Diante então, o campo e a cidade, anteriormente compreendidos por suas diferenças territoriais, tanto em papéis como em relação à produção e ao consumo, apresenta de modo anômalo outro sentido no fenômeno rurano. Tal fenômeno tem evidenciado transformações relevantes tanto no campo quanto na cidade na medida em que salienta um novo momento da cidade e nas áreas em que se encontram presentes. Logo, a dinâmica do espaço torna-se a base fundamental para a análise do processo de ruranozação proposta por Lefébvre, sobretudo no momento em que este se apresenta aliada à idéia de sistemas de tempo.

A intersecção entre os sistemas técnicos de diferentes idades, os distintos modos de vida e as formas de trabalho atuantes nos subespaços rurais, representam igualmente pressupostos a caracterização das especificidades do espaço urbano como rugosidades do processo de expansão urbana e da urbanização. A noção de rugosidade, definida a partir de Santos (1999), baseia-se em compreender o papel da “inércia dinâmica” das formas herdadas.

Compreender o significado das rugosidades do espaço constitui-se em percebê-lo além de suas heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioculturais e sociogeográficas. A presença de subespaços rurais no interior do espaço urbano apresenta algumas faces dessas rugosidades. Como espaço descontínuo, o espaço urbano apresenta funcionalidades e recortes espaciais que de algum modo permite observar a presença de múltiplas territorialidades inscritas pelo tecido urbano.

A coesão entre os subespaços rurais e a cidade, acontece em diversos níveis e escalas. Essa coesão poderá ser maior ou menor dependendo dos interesses e das necessidades da urbanização e daqueles que mantêm atividades rurais na cidade, da

interferência em maior ou menor grau dos agentes urbanos e, principalmente, das forças impostas pelo poder econômico do capital. Como integrante do papel de mudanças, os agentes produtores do espaço propõem um novo arranjo ao uso residencial e de produção na cidade a partir da transferência ou permanência do rural no urbano. Estas relações acabam 'alocando' e 'realocando' no espaço da cidade distintas paisagens na cidade ao longo do tempo. A reprodução dos subespaços, a incorporação ou exclusão que estas preconizam, repercutem em uma reflexão ampliada das contrariedades e complexidades do espaço.

Também a constatação da articulação e fragmentação do espaço urbano representa o momento das classes que o constitui. As diferenças entre as classes sociais urbanas, não apenas contribuem para que se perceba a desarticulação da cidade, como fornecem respostas à divisão entre as áreas, especialmente aquelas residenciais rurais marginalizadas e abarcadas por esta. Por isso, "o espaço urbano é um condicionante da sociedade, fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta (CORRÊA, 1999: 08)".

Nesse processo, modificando as estruturas e não raro, permitindo a persistência de formas do passado, os agentes urbanos promovem iniciativas que conferem mudanças sociais e econômicas sobre este espaço. A atuação em conjunto dos agentes urbanos sobre a cidade, indicam a permanência dos propósitos da sociedade capitalista e de seu processo de produção. As posições assumidas pelos diferentes agentes que constroem o urbano definem assim um caminho na identificação e contextualização dos subespaços rurais neste espaço.

Por outro lado, as análises e as abordagens oriundas da sociologia rural, tornam-se relevantes na compreensão das relações sociais das comunidades e da maneira com que estas estruturam e produzem socialmente o espaço nas áreas de contato rural-

urbano. Salienta-se nessa direção, perceber as diferenças entre o “modo de vida rural” daquele denominado “modo de vida urbano”.

Por modo de vida, compreende-se a possibilidade de distinção e de caracterização pelas quais o conjunto ou o agrupamento social estabelece relações internas peculiares. Para Marx (1993), os modos de vida na sociedade capitalista refletem a relação entre o sistema produtivo e os indivíduos envolvidos na reprodução do capital. As diferenças entre os modos de vida significam, segundo o autor, a oposição em valores e interesses que estão intrínsecos à separação entre o campo e a cidade. Tais diferenças consolidam-se por meio da divisão do trabalho, na divergência impulsionada pelo sistema capitalista que condiciona à separação do trabalho urbano industrial e comercial do rural, baseado na agricultura.

Em relação as particularidades das atividades sociais e dos distintos modos de vida na sociedade capitalista, Solari (1971) destacou que, enquanto que na cidade a natureza é subjugada, servindo como matéria-prima para a indústria e sendo sobreposta pela urbanização intensa, no espaço rural esta assume outro aspecto. No modo de vida rural, a natureza representa o significado da própria sobrevivência, o meio onde se exercem atividades de sustento e onde o trabalho humano encontra-se baseado por suas condicionantes. O cultivo depende diretamente das condições da natureza, dada sua extrema importância àqueles que praticam e se dedicam à agricultura.

O desejo da produção agrícola em qualquer fração do espaço é dependente das “ofertas da natureza”, sendo que a partir dela os agricultores buscam maneiras de obter o máximo de aproveitamento possível do solo. Enquanto que na cidade a natureza torna-se um elemento secundário, muito embora necessária a reprodução do capital e ao equilíbrio do meio, no campo representa a possibilidade não apenas da obtenção de valores de troca, mas também de uso.

As diferenciações dos adensamentos populacionais evidenciam outra particularidade entre comunidades rurais e comunidades urbanas. Nesse sentido, (SOROKIN et alli, 1986), assinalaram a preservação por um longo período de tempo de grandes áreas rurais de cultivo entre os agricultores. Enquanto que a extensão de terras significou o volume da produção e o montante de rentabilidade, a posse de terras era preservada de maneira irrestrita. O solo rural, configurado sob valor de uso, preservou as estruturas espaciais que acabaram por dificultar o processo de adensamento populacional em determinadas áreas por algum período. Entretanto, como não é possível garantir meios de subsistência e retornos sobre a produção de pequenos terrenos parcelados em razão das heranças transgeracionais, a terra rural assume outro significado favorecendo a substituição da terra como valor de uso por seu valor de troca.

No pensamento marxista, o valor de uso diferencia-se do valor de troca da seguinte forma:

Para Marx, o valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessas coisas com outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no 'mundo da mercadoria' (LEFÉBVRE, 2001:135).

A substituição do valor de uso pelo valor de troca das terras agrícolas, principalmente a partir da expansão do perímetro urbano e do conseqüente estendimento da cidade sobre o campo, resulta no adensamento populacional sobre as áreas rurais. Com o processo, modificam-se as estruturas fundiárias na medida em que as investidas do capital passam a contribuir na transferência do solo rural em solo urbano. Assim, desfaz-se o tamanho das propriedades que se tornam paulatinamente em conformidade com as propriedades urbanas e assumem também suas formas, embora preservem seus conteúdos de origem em pontos específicos do território. As áreas rurais apresentam, do

mesmo modo que as cidades, uma aglomeração populacional maior a partir da convergência de “novos nexos” em sua dinâmica.

A substituição da terra rural pela urbana em áreas de contato rural-urbana ocorre, especialmente, incentivada pelos interesses dos agentes promotores do espaço urbano, proprietários fundiários e imobiliários, que dadas as circunstâncias das políticas urbanas favoráveis a urbanização, acabam por transformar as configurações espaciais. Os agentes urbanos instituem, através de seus interesses e pela capitalização da renda fundiária, novas áreas de expansão da cidade que acabam por substituir progressivamente o uso do solo rural pelo uso do solo urbano.

O aumento no número de loteamentos, as novas formas criadas no espaço e sobre o modo de vida rural, proporcionam transformações não apenas na produção agrícola e no arranjo espacial, como refletem na organização e as relações sociais que caracterizam as comunidades. Em direção as especificidades da organização social rural, Solari (1971) e Woortmann (1995) ressaltaram as questões referentes às relações de vizinhança e de parentes das comunidades rurais. As relações tornam-se importantes no sentido de que evidenciam a persistência de herança social do modo de vida das comunidades rurais e de seus indivíduos, embora tenham se tornado urbanizados.

De acordo com Solari (1971), as relações de vizinhança resultam em uma maior aproximação entre os indivíduos no interior das comunidades rurais. As pessoas provenientes dessas áreas mantêm-se mutuamente em auxílio uns dos outros, mesmo quando se deslocam ou são inseridos nas áreas urbanas. A cooperação, propriamente presente nas comunidades rurais ocorre, sobretudo, porque os moradores permanecem por um período maior de tempo fixo a um mesmo território, o que permite que se estabeleça um maior contato e maiores vínculos entre eles.

Quanto às relações de parentesco, assim como as relações de vizinhança, estão mais salientes no modo de vida rural que urbano. A comunidade rural é uma forma de organização social que “reúne organicamente, não indivíduos, mas comunidades parciais e subordinadas, famílias, elas próprias inseparáveis da organização geral da comunidade (LEFÉBVRE 1986a: 152)”.

As relações de parentesco e de vizinhança assumem importância nas comunidades rurais tanto na execução de atividades, como na interação do grupo social. Segundo o referido autor,

A passagem da comunidade – onde predomina a natureza com os vínculos imediatos (de sangue, de família, de localização e de particularidades naturais) – à comuna urbana, implica mudanças consideráveis na propriedade, na produção e na troca (LEFÉBVRE, 2001: 87).

Na cidade, as relações de parentesco e de vizinhança não se apresentam como ação efetivamente marcante. Uma das razões para tal fato pode ser esclarecida através da organização, geralmente de pequenos e fechados núcleos familiares, que se encontram independentes uns dos outros na composição da comunidade urbana e no processo de reprodução do capital.

Em um estudo realizado por Bonald (1959 *apud* Woortmann, 1995), a respeito dos contrastes entre a organização familiar rural e a urbana, o autor ressaltou em seu trabalho a impessoalidade nas relações sociais urbanas e os efeitos do crescimento industrial e urbano sobre os laços de parentesco e de vizinhança. A grande dispersão populacional das cidades, relacionado a industrialização e ao ritmo de trabalho das sociedades urbanas, tem contribuído para o enfraquecimento dos laços de parentesco e para o declínio social da representatividade familiar urbana. Com a expansão das cidades, houve

uma tendência contínua ao desaparecimento da vizinhança e do parentesco e, a corrosão acelerada da base tradicional da solidariedade social, que permanece presente no modo de vida das comunidades rurais, ainda que por vezes enfraquecida.

Pelas questões expostas, torna-se tácito notar que o conjunto da população proveniente do campo distingue-se no contexto urbano pelas suas particularidades sociais na constituição da comunidade e do território. Embora as relações sociais presentes nas comunidades rurais sejam paulatinamente substituídas na cidade em função de sua lógica comercial e industrial, essa população, marginalizada e ofuscada pelo dinamismo da cidade é responsável por constituir maneiras a garantir os valores e identidades nos territórios por ela ocupados.

De qualquer modo, mesmo componentes da cidade, isto não significa que entre o rural e o urbano permaneça uma convivência imparcializada. Os conflitos acontecem, considerando, sobretudo, a negligência do planejamento urbano executado pela Estado sobre tais subespaços e suas territorialidades. A negligência decorre da ausente preocupação das (de)formações no pensamento urbano, embora sejam presentes e necessárias a serem analisadas, tendo em vista os interesses e desejos distintos entre os residentes no espaço heterogêneo da cidade. Nos subespaços rurais, percebe-se através da expressão de intercâmbio material, social e cultural, a sobressalência de duas realidades, ou seja, a do campo e a da cidade. As atividades, muitas vezes despercebidas pelos estudos urbanos, demonstram ainda como o espaço da cidade é progressivamente desfigurado de suas funções e estruturas.

Diante do exposto, como destacou Maia (1994:34) “entende-se que a cidade, o campo e a própria relação entre eles, sofrem alterações contínuas, já não podendo mais se falar em uma cidade de um campo que a cerca e nem a existência de dois modos distintos de espaços socialmente produzidos”. A ocorrência dos subespaços rurais, que

concretiza a associação cidade-campo na malha urbana de um significativo número de municípios no Brasil, anteriormente salientados nos estudos de Maia (1994) no caso de João Pessoa (PB) e de Freyre (1982) nos casos de Brasília (DF) e Curitiba (PR), resulta não somente do movimento migratório e casual da população rural para a cidade, mas se institui como resultado de incentivos do Estado no sentido de promover a urbanização e a industrialização do país.

2. ARARANGUÁ: CONSOLIDAÇÃO DA URBANIZAÇÃO E AS CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO DA CIDADE.

A intensidade do fenômeno de urbanização brasileira representa um marco referencial importante no que diz respeito à inversão dos papéis entre campo e cidade na configuração do território do país. A cidade e a urbanização, compreendidas como símbolos de um novo contexto social e econômico, concretizado pela expansão do capital comercial e urbano-industrial, consolidaram-se como entidades fundamentais ao Estado, concebidas como condutoras do desenvolvimento.

A cidade no Brasil tornou-se, sobretudo nas últimas décadas do século XX, local de reprodução do capital por excelência, e a partir dela, percebe-se a absorção de áreas rurais pelo perímetro urbano. Esse processo passou a ser concebido como processo “natural” e inevitável, promovido pela urbanização. O novo momento, materializado pela assimilação de áreas rurais pela malha urbana, reflete o vigor do processo de expansão das cidades que, paulatinamente, avançam sobre o espaço rural e sobre sua população, introduzindo-os em sua lógica de reprodução do capital.

O referido processo se conjuntura na consolidação da urbanização e da economia industrial que, por conseqüência, tem promovido a complexificação da divisão social do trabalho na cidade. Assim, a cidade pós 1970, transformou-se, como ponderou Da Silva (2000), em uma estrutura particular de economias de aglomeração, de concentração urbana e da mais valia relativa.

Entretanto, a urbanização não ocorreu de maneira uniforme e em igual intensidade pelo território nacional. Ao contrário, ela se ajustou conforme as especificidades do espaço geográfico, ainda que o Estado tenha se utilizado de meios indiferenciados no

intuito de promover a concretização desse fenômeno. O Estado capitalista, instituição que tem como função principal assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe engendra mecanismos que buscam influir sobre a ordem política e econômica, pretendendo, deste modo, afinar as relações campo-cidade.

Por esta razão, o Estado representou, e mantém apresentando, papel de vanguarda em proporcionar as articulações e as mudanças funcionais e estruturais entre esses setores. A partir dele se realizam as investidas dos agentes capitalistas do espaço urbano sobre as áreas rurais, baseadas especialmente no capital privado. Quanto a tais investidas, a introdução de parte da população rural ao trabalho urbano, bem como as condicionantes que levam a substituição do uso do solo em determinadas áreas em favor da urbanização, caracterizam-se pelo fato de agentes urbanos específicos atuarem no sentido de transformar a terra rural em urbana. O Estado, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários e os proprietários fundiários, segundo Corrêa (1999), constituem-se em agentes que agem em vários sentidos no intuito de promover e valorar o solo urbano. A apropriação da renda da terra através da expansão urbana significa, para estes, a ampliação do capital especulativo da cidade sobre o campo e suscita, além disso, novas expectativas de crescimento econômico individual e local.

Embora os agentes urbanos atuem na cidade e sobre as áreas da periferia urbana buscando favorecer a mudança no uso do solo, as conseqüências da urbanização, como foi colocado, não se estabeleceram todas em um mesmo instante e com iguais abrangências em todos os lugares. A urbanização se definiu, apesar das intenções gerais do Estado, sob as condições das escalas regionais e locais, contornando e se ajustando, entre outros fatores, às estruturas urbanas e rurais.

Nas áreas mais densamente ocupadas e com atividades secundárias e terciárias em franca expansão, a urbanização logo encontrou situação amplamente favorável a sua consolidação. Por outro lado, nas áreas onde as atividades rurais apresentavam-se como

predominante na funcionalidade dos lugares, a urbanização adequou-se a esta realidade, tendo configurado na cidade um misto entre a ruralidade e a urbanidade.

Neste sentido, a compreensão do território da cidade como um espaço homogêneo, tem sugerido, entre outras coisas, a ocultação das particularidades dos subespaços que o compõe. Os subespaços, distantes de se constituírem em áreas fixamente delimitadas, configuram-se como de sobreposição temporal, em constante construção e reconstrução da paisagem urbana. Diante então, torna-se necessária a preocupação em se analisar o contato rural-urbano no contexto da urbanização do campo, ao mesmo tempo em que áreas rurais permanecem presentes na cidade. A medida em que o espaço urbano avança sobre as áreas rurais, a cidade modifica-se e assume novas especificidades, tanto de ordem social como territorial.

A inclusão e o abarcamento de áreas rurais pela malha urbana, não significa a extinção dos modos de vida e da dinâmica do campo por seus habitantes. O espaço urbano observado como espaço heterogêneo e de articulações preserva, em sua dinâmica, resquícios do “mundo rural”, desvelando as condições sociais, as diferentes paisagens e os distintos usos da terra feito em seu interior. A fragmentação não se dá ingenuamente ou indisciplinado à lógica da urbanização e do capital. Como resultado do sistema que o produz, o espaço urbano e a cidade capitalista são locais onde inevitavelmente as contradições e a fragmentação se assinalam e convivem de modo articulado.

As formas pelas quais os subespaços se adaptam à dinâmica de reprodução do capital urbano e, a maneira na qual a população rural se insere à divisão do trabalho urbano, esclarecem momentos importantes destas particularidades em relação ao espaço da cidade. A urbanização e os fenômenos decorrentes denotam em conceber a

organização do espaço, seja modificando a paisagem ou favorecendo a introdução de elementos novos a uma determinada área.

Sobre o espaço vivido, a urbanização atua inserindo estruturas da economia urbana sobre a população rural e alterando as relações de trabalho existentes. Esses fatores convergem a consolidar seu próprio anseio que se estabelece em recriar o modo de vida e de acrescentar necessidades de sentido abrangente. A inclusão de áreas rurais no espaço urbano se realiza, assim, por meio de territorialidades específicas e pela permanência de hábitos e atividades do campo na cidade. As “novas” territorialidades urbanas, que se estabelecem tanto em função da reprodução do capital, como pelas investidas da especulação imobiliária sobre a renda fundiária rural, materializam-se através da paisagem e da construção social caracteristicamente rural no espaço urbano.

Assim, as territorialidades presentes no espaço urbano, voltadas a preservar hábitos e costumes rurais, bem como a conservar formas de trabalho e atividades rurais apesar de engajados na ciranda de reprodução do capital citadino, constituem subespaços rurais no espaço urbano. Os subespaços se configuram numa cidade em áreas específicas e com formas particulares de vivência rural-urbana, assinalando traços importantes no que compete compreender as fronteiras destes espaços e as “naturezas” da diferenciação campo-cidade.

Sob esta ótica, a conversão da terra rural em urbana e, as diferentes relações de trabalho e de produção que se destacam pelos diversificados usos do solo, convergem a confirmar o conflito dialético entre cidade e campo, não excluindo, porém, sua unidade (LEFÉBVRE, 2001). Segundo o referido autor, a tentativa de distanciamento do valor de uso da terra e das relações de trabalho que incompletamente se inclui à economia urbana, fazem parte, principalmente, das perspectivas da sociedade burguesa e do Estado em produzir um novo elemento social e territorial sob o reino do capital.

Na cidade, o misto entre a dinâmica e vivência rural-urbana, confirma a relação contraditória e simultânea de descontinuidades, marcadas individualmente por maneiras de vida específicas, mas que se estabelecem como componentes de um mesmo conjunto espacial. Apesar desse fenômeno contraditório, os vetores sobrepostos pela urbanização, que no território brasileiro tem se caracterizado como um fenômeno ascendente, tem sugerido uma generalização do que aparentemente se denomina modo de vida urbano.

A uniformização, no pensar a cidade, tem conduzido a uma compreensão de “vivência urbana” em que se admite a inserção integral da população da cidade a atividades e costumes urbanos. Entretanto, determinadas abordagens, tornam-se insuficientes a medida em que o espaço urbano se apresenta fragmentado, tanto pelo efeito da hierarquização das classes sociais quanto pela utilização do espaço.

As diferenciações no uso do solo e de apropriação do espaço, torna possível a existência de hábitos e atividades rurais no mosaico de subespaços a qual se configura a cidade capitalista. Também, o espaço rural, compreendido como constituído de elementos a margem dos mecanismos que compõe a organização interna da cidade, apresenta-se presente no espaço urbano à medida que a distinção entre eles – o espaço rural e o urbano - nem sempre ocorre nitidamente. Como destacou Maia (1994), as análises dicotômicas campo x cidade, mesmo considerando, por vezes, as relações sociais e de mercado entre estes setores, pouco os tem compreendido em seus contatos diretos e sua organização simbiótica.

Por conseguinte, a passagem das áreas rurais em áreas urbanas implica em mudanças consideráveis na propriedade, na produção e na troca. No interior das propriedades rurais absorvidas pelo espaço urbano, o modo de produção capitalista impõe uma segregação generalizada dos grupos, das funções e dos lugares. A separação

imposta pela cidade é resultante de uma série de circunstâncias, promovidas pelo pensamento estatal sobre esse espaço que conduz a setorização de suas áreas e de suas formas de produzir.

Assim, a cidade capitalista compõe-se como espaço de contrastes, moldado por agentes e intencionalidades diversificadas que se prestam a formar um complexo jogo de interesses, refletido pela própria desigualdade social que lhe dá conteúdo. A realização da lógica produtiva do mercado no interior da cidade acrescenta ao espaço urbano a caracterização do espaço como espaço de consumo, de usos e da necessidade de homogeneização que o sistema capitalista exige como fonte da sua existência.

Por outro lado, a partir do contato com as áreas rurais, a cidade apresenta-se como espaço onde se ampliam seus graus de complexidades. Quanto maiores as complexidades do espaço urbano, maiores são as exigências sobre o Estado pela instauração de políticas públicas que organizem, de forma mais eficiente e de maior abrangência, as territorialidades presentes em seu interior.

Entretanto, a gestão do Estado frente à cidade, reflete a fragmentação dos subespaços como apontou Santos (1993), a medida em que esse desconsidera, geralmente, a dinâmica e a presença de qualquer outra atividade além daquelas ditas urbanas em seu interior. O Estado atua sobre o espaço urbano de modo a satisfazer as necessidades emergentes, fornecendo condições à expansão da urbanização, sendo as propriedades rurais concebidas como áreas residuais a serem futuramente suplantadas pela cidade.

A fragmentação do espaço urbano em subespaços se concretiza pela disposição da cidade e das estruturas e sistemas que a compreendem, haja vista que a referida disposição é heterogênea, particular, e por vezes incompleta. Assim, a cidade se

revela principalmente através de suas estruturas disformes, sejam pelas atividades exercidas, sejam pelos diferentes usos feitos do solo em seus domínios.

As diferentes estruturas e modos de vida que se incluem no espaço urbano revelam as transformações e a acentuação das contradições em seu interior ao longo do tempo histórico. Assim, é imprescindível que acrescentemos a variável tempo em relação à dinâmica espacial a fim de compreendermos com maior profundidade os elementos que integram o espaço urbano capitalista (LEFÉBVRE, 1986; SANTOS, 1993 & CORRÊA, 1999). Como escreveu Corrêa (1999:148),

É conveniente lembrar, contudo, que o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais presentes. Nesse sentido, o espaço urbano pode ser o reflexo de uma seqüência de formas espaciais que coexistem lado a lado, cada uma sendo originária de um dado momento.

Nessa direção, as diferentes formas de trabalho nas cidades desvelam sua composição atrelada à combinação de elementos de diferentes idades e que apresentam funcionalidades próprias. A perspectiva de uma intervenção que tenha o mesmo nível de abrangência em todos os setores da cidade coloca-se como proposta impraticável, observando que no espaço urbano se apresentam múltiplos subespaços.

No caso de Araranguá, a análise temporal permite notar que a combinação de distintos subespaços rurais na cidade, tem suas origens relacionadas a presença constante das atividades agrícolas e do ambiente rural na própria constituição do território. O município, localizado em uma área que historicamente esteve voltada às atividades do campo e onde a agricultura apresentou-se como fundamental à consolidação da economia local, não ao acaso demonstra um estreito vínculo com o rural e a ruralidade.

As sucessivas expansões do perímetro urbano araranguense, ao longo das últimas décadas, não significaram o desvencilhamento de parte de sua população dos costumes, tampouco das práticas e da economia rural que as sustenta. A presença de atividades rurais no interior do perímetro urbano do município revela a permanência de subespaços, colocados como resistências e descontinuidades da urbanização que visa criar uma sociedade urbana segmentada das funcionalidades do espaço rural.

Cabe destacar a despeito das intenções das políticas voltadas a urbanização em se tornarem abrangentes e completas, que ela não se deu independente das condicionantes locais, estando associadas as formas espaciais e as bases econômicas do território. Em Araranguá, um município que se encontra fortemente ligado às atividades e ao modo de vida rural, as configurações assumidas pela urbanização apresenta-se compatíveis a esta tendência, a realidade mais ampla do território e da sociedade.

Diante a isso se torna conveniente a definição de vários aspectos da urbanização, sobretudo em nível local, pelas múltiplas variáveis atuantes, pelas diferenciações e pelas características que assumiu. Como colocou Santos (1991), na cidade e dentro dela, em virtude da divisão do trabalho, prevalece a coexistência de paisagens funcionalmente distintas. A sociedade urbana, apesar de una, exhibe-se segundo formas particulares e lugares diferentes. Essa característica do espaço urbano representa para o autor, o princípio da diferenciação dos subespaços.

Por conseguinte, sendo Araranguá um município onde o setor agrícola representa um papel relevante em sua estrutura econômica, bem como mesmo considerada urbana, parte de sua população continua exercendo atividades rurais e atreladas ao modo de vida, não parece haver dúvidas de que desconsiderar este contexto social é reinventar a essência da própria cidade. A permanência de subespaços rurais na expansão urbana evidencia os diferentes elementos constituintes do espaço urbano caracterizados por instituir na cidade as relações dicotômicas entre o rural e o urbano. Os resquícios no

espaço urbano araranguense de atividades e modos de vidas rurais, como se pretende mostrar, são originados por distintas razões sociais e econômicas.

Para se entender a realidade que se mostra atuante no município de Araranguá, torna-se imprescindível que se recorra às origens e aos processos desencadeadores de seu crescimento urbano. Também é importante que se estabeleçam o vínculo entre a cidade e o campo, a partir da expansão da primeira e da assimilação de áreas agrícolas deste último.

Entretanto, não se pretende realizar uma descrição de todos os eventos geradores ou oriundos da gênese da cidade. A intenção é levantar pontos relevantes a fim de concretizar uma análise das transformações ocorridas no decorrer do tempo histórico na área urbana do município. Assim, procura-se assinalar e compreender os processos desencadeadores e aspectos relevantes do contato rural – urbano na produção do espaço em Araranguá, sendo os processos elucidados por meio de análise da dinâmica populacional, da divisão trabalho, das políticas públicas, e de outros agentes e mecanismos que constituem os novos nexos instituídos, favorecendo as novas configurações assumidas pelo território da cidade.

2.1 Povoamento e Evolução Econômica

O município de Araranguá tem suas origens relacionadas ao caminho percorrido por tropeiros de gado e tropas militares que atravessavam o extremo sul do estado de Santa Catarina desde os finais do século XVII. Com as disputas territoriais entre as monarquias portuguesa e espanhola pela manutenção de suas possessões definidas pelo Tratado de Tordesilhas, Araranguá, sob os domínios de Laguna, exerceu papel fundamental como centro de abastecimento militar. A função de manutenção das tropas militares, desempenhada por Araranguá, estendeu-se até o início do século XVIII, quando do firmamento do Tratado de Badajós. Por aquele Tratado, toda a imensa área meridional brasileira tornou-se então de possessão portuguesa.

Mais tarde, Araranguá passou a obter importância por seu caminho de condução de tropas, especialmente de gado, entre Morro dos Conventos e Curitiba. O núcleo tornou-se, então, posto de passagem e permanência imediata aos tropeiros, servindo como local de reabastecimento, dormitório e espera a melhorias nas condições de tempo no trajeto entre o litoral e o planalto. O caminho das tropas recebeu o nome de Estrada dos Conventos, enquanto que a futura cidade de Araranguá, local de pouso e reabastecimento de tropas passou a ser denominado Capão da Espera.

Os tropeiros fizeram paulatinamente do Capão da Espera local não apenas de passagem, mas de residência. Associados aos colonos de origem açoriana ocupante do litoral catarinense, eles se fixaram e iniciaram a constituição do primeiro núcleo de efetivo crescimento populacional e econômico do extremo sul de Santa Catarina. Com a expansão da colonização e através do comércio tropeiro, fortaleceu-se a produção de mercadorias agrícolas específicas, entre elas o açúcar mascavo, a farinha de mandioca, o milho e a aguardente. Os dados do recenseamento realizado em 1797 em Laguna, no

qual estava incluído o núcleo de Araranguá, assinalou que, operavam 54 engenhos de açúcar no município. Depois de cinco décadas, o número de engenhos havia aumentado para 72, sendo este número igual ao de alambiques (HOBOLD, 1994).

Os números confirmam a importância comercial que os produtos do açúcar e da aguardente haviam assumido no contexto regional da época. Porém, por se constituírem como produtos pouco “nobres” e de produção generalizada pelo território nacional, estavam excessivamente fragilizados frente as instabilidades do mercado e, em geral, pouco do excedente servia à comercialização.

A internalização da produção agrícola e sua dimensão reduzida a subsistência esteve relacionada, num primeiro momento, ao desinteresse da metrópole quanto ao desenvolvimento da agricultura ou da pecuária do ponto de vista econômico (CORREA, 1999). Em síntese, nenhum produto foi destaque em termos de produção e comercialização em Santa Catarina no início da ocupação da Província.

Em Araranguá, a produção agrícola, em pequenas proporções e sem as devidas condições de circulação, deu sustentação ao comércio estabelecido com o objetivo de atender aos condutores de tropas. A realização das trocas, entre residentes e transeuntes, mostrou-se de grande importância à consolidação da produção agrícola e na colonização do extremo sul catarinense, sobretudo por seu fluxo contínuo e pelo movimento de mercadorias e capital alocados.

Contudo, em Santa Catarina embora o tropeirismo tenha marcado o surgimento de um significativo número de municípios ao longo do caminho tropeiro, não chegou a dinamizar de maneira direta a economia do Estado como o fez no Rio Grande do Sul e no Paraná. De qualquer modo, além de incentivar o comércio, foi através deste que se concretizaram os primeiros caminhos que fizeram conexão entre o litoral e o planalto catarinense.

Em 1815, Araranguá através da fixação de açorianos provenientes da expansão do núcleo de Laguna e dos tropeiros que haviam se fixado como residentes permanentes do povoado, contava com aproximadamente 400 habitantes. Entretanto, a dependência do povoado quase que exclusivamente dos serviços e das estruturas unicamente disponíveis na sede de Laguna, conduziam a precariedade de condições de vida da população.

A inauguração da primeira capela em 1816 tornou-se relevante diante sua representatividade de autonomia, colaborando na organização da comunidade e a consolidação do desenvolvimento de uma vida social local. De acordo com Hobold (1994:58), “a igreja local era a grande promotora da formação e do progresso de uma comunidade, por isso o governo exigia a sua presença, indispensável por comodidade para a organização e execução da vida político-administrativa”.

A importância que assumia a autoridade religiosa apresentava relações diretas com o poder central. A capela constituía o *locus* de concentração de atividades civis, militares e religiosas. Estas atribuições permaneceram até o município possuir um número mínimo de habitantes que justificasse a instauração de diferentes especialidades de serviços.

Em 1848, a capela foi elevada a categoria de paróquia, enquanto que concomitante ao evento houve a criação da Freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, abrangendo terras entre os rios Mampituba e Urussanga. A Freguesia que passou a ser distrito de Laguna modificou seu nome então de Capão da Espera para Campinas. A localização da Freguesia, entretanto, permaneceu durante alguns meses sem um referencial. De acordo com Hobold (1994:53),

Embora a Freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens fosse criada em 04 de maio de 1848, pela Lei Provincial nº 272, não se fez constar, na mencionada lei, a localização da sede da mesma Freguesia. Em vista disso, em 03 de outubro do

mesmo ano da criação, a câmara municipal de Laguna, a quem estava subordinada a Freguesia, houve por bem, ante determinação do governo da Província, de nomear uma comissão para estes escolherem o local mais apropriado onde se deveria instalar a sede da Freguesia. Em ofício de 10 de novembro do mesmo ano, a comissão credenciada fizera a opção pela localidade de Campinas.

A escolha pelo local deveu-se à situação físico-territorial, pois lhes parecia com melhores condições para servir como sede regional. Além disso, Campinas apresentava-se mais favorável a tornar-se sede por apresentar um contingente populacional representativo, muito além das outras aglomerações ao sul de Laguna.

A partir de 1850 outros imigrantes adentraram ao território de Laguna, margeando o núcleo de Campinas (atual Araranguá). Os imigrantes, sobretudo italianos, contribuíram não apenas com novas especificidades de produção agrícola, como inseriram e diversificaram as técnicas e os produtos cultivados, fortalecendo a urbanização incipiente dos pequenos núcleos, afastando-se progressivamente dos domínios de Laguna.

Com a chegada de imigrantes, responsáveis pela especialização e diversificação da produção, a agricultura do sul catarinense ganhou novo impulso. Os egressos europeus dinamizaram o setor agrícola, sobretudo pelas exigências no aumento da demanda local de alimentos, manufaturas e serviços. Paulatinamente, os núcleos urbanos foram sendo ampliados, enquanto outros surgiram. Os imigrantes foram responsáveis pelo aperfeiçoamento nos modos de produzir, tornando o uso do solo mais intenso e ampliando o volume de excedentes que foram sendo colocados no mercado.

A entrada de novos grupos de imigrantes europeus após 1850, contribuiu à configuração de uma fisionomia urbana diferenciada nas áreas de povoamento antecessora. A nova fisionomia urbana surgiu a partir da foz dos rios, expandindo-se ao longo dos seus cursos e obedecendo aos traçados das vias de colonização. Os italianos estabeleceram-se no núcleo principal e na periferia da colônia já existente, o que contribuiu para a formação de uma significativa população rural que dominou o

vale do Rio Tubarão, alastrando-se para os vales do Urussanga, do Mãe Luzia e do Araranguá.

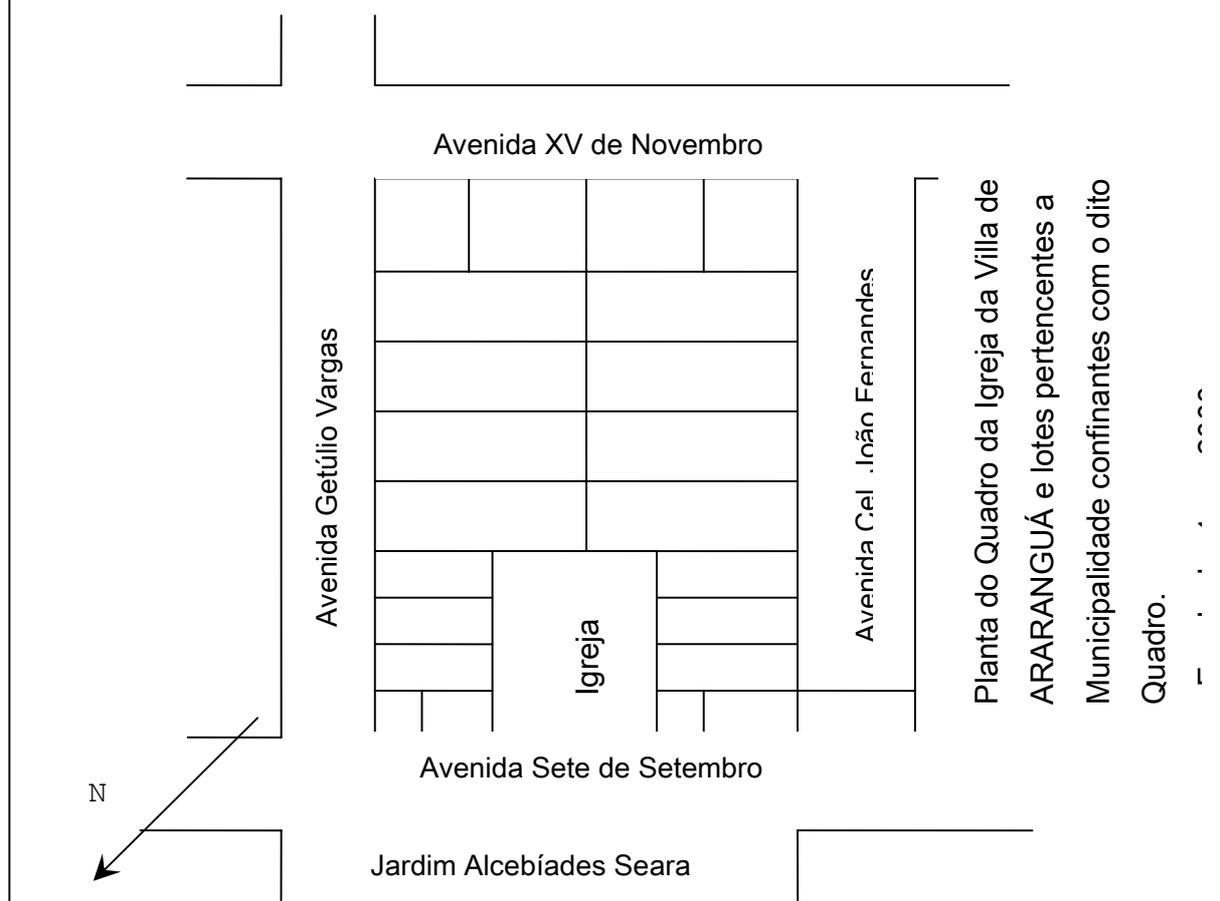
De acordo com Hobold (1994), a elevação à categoria de município a Araranguá, todavia, ocorreu apenas em 1880, após o movimento emancipatório iniciado em 1878 reivindicando sua criação. O nome atual substituiu então a denominação anterior – Campinas. Com a emancipação, o município passou a abranger grande parte do território do sul catarinense, estendendo-se desde Urussanga, acompanhando o rio do mesmo nome até o Oceano Atlântico, a oeste a Serra Geral, e ao sul, o rio Mampituba que delimita as divisas entre os Estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Logo após a instituição da municipalidade e a definição de sua sede, apresentou-se a necessidade da adoção de um plano de ordenamento territorial que orientasse a expansão urbana e a organização da vila de Araranguá. Coube ao Engenheiro Mesquita, em 1886, estabelecer o primeiro plano de ordenamento territorial do município.

A proposta do referido plano, elaborado por Mesquita, estipulou a malha urbana em padrão xadrez (grelha), a partir do rio Araranguá. A cidade assumiu um traçado geométrico, com uma praça ocupando o centro do conjunto urbano e a partir da qual definiu-se o desenho das ruas e dos quarteirões conforme uma malha ortogonal (fig.1). O padrão xadrez estabelecido como idéia da regularidade, caracterizou-se em instituir um plano urbano na medida do possível, geometrizado, segundo o moderno pensamento renascentista.

Figura 1: Aspectos da malha urbana de Araranguá conforme o plano de ordenamento territorial a partir do original.

Fonte: HOBOLD, 1994 : 227.



A adoção do referido padrão, relacionado as condicionantes do relevo, fazia dos sítios planos, como o de Araranguá, preferidos em relação aos mais acidentados. As condições dos sítios relacionados a sua morfologia, havia se mostrado importante para a concepção, fundação e expansão das cidades portuguesas a partir do século XVII. De acordo com Teixeira (2002), seguindo as tendências propostas pelos planos de cidades portuguesas, durante o século XVIII no sul do Brasil, cidades como Laguna

(1737), Porto Alegre (1743) e Desterro (1749), são exemplos de sítios que se adaptaram a concepção destes planos regulares.

Por outro lado, a organização do setor agrícola, quando da criação do município, baseava-se na lavoura de subsistência, sendo parte do excedente utilizado para comercialização em vendas e pequenos mercados locais. A dificuldade na exportação devia-se, em escala nacional, as crises na economia do país, que conduziam ao entorpecimento de agricultura e, localmente, a precariedade que os agricultores enfrentavam na condução de seus produtos aos mercados distantes.

Diante da situação, a produção era obrigada a ser vendida no próprio município a preços praticamente insignificantes (PEREIRA, 1984). No contexto, o melhoramento da viação pública tornou-se pauta de extremo interesse da comunidade araranguense e das colônias distantes de seu núcleo em vista de melhor poderem comercializar seus produtos.

Conforme o autor acima referido, a exigência por melhores condições de tráfego e escoamento, levou em algumas comunidades mais distantes, a formação de comissões que passaram a exigir do governo municipal e estadual, medidas imediatas na resolução dos problemas. Assim,

No ano de 1891, os colonos italianos residentes a 10 ou 11 anos no núcleo de Criciúma (ex-colônia de Azambuja) fizeram um abaixo assinado pedindo a abertura de uma estrada (sobre uma picada existente) para o transporte de cereais. A intendência municipal de Araranguá providenciou os melhoramentos da dita estrada, utilizando-se do auxílio financeiro do Estado. O Estado tinha total interesse na abertura de estradas, visando seu desenvolvimento, porém a quantia somente foi dispendida em vista de não ser abundante, pois não tinha condições financeiras para tais obras (PEREIRA, 1984: 12).

A superação parcial da adversidade das condições de transporte das mercadorias, ocorreu apenas por meio da utilização de embarcações que faziam o transporte de cabotagem dos produtos do *hinterland* do município até o porto de Laguna ou diretamente a Florianópolis. A primazia no exercício das atividades de transporte e de organização no fluxo de mercadorias fez com que já no início do século XX, Araranguá, que contava com uma população aproximada de 12.816 habitantes, houvesse se firmado como importante centro regional.

Os investimentos privados em linhas regulares de barco a vapor criaram linhas regulares de transporte interligando Araranguá a Laguna e Florianópolis. A efetivação do transporte fluvial tornou-se possível, sobretudo, em razão das condições de navegabilidade pelo rio Araranguá, tanto pelo seu calado quanto pela acessibilidade de sua foz, possibilitando o fluxo de mercadorias e pessoas, favorecendo a comunicação do município com outras áreas do Estado.

Assim, firmando-se como importante centro regional, Araranguá durante as primeiras décadas do século XX, apresentou acelerada expansão de sua sede urbana, a medida em que novas atividades passavam a compor suas funções locais. Em 1919 o município contava com uma população aproximada de 36.000 habitantes, sendo que após três anos, em 1921, a sede municipal foi elevada a categoria de cidade.

Naquele ano, havia em sua circunscrição uma população em torno de 40.180 habitantes compreendida não apenas a sua sede, mas os habitantes que compunham os distritos sob sua jurisdição, sendo eles: Meleiro, Morretes (atual Maracajá), Passo de Torres (atual São João do Sul), Sombrio, Turvo, Volta Grande (atual Jacinto Machado) e Criciúma. A década de 20 consolidou a vida urbana da cidade, resultante especialmente da construção do primeiro Grupo Escolar, do Fórum Público e de infra-estruturas de serviços, como a coleta de lixo e a limpeza das ruas.

Além disso, com a intensificação da extração do carvão mineral economicamente explorável no distrito de Criciúma, localizado ao norte da sede municipal, novas lógicas do território foram impostas. Ressalta-se que a diversificação das atividades e o fortalecimento interno da economia colocaram Araranguá em posição de destaque no contexto catarinense pela importância das minas carboníferas e pelo conseqüente crescimento de seu aglomerado urbano.

No final daquela década, o início da construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, principal via de escoamento do carvão, que interligou primeiramente Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna, marcou o início de profundas mudanças na circulação e na comunicação entre os distintos núcleos urbanos do sul catarinense. Tal obra contribuiu para a substituição progressiva da navegação fluvial pelo transporte ferroviário em razão do assoreamento acelerado no curso do rio Araranguá que passou a dificultar o movimento de embarcações em seu leito.

Cada vez mais limitado pela diminuição do calado do rio, o transporte fluvial não cumpria mais seu papel adequadamente, pois não acompanhava o aumento na demanda de produtos e de fluxos a medida que as condições do leito do rio impediam a circulação de maiores embarcações. A estrada de ferro não apenas assumiu as atividades executadas até então através dos cursos fluviais, como inaugurou uma via de conexão direta entre os principais núcleos através do transporte terrestre.

Entretanto, a emancipação do distrito de Criciúma em 1925, principal núcleo de extração mineral do sul catarinense havia provocado uma brusca inflexão no crescimento econômico de Araranguá. A emancipação daquele distrito significou perdas territoriais, em função da grande área que Criciúma absorveu, como também perdas em arrecadação municipal em valores de exportação para Araranguá. Com a autonomia das áreas de extrativismo localizados no núcleo de Criciúma, Araranguá foi perdendo representatividade, cedendo lugar a rede de cidades ligadas a exploração do

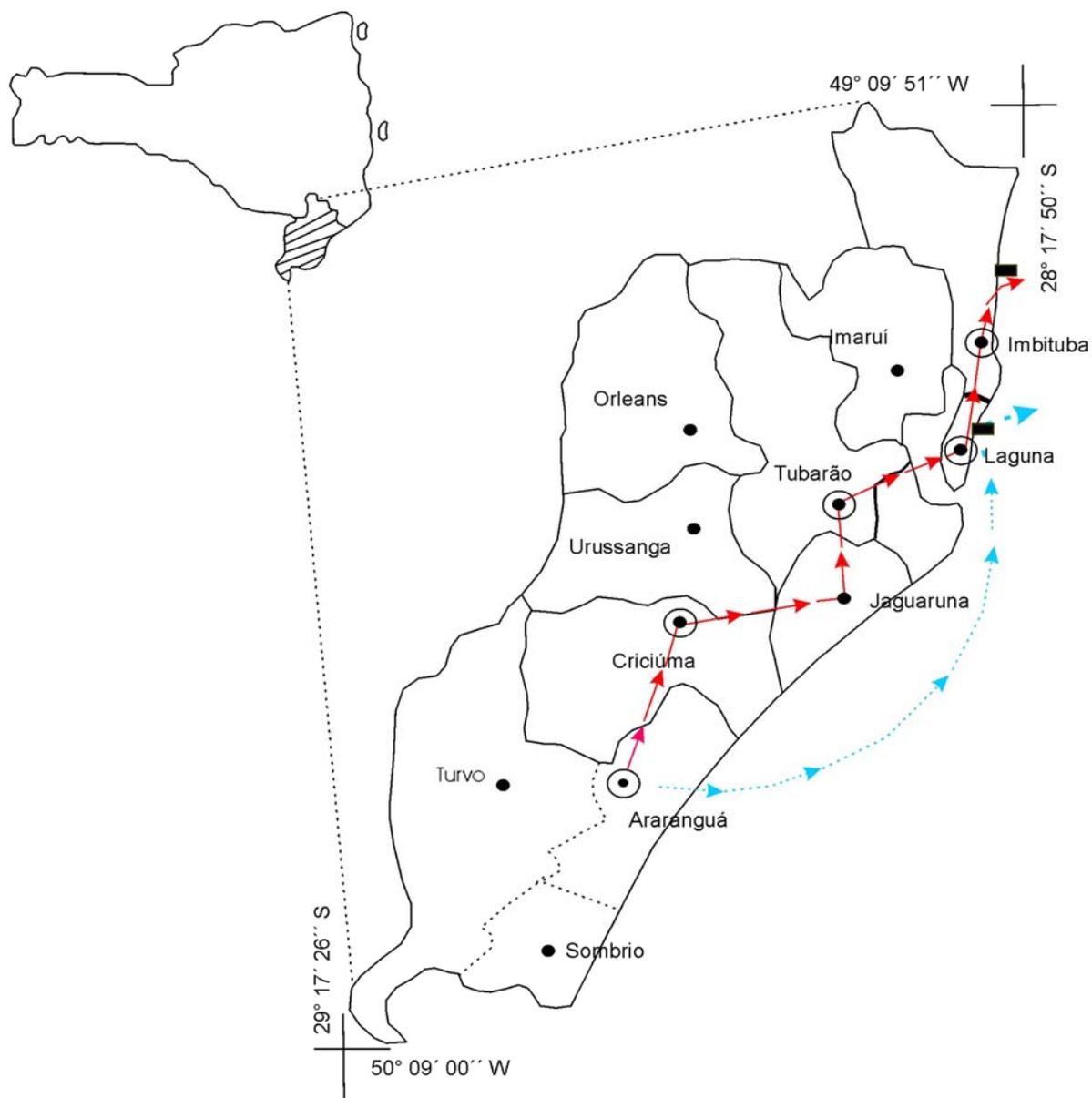
carvão, que se fixaram como os principais pólos de crescimento urbano e econômico do sul de Santa Catarina.

Nesse sentido, cabe destacar que a expansão da mineração e o fortalecimento dos grandes grupos ligados às atividades extrativistas promoveu uma reorganização dinâmica dos centros urbanos em escala regional. Tubarão tornou-se um importante núcleo de beneficiamento carbonífero e de extensão das atividades mineradoras criciumentenses, enquanto Imbituba substituiu progressivamente a Laguna como porto de embarque e exportação. Torna-se conveniente lembrar que o novo momento baseado na economia do carvão providenciou um sistema distinto de circulação de bens e capitais no decorrer do tempo histórico. As significativas mudanças na circulação deveram-se, fundamentalmente, em função da inauguração da Estrada de Ferro e pela conclusão das obras no porto de Imbituba.

As obras representavam não apenas o poder econômico materializado pelos grandes empresários do carvão, como significou uma lógica particular da urbanização do Sul de Santa Catarina, deslocando o eixo Araranguá – Laguna e Florianópolis, por aquele que se compreendeu entre Criciúma – Tubarão e Imbituba (cart. 2). Com a emancipação de Criciúma, Araranguá ficou às margens da dinâmica econômica vigente baseado no carvão, sofrendo assim um acentuado processo de estagnação. De qualquer modo, a extensão das linhas férreas até Araranguá, permitiu que o município permanecesse atuando como organizador da área agrícola do extremo sul catarinense e estabelecendo-se como centro urbano periférico.

A importância da Estrada de Ferro na malha urbana de Araranguá, a partir da década de 30, pode ser percebida pela inclinação da cidade às áreas próximas a estação ferroviária (situada principalmente ao norte das margens do rio), onde havia se

Cartograma 2: Fortalecimento e Transferência na Circulação de Bens e Capital entre os Centros Urbanos do Sul de Santa Catarina



Legenda:

- ⊙ Centros Urbanos Principais
- Centros Urbanos Secundários
- ⋯ Vias Principais de Circulação de Bens e Capital em 1930
- Vias Principais de Circulação de Bens e Capital em 1960
- Portos
- ⋯ Desmembramentos municipais ocorridos no decorrer do período

Escala: 1:320.000

Elaboração: Fernando Goulart Rocha

Fonte: Atlas de Santa Catarina, 1956.

concentrado uma circulação de embarque e desembarque de passageiros e de circulação de capital. A circulação de capitais dinamizada pelo transporte ferroviário e a consolidação do município como ponto de recepção e distribuição de mercadorias do interior para outras áreas, manteve Araranguá como centro prestador de serviços, mesmo que deslocado do eixo principal da atividade mineradora.

Excluído do eixo econômico do carvão, no transcorrer das décadas de 30 e 40, o município fortaleceu seu setor agrícola em âmbito regional. Tal situação se fez, sobretudo, através da intensa ocupação da população na agricultura e o debruçamento da economia local ao excedente proveniente do campo. Como resultado da referida situação, no início da década de 40, a população do município de 59.273 habitantes, apresentava-se 91,5% compreendida como rural e 8,5% urbana, como representado no quadro a seguir:

Quadro 1: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1940	59273	5049	54224	8,5	91,5

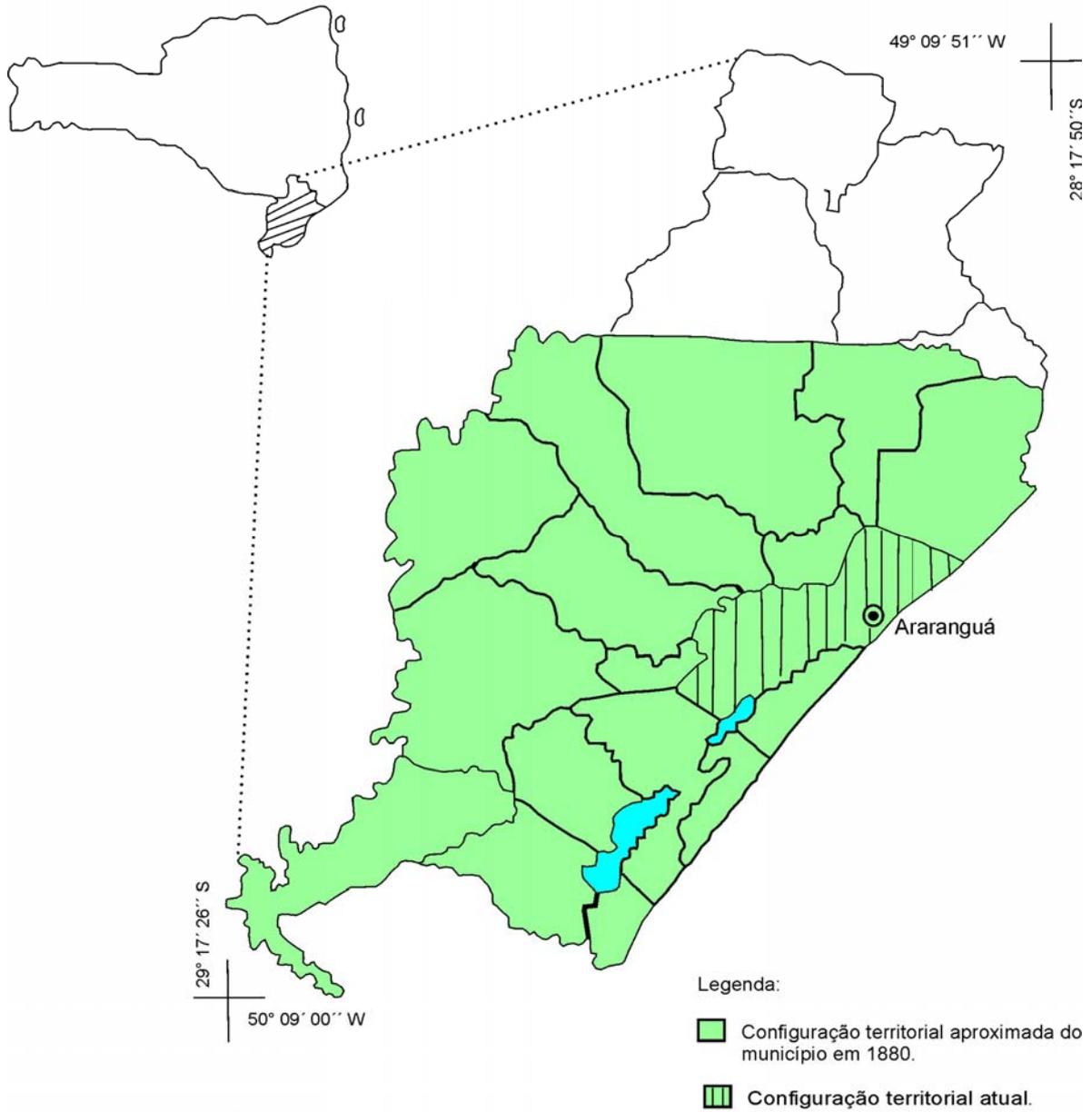
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1940.

No final daquela década, o distrito de Turvo, apresentava-se como um dos mais importantes na constituição do município, tanto pelo crescimento da sua produção agrícola, quanto pela expansão do núcleo urbano. A emancipação do referido distrito em 1948, que abrangia um extenso território ao sul e em direção oeste, repercutiu em significativas perdas territoriais e produtivas para Araranguá. Entre as localidades abarcadas por Turvo, destacaram-se as áreas dos atuais municípios de Meleiro, Morro Grande, Timbé do Sul, Jacinto Machado (ex- Volta Grande), Praia Grande (ex - Roça da Instância) e Ermo.

A importância econômica da área dizia respeito, sobretudo a representatividade e especialização da produção agrícola, como no cultivo do arroz, da banana, do milho e do feijão. Salienta-se ainda, que a emancipação de Turvo naquela década, assinalou o início do processo de municipalização de outros núcleos coloniais do extremo sul de Santa Catarina.

Dentre eles, além das localidades anteriormente citadas e que se tornaram posteriormente municípios, destacam-se a emancipação de Sombrio em 1953 (compreendendo áreas dos atuais municípios de São João do Sul, Passo de Torres e Balneário Gaivotas) e Maracajá em 1967. O processo evolutivo de emancipação das colônias localizadas no extremo sul de Santa Catarina, marcou na década de 40 e início da década de 50, uma reorganização da produção e uma nova configuração territorial do espaço regional (cart.3). A consequência do fenômeno se contextualizou nas investidas estatais de modernização produtiva, na capitalização da agricultura e do incentivo à urbanização, como veremos a seguir.

Cartograma 3: Evolução Político -Administrativa



Escala: 1: 750.000

Elaboração: Fernando Goulart Rocha

Fonte: Atlas Escolar de Santa Catarina, 1991

2.2 Expansão Urbana e Modificações no Espaço Rural

A partir dos anos 50 o ideário do novo meio social, relacionado ao ritmo do capital e das grandes cidades, formou o cenário que passou a representar o sentido do crescimento econômico brasileiro. Como destacou Santos (1993), naquele período, prevaleceu a lógica da industrialização através da criação de atividades industriais, da formação de um mercado nacional e de esforços para torná-lo integrado. A industrialização ativou, inclusive, o processo de urbanização. A base econômica imposta superou o nível regional e situou-se na escala do país, condicionando a uma urbanização cada vez mais envolvente pelo território.

A urbanização caracterizada por promover o crescimento das cidades e modificar as estruturas pré-estabelecidas baseada na composição social e produtiva do campo, constituiu-se, sobretudo, pela implantação de políticas que a partir do Estado, atuaram no sentido de fazer do Brasil Rural um Brasil Urbano. Tais políticas perpassavam não somente por conjunturas nacionais, como estiveram também associadas a interesses internacionais de reprodução do capital e de ampliação do mercado consumidor.

O aumento progressivo da população urbana assinalou os primeiros momentos em que a urbanização significou, por consequência, a implementação de políticas que interessavam tanto aos agentes privados quanto estatais. Neste processo, o crescimento demográfico observado, especialmente no pós-guerra, indicava os primeiros efeitos do firmamento da urbanização presenciados seqüencialmente àquela década. No Brasil, durante o referido período, a população urbana ascendeu de 36,1% para 45,6%, enquanto que a população rural declinou de 63,9% para 54,6% em relação ao índice de participação, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Brasil População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1950	51.944.000	18.783.000	33.161.000	36,1	63,9
1960	70.191.000	31.956.000	38.235.000	45,6	54,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950, 1960.

O crescimento, relacionado à queda dos índices de mortalidade associados à natalidade elevada, foi contemporâneo de melhores condições de vida da população, que passou a obter, entre outras coisas, maiores facilidades de acesso a equipamentos e estruturas da cidade. Paralelo a esta situação encontrava-se as melhorias em saneamento, resultante da própria urbanização, como destacou Santos (1993).

Sincronicamente, o Estado, a partir da década de 50, incentivou a implantação de políticas estratégicas de modernização e a introdução de novas tecnologias e insumos agrícolas no espaço rural, contribuindo assim, para uma completa reestruturação e reorganização social e técnica do território. A modernização agrícola e a substituição da população rural pela urbana compreendia um dos fundamentos das teorias desenvolvimentistas que se difundiram nos governos brasileiros naquele período.

As teorias desenvolvimentistas dominantes foram aquelas que, sobretudo, conduziam a afirmação de que o êxito econômico e o sentido do progresso ocorreriam em razão e por consequência da industrialização e do crescimento e expansão das cidades. Acreditava-se que somente através da indústria e por inferência da urbanização, poder-se-ia concretizar, com efeito, o desenvolvimento, embora antes fosse preciso desestruturar o sistema sócio-territorial vigente.

A tentativa de confirmar a validade da tese, segundo a qual se baseava no incentivo estatal a industrialização, foi difundida no Brasil principalmente através das cartilhas cepalinas. A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, surgiu com propósito de explicar o atraso sócio econômico dos países latino-americanos - países de periferia - em relação aos países denominados “centros”, e buscar, através de estudos e projetos, formas de superar o atraso. Vigorava a teoria de substituição das importações introduzidas pela Cepal, sobretudo, no final da década de 50 e no início de 60.

Segundo a mencionada teoria, para que houvesse uma efetiva industrialização, era necessário uma transferência consistente de capitais aplicados pelo Estado na agricultura em favor da indústria. Além disso, seria primordial que ocorresse um maior incentivo à mecanização agrícola, especialmente porque através da utilização de técnicas primitivas na agricultura, a produtividade apresentava-se reduzida e insuficiente para o fornecimento de matérias-primas para a cidade e para a indústria, gerando assim elevação nos custos industriais.

Por outro lado, a industrialização interna ganhava forças a medida em que grande parte dos produtos industrializados utilizados e comercializados no país precisavam ser importados. Como os produtos do setor secundário apresentavam um maior valor de troca do que aqueles do setor primário, os valores das importações estavam sempre avante dos valores de exportação, comprometendo as contas da balança comercial brasileira. Nesse sentido, associado a “substituição das importações” estava o interesse do Estado e do empresariado na substituição da população predominantemente rural pela urbana, processo considerado fundamental no sentido de desenvolver os setores secundários e terciários de forma mais efetiva.

Havia, enfim, a necessidade de estimular a troca de técnicas primitivas de produção por outras mais sofisticadas, para que pudesse liberar a mão-de-obra para o

desenvolvimento dos setores – secundário e terciário - até então atrofiados na cadeia produtiva. As transformações ocorridas na cidade e no campo que visavam tornar sólida tal iniciativa repercutiram não somente em atribuir novas especificidades à cidade, como também, exerceram influência direta sobre a estrutura do espaço rural brasileiro e sua população. Tal situação evidenciava os indícios de uma relação rural-urbana no país, que não mais, a partir das novas tecnologias na produção e nas relações de trabalho, apresentariam as mesmas configurações que as antecederam.

A industrialização, como assinalou Santos (1993), compreendida não em seu sentido restrito, mas pela sua significação como processo social complexo, incluiu nas décadas de 40 e 50 a formação de um mercado nacional, a expansão do consumo em formas diversas e promoveu a incorporação de equipamentos com vista a integração do território. A industrialização passou a ser concebida como o caminho mais rápido ao desenvolvimento, consolidando-se como fenômeno adjacente ao movimento da transição rural-urbana da população.

Desse modo, embora se tenha afirmado que a urbanização brasileira não tenha decorrido diretamente da industrialização por não ter gerado empregos suficientes para as proporções alcançadas pelo êxodo rural, cabe ressaltar que a industrialização foi responsável por produzir novas lógicas pelo território. A cidade passou a contar com estrutura até então ausente no campo e, absorveu o sentido de local de novas oportunidades e de melhores condições de vida, repercutindo de maneira significativa e conseqüente no deslocamento rural – urbana da população brasileira.

A substituição da população rural pela urbana compreendeu um dos fundamentos ao desenvolvimento amplamente difundidos pelo Estado. A urbanização e o crescimento industrial apresentavam-se para os governantes da época como a via única para que o país pudesse conquistar uma inserção mais atuante e consistente no cenário econômico internacional.

Em Santa Catarina, como salientou Lohn (1999), tais representações se impuseram ao modo de vida rural, que gradativamente, se incluía em um sistema de produção em massa consistido em criar um “modo de vida total”. Sob a égide do desenvolvimento tecnológico e da subjugação da natureza, em conjunto com a vontade das empresas e do governo em transformar as técnicas de produção agrícola, os agricultores de Santa Catarina passaram a conviver com equipamentos e produtos em um ambiente bastante modificado.

As transformações ocorrerem, sobretudo, através de intervenções estatais que procuravam substituir as técnicas conservadoras e, por vezes, predatórias dos agricultores. Os meios utilizados para tal finalidade, consistiram em fornecer aparatos tecnológicos necessários com a introdução do processo de mecanização que alterou e reestruturou o trabalho agrícola. Nesse sentido, “a resolução do ‘atraso’ no campo, tornou-se uma política sistemática e efetiva (LOHN, 1999: 46)”, baseada na efetivação das relações capitalistas de produção que adentraram ao espaço rural catarinense.

A partir da década de 50, os dados quanto a evolução da população começaram a representar o resultado de mudanças estruturais tanto no espaço rural como urbano. Em Santa Catarina, a população urbana passou no período de um decênio de 23,2% para 32,8%, ao passo que a população rural recuou proporcionalmente de 76,8% para 67,7%, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 3: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1950	1.560.502	362.717	1.197.785	23,2	76,8
1960	2.128.665	687.887	1.440.778	32,8	67,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950, 1960.

Os valores expressos para o Estado de Santa Catarina convergem àqueles obtidos na escala do país. Percebe-se, entretanto, que o maior crescimento da população urbana em relação à população rural não diagnosticou o fato de que em números absolutos a população rural permaneceu em expansão. A evolução foi acompanhada tanto em escala nacional quanto estadual, ressaltando o sincronismo das iniciativas estatais em promover a urbanização do território.

Araranguá, estabelecido no contexto de tais políticas, presenciou a partir da década de 50, uma completa reorganização social e técnica de seu território. A expansão urbana que se associava ao aumento progressivo das taxas de urbanização revelou assim, o processo marcante e conseqüente da transferência do local de residência da população araranguaense.

Naquele período, o município começou a apresentar uma expansão urbana direcionada ao sul das margens do rio Araranguá. Tal direcionamento, oposto àquele presenciado até então, ocorreu devido as melhores condições daquela área na expansão da cidade, por concentrar a localização dos setores administrativos e financeiros do município, pelas melhores amenidades físicas e a disponibilidade de infra-estrutura mais adequada.

Na década de 50, pode-se observar ainda os primeiros momentos da inversão rural-urbana da população do município. A medida em que o campo reestruturava-se e perdia bruscamente uma população ligada ao setor agrícola em razão das investidas do capital industrial na cidade, um significativo adensamento populacional se mostrou presente. Os dados comparativos entre a população rural e urbana indicam, ainda que em parte, este processo em Araranguá. A população urbana passou de 17,2% em 1950, para 35% em 1960, enquanto que houve uma queda nos índices da população rural, passando esta de 82,8% em 1950, para 65% na década seguinte, como representado no quadro:

Quadro 4: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1950	38.923	6.695	32.228	17,2	82,8
1960	24.461	8.542	15.919	35	65

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950, 1960.

Cabe destacar, entretanto, que em relação a Araranguá, tais dados apresentam-se distorcidos quando se considera que a emancipação do Distrito de Sombrio em 1953 refletiu em momento de inflexão dos números. A autonomia político-administrativa daquele distrito culminou em uma acentuada redução da população rural do município, haja vista que Sombrio absorveu grande extensão de áreas rurais quando emancipado.

Sob este aspecto, observa-se que a redução da população rural em Araranguá (17,5%) no período 1950-1960 foi notoriamente maior do que o diagnosticado em nível estadual (9,1%) e nacional (9,3%), embora estes dados sejam margeados de uma evolução específica que não se conclui a uma urbanização local mais intensa. Os dados apresentam assim, quando analisados isoladamente ao processo de reorganização territorial, deficientes quanto ao estudo estatístico-temporal da vitalidade do processo de urbanização entre as décadas acima destacadas no município.

Embora não pareça haver dúvidas acerca da origem de uma reconstrução da paisagem rural-urbana em Araranguá a partir da década de 50, devemos atentar-nos ao fato dos limites impostos pelos dados disponíveis. Deste modo, compreender estes valores como fenômeno do êxodo rural ou da intensificação no adensamento urbano imediato, torna-se precipitado tendo em vista as complexidades dos fenômenos frente as disposições numéricas pouco abrangentes e que, como anunciamos anteriormente, apenas em parte servem a tal finalidade.

Na década de 60, novas perspectivas foram lançadas no que tange a questão rural e o crescimento industrial do país. Aquela década marcou uma ampla discussão e participação política em torno das perspectivas de desenvolvimento, onde se discutia os rumos da economia brasileira, sobretudo dos novos rumos da indústria, independentemente da alternativa adotada, nacionalista ou através da abertura ao capital externo.

A modernização dos anos 60, percussora do avanço urbano-industrial brasileiro presenciado nas décadas seguintes no território, esteve envolvida em dois grandes debates acerca do papel do agro na base econômica do país. De um lado, destacou-se a tese estruturalista, que apregoava o desenvolvimento através do mercado interno e da industrialização, dando continuidade as idéias cepalinas. De outro, divergindo desta corrente, estavam os comprometidos com a tese funcionalista da agricultura que procurou demonstrar que esta não se constituía como um entrave ao crescimento econômico. Os funcionalistas defendiam que o setor agrícola sempre havia cumprido sua função nas políticas econômicas adotadas pelo país.

Tais teses delinearam duas visões distintas do debate a respeito da função do agro brasileiro, iniciadas na década de 50 e que se estenderam com vigor até a década de 70. A tese estruturalista garantiu grande parte das políticas governamentais adotadas com a finalidade de modernizar a agricultura no país, incentivando a industrialização e urbanização entre aquelas décadas. Por outro lado, a tese funcionalista, ganhou forças a partir da década de 70, quando observado que o país havia desenvolvido um parque industrial, consolidado a urbanização, e que a agricultura contribuiu a esta nova situação, não apresentando obstáculos estruturais como alardeado pelos estruturalistas (NETO, 1997).

Fundamentada politicamente em uma abordagem estruturalista, o país presenciou a partir da década de 60 uma significativa evolução nos números da urbanização do

território. Durante aquela década, o movimento de concretização do Brasil urbano-industrial se fortaleceu. A industrialização relacionada a urbanização continuou sendo prioritária no sentido de viabilizar o crescimento econômico. Esse processo ocorreu tanto pelos avanços da técnica agregada à modernização agrícola, quanto ao maior suporte investido em infra-estrutura na consolidação de uma rede de serviços e de condições de transferência de produção e informação pelo território (SANTOS, 1993).

Além disso, com a entrada de capitais internacionais e a expansão das indústrias multinacionais, que passaram a concorrer com as nacionais, houve uma exigência de ser cada vez maior a mão-de-obra disponível. A garantia da consolidação de um mercado consumidor interno e das condições de oferta de força-de-trabalho, responsável pelo controle dos índices de salários, significava uma nova realidade social compreendida como a permanência do crescimento contínuo da população urbana. Por conseqüência, aumentava-se o mercado consumidor interno e urbano que passou a apresentar outras “necessidades de consumo” até então ausentes na condição pretérita da população rural.

Em Santa Catarina, o ritmo da urbanização e substituição das formas “arcaicas” de produção no campo seguiram as políticas adotadas em escala nacional. Difundidas as teorias desenvolvimentistas da criação de uma sociedade industrial e urbana, novas configurações passaram a compor o espaço rural catarinense. No Estado, assim como em grande parte do país, ampliaram-se os créditos bancários favoráveis ao implemento de tecnologias na produção agrícola, cresceram os incentivos ao setor industrial através de melhorias nos sistemas de rede de transportes. As cidades se dinamizaram e aumentou-se a necessidade de mão-de-obra requerida do espaço rural.

Embora o fenômeno não tenha ocorrido uniformemente, principalmente pelas especificidades de produção das grandes macro-regiões agrícolas e urbanas, ele foi responsável por conduzir a um novo momento na divisão do trabalho e, no arranjo espacial da cidade e do campo. Apesar da população urbana, tanto em Santa Catarina

como no Brasil, mantiverem-se em ascensão no período 1960-1970 em números absolutos e relativos, a população rural conservou até os finais da década de 60 um crescimento absoluto¹ ainda que em números relativos esta população tenha recuado, como destacado a seguir:

Quadro 5 : Brasil - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	<i>Pop. Rural</i>	Pop.Urbana (%)	<i>Pop. Rural (%)</i>
1960	70.191.000	31.956.000	38.235.000	45,6	54,6
1970	93.179.000	52.905.000	40.274.000	56,8	43,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950,1960,1970.

Quadro 6: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	<i>Pop. Rural</i>	Pop.Urbana (%)	<i>Pop. Rural (%)</i>
1960	2.128.665	687.887	1.440.778	32,8	67,7
1970	2.901.734	1.246.043	1.665.691	42,94	57,06

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950,1960,1970.

Araranguá naquela década seguiu os índices de urbanização assinalados nas escalas mencionadas. A urbanização compreendida como processo interligado ao processo de industrialização, confirmou a criação e consolidação de uma economia urbana, ocorrendo não ao acaso, mas por meio da expansão das forças produtivas, do acréscimo no número de trabalhadores e de residentes da cidade comportando as novas configurações que a urbanização estabeleceu.

Entre as décadas de 60-70, os números demonstram o sentido da urbanização do município. Enquanto a população urbana representava 35% no início da década de 60,

¹ Nota-se que o crescimento relativo nem sempre obedece a um crescimento absoluto, observando que a evolução proporcional nem sempre significa um declínio entre um dado e outro.

este passou a representar 47,7% em 1970. Por outro lado, a população rural recuou de 65% em 1960, para 52,3% em 1970, conforme o quadro:

Quadro 7 : Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1960	24.461	8.542	15.919	35	65
1970	26.211	12.494	13.717	47,7	52,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1960,1970.

Todavia, no início da década de 60, enquanto se fortaleciam as políticas em melhorias de infra-estrutura no Brasil e em Santa Catarina, Araranguá conviveu com a presença de eventos que se constituíram como fatores contrários a esses empreendimentos. Entre eles, a interrupção das linhas de transporte ferroviário, extinguindo por completo seus serviços à sede do município, e a extinção das rotas comerciais aéreas realizadas desde a década anterior, fazendo do aeroporto municipal utilidade restrita a campo da aviação. Os efeitos da estagnação nos sistemas de transportes não se mostraram mais agravantes porque, no mesmo período, iniciou-se a construção da BR-101 e de outras estradas vicinais que interligaram Araranguá a municípios vizinhos e a centros maiores.

Quanto ao setor agrícola do município, no transcorrer da década de 60, o arroz manteve-se como o principal produto cultivado, embora no decorrer daquela década o plantio de fumo passou a despontar como concorrente das áreas disponíveis e com condições favoráveis a sua expansão. A produção do fumo em folha, que se tornava cada vez mais presente nas lavouras localizadas ao sul do rio Araranguá.

A entrada no território de capitais das grandes companhias de fumo, bem como o aperfeiçoamento na produção e beneficiamento do arroz, indicaram o rigor da

capitalização agrícola que se fez sentir em múltiplos sentidos. O aporte de capitais e de novos agentes sobre o setor agrícola convergiu a uma estrutura que gradativamente avançou sobre as formas de comercializar e trabalhar do homem do campo.

Nesse sentido, em Araranguá, a partir da década de 60, dois grandes setores de produção agrícola se destacaram. A diferenciação dos setores pode ser identificada em suas base produtiva, distinguindo-se o cultivo do fumo e do arroz. No primeiro, ao sul, onde se estabeleceu o cultivo de fumo, predominou a pequena produção familiar, com pequena mecanização na produção e, onde a terra, em geral, permaneceu sendo trabalhada de maneira artesanal.

No segundo setor, ao norte, marcadamente de rizicultura, ocorreu uma maior incidência de maquinários e insumos agrícolas na produção, contribuindo na redução de mão-de-obra no cultivo do produto. Neste setor, que concentrou uma maior renda fundiária caracterizada por áreas de várzeas e constantemente irrigada, a expansão da cidade mostrou-se mais modesta, pelas próprias condições estruturais apresentadas.

No final da década de 60 era possível distinguir duas áreas de produção agrícola no município de Araranguá distintamente percebidas por suas especificidades de produção. Entretanto, ressalta-se a não aleatoriedade em suas configurações, sobressaindo-se a presença do capital fornecido pelo crédito rural aos grandes produtores (especialmente ligados ao arroz) e o atrelamento dos pequenos agricultores (principalmente do fumo) às companhias multinacionais fumageiras.

Assim, a medida em que este trabalho se preocupa em analisar a presença de subespaços rurais na expansão urbana de Araranguá, cabe destacar que na direção deste corte, distintos momentos da história da cidade encontram-se sobrepostos. A penetração, incorporação e os resultados da modernização do campo a partir da segunda metade do século passado, assinalam um dado momento da técnica.

O avanço, a incorporação e os resultados da modernização do campo a partir da segunda metade do século passado, assinalaram um dado momento da técnica. As análises que se preocupam em observar suas conseqüências sob diversos prismas em relação aos processos de trabalho, do êxodo rural, da urbanização, da divisão territorial e social do trabalho, incluem-se diretamente nessa questão.

As lógicas estabelecidas no espaço rural de Araranguá modificaram-se velozmente em um período de poucas décadas impulsionadas, como foi visto, por uma série de empreendimentos e políticas para o campo que se estabeleceu a partir da escala do país. Desta maneira, as análises realizadas na atualidade acerca da expansão urbana araranguense e os eventos a ela associados, entre eles os subespaços rurais, necessitam considerar as descontinuidades que além de espaciais são também temporais. A confirmação das diferenças entre as propriedades que preservam algum tipo de atividade rural no decorrer do *continnum* espacial rural-urbano revela não apenas o sentido da urbanização, mas o da expansão urbana estruturada pelos objetos técnicos.

A medida em que equipamentos e serviços favoreceram de forma mais imediata as comunicações entre a área central e as áreas mais afastadas, novos empreendimentos se estabeleceram a montante dos setores mais congestionados pela ocupação urbana. Novamente os agentes produtores do espaço urbano têm exercido papel importante para a consolidação desta configuração.

A distribuição espacial das estruturas técnicas e, conseqüentemente, da rede formada pelos novos empreendimentos, constituíram as condições indispensáveis à expansão urbana e a urbanização. O alargamento das fronteiras de acesso à técnica, por sua vez, tem representado condicionante inerente ao avanço do capital urbano sobre as formas de trabalho presentes sobre o território.

No contexto da expansão urbana de Araranguá, faz-se prudente notar nítidas configurações relacionadas à difusão das estruturas do meio técnico. A expansão das

redes técnicas promoveu a urbanização na medida em que a disponibilidade de serviços implicou no surgimento de novos loteamentos, observando a relação entre os possíveis acessos aos equipamentos e empreendimentos industriais e a valorização da terra. Outro reconhecimento da iniciativa da técnica na expansão urbana de Araranguá pode ser diagnosticado interpretando-se o sentido de abertura de novas vias, bem como a melhoria de condições daquelas existentes.

A situação torna evidente o sincronismo entre as políticas em diferentes escalas que visavam promover, de maneira incondicional a cidade. Em relação ao espaço rural, na década de 70, o engajamento do Brasil em um novo modelo de desenvolvimento econômico, confirmou o processo de modernização agrícola no país. Por parte do governo federal, ocorreu a disponibilização com o aumento das linhas de crédito a tecnificação da produção, iniciado na década anterior, e que rapidamente fomentou as mudanças no volume e nas formas de produção e trabalho rural e urbano.

A modernização da agricultura, fundamentada no aumento da produtividade como sentido a obtenção de maior renda, estabeleceu-se no contexto do convencionalmente denominado de “milagre econômico” brasileiro. A modernização da agricultura, atrelada ao crescimento urbano – industrial, que havia se intensificado no decorrer da segunda metade dos anos 60, confirmou-se como medida a proporcionar uma maior demanda e suporte na base econômica que se pretendeu consolidar.

Afiliada a essa intenção, houve profundas alterações nas atribuições do setor primário, culminando nas alterações em sua estrutura produtiva a partir da década de 70. A solidez da relação estreita entre o setor agrícola e a indústria repercutiu em “reconstruir” o papel desempenhado pelo campo no processo de desenvolvimento, fazendo-o integrado à produção industrial. A integração se realizou tanto pelo alargamento da produção, tornando-se subsidiário do setor industrial, como ampliando o maquinário agrícola e liberando mão-de-obra para o trabalho na cidade.

A situação assim materializada conduziu à ruptura com os mitos apregoados por um grande número de pensadores que haviam proliferado a tese do setor agrícola apresentar-se como obstáculo ao desenvolvimento. O papel desempenhado pela agricultura no crescimento econômico daquela década levou a reformulação das antigas teorias, sobretudo porque “o país desenvolvera um parque industrial, urbanizara-se, e a agricultura contribuíra para esta nova situação, não apresentando os obstáculos estruturais alardeados em seus estudos (NETO, 1997:79)”.

No interior da estrutura agrária as mudanças se sobressaíam, tanto pela utilização de novos equipamentos e produtos, quanto pelo número de pessoal ocupado na agricultura. Segundo Da Silva (1982: 48), “a utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores quase três vezes no período 1967-1975”.

A modernização foi responsável pelo aumento na extensão das áreas cultivadas, na exigência da ampliação no número de trabalhadores rurais nas propriedades, embora o período de ocupação tenha entrado em declínio. A ocorrência deste fato se deu porque a contratação de trabalhadores rurais temporários passou a ser a solução mais econômica para um sistema de produção contemporâneo à ascensão do uso da técnica.

A década de 70 confirmou o processo de reestruturação do trabalho agrícola anteriormente iniciado. No interior da cadeia de produção agrícola, novas relações foram percebidas, principalmente na utilização da mão-de-obra (descontínua durante o processo produtivo), e no local de moradia dos trabalhadores agrícolas (que não mais se restringiram a serem administrativamente rurais). Como grande parte dos trabalhadores que compunham a população agrícola eram volantes e tornaram-se urbanos por residência, eles estabeleceram um novo quadro, contribuindo a complexificar os velhos esquemas campo - cidade (SANTOS, 1993).

O Brasil assistiu ainda durante aquela década, associado ao avanço sistêmico da industrialização, o impulso crescente e sucessivo da população urbana, respondendo a própria urbanização que efetivamente se concretizava. O crescimento numérico da população urbana além de superar a população rural apresentou-se naquele momento maior que o crescimento relativo da população total. Em escala nacional, a população rural que representava 43,2% da população total, declinou para 31,1% em 1980. Por outro lado, a população urbana ascendeu de 56,8% para 68,9% no decorrer do mesmo período, como mostra o quadro seguinte:

Quadro 8: Brasil - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1970	93.179.000	52.905.000	40.274.000	56,8	43,2
1980	119.009.000	82.013.000	37.086.000	68,9	31,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970,1980.

Associado ao crescimento da população urbana, a maior participação do setor público na economia através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), centralizou os esforços em dar condições a um capitalismo mais dinâmico nas cidades. Esses planos representaram, sobretudo, a iniciativa concreta da formação de uma sociedade urbano-industrial e ao crescimento da economia como um todo.

A trajetória para tal realização como destacou Da Silva (1982), perpassava pelos níveis de salários, que deveriam comportar-se no setor secundário acima daqueles pagos na agricultura, incentivando o deslocamento de parte da mão-de-obra do campo para a indústria. Na medida em que o capital industrial fosse reinvestido e houvesse a absorção contínua da mão-de-obra do setor de subsistência, o referido sistema equilibraria os

fluxos de transferência de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que promoveria o fortalecimento da economia urbana.

Contudo, como colocou o citado autor, este sistema parece funcionar bem quando se considera uma economia fechada. No caso de uma economia aberta, como anteriormente diagnosticado por Lewis (*apud* DA SILVA, 1982:19), quando a acumulação do capital alcança a oferta de trabalho, conduz a elevação no nível de salários acima dos níveis de subsistência, sendo o excedente do capital afetado desfavoravelmente.

A necessidade de um “mercado” marginal de oferta de trabalhadores é uma prerrogativa indissociável do avanço das relações capitalistas de produção, principalmente pela sua função de controlar os índices de pagamentos. Para que a oferta se mantenha contínua, o sistema deve mantê-la sob seu controle, situando-se conforme suas exigências. Nessa conjuntura, a formação de uma sociedade urbana voltada aos interesses do capital industrial, tornou-se fundamentalmente necessária quando se analisa a estrutura da evolução capitalista a partir da segunda metade do século XX no país. O movimento, atrelado os novos empreendimentos e a reestruturação produtiva generalizante se alastrou em todos os sentidos, tanto no espaço rural quanto urbano.

Santa Catarina, interligado ao modelo nacional de modernização agrícola, baseado em mudanças nas formas de produção e na transferência de mão-de-obra do campo para a cidade, sofreu similares transformações no decorrer da década de 70. No meio rural, concretizando os processos oriundos das décadas anteriores, cada vez mais as formas de produzir se vincularam ao capital industrial, através dos complexos agroindustriais, fazendo do agricultor subsidiário ao fortalecimento de grandes grupos empresariais.

Ressaltam-se os benefícios oferecidos pelo Estado às culturas de exportação e às agroindústrias em virtude das políticas governamentais que se apresentaram capazes de exigir e gerar uma maior demanda em maquinários e insumos. A participação estatal em

propiciar, viabilizar e modernizar a agricultura, foi fundamental neste processo através da concessão de créditos para a aquisição de determinados produtos em favor dos interesses de alguns proprietários rurais e industriais.

A modernização da agricultura catarinense, porém, não ocorreu de forma uniforme. Enquanto o setor agroindustrial apresentou uma modernização mais acentuada no período 1970-1980, esta não ocorreu igualmente, sobretudo pela alta participação da mão-de-obra familiar ocupada na agricultura até aquele período. O Estado foi um dos que apresentaram maior grau de atraso com relação à modernização da agricultura no país, como destacaram, entre outros, Zanchet & Hoffmann (1990).

O proporcional baixo grau de modernização da agricultura catarinense, não significou, porém, uma menor ampliação do setor industrial e expansão das cidades. Assim como em âmbito nacional, as taxas de urbanização em Santa Catarina no decorrer da década de 70 mantiveram-se em contínua evolução. No decorrer do período 1970-1980, a população urbana em Santa Catarina passou a representar de 42,94% a 59,38% da população total, enquanto que no mesmo período a população rural declinou de 57,06% para 40,62%, como apresentado a seguir:

Quadro 9: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1970	2.901.734	1.246.043	1.665.691	42,94	57,06
1980	3.627.933	2.154.238	1.473.695	59,38	40,62

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970,1980.

O resultado da entrada de novas tecnologias de produção na agricultura catarinense se refletiu em Araranguá, principalmente nas áreas de cultivo de arroz irrigado ao norte do município. Naquele setor, a mecanização foi intensa assimilando maquinários e substituindo progressivamente o trabalho manual pelo uso de equipamentos mais modernos na produção.

Ao sul, viu-se aumentada as áreas de plantio de fumo em folha em função da maior ação das indústrias fumageiras no território, que subsidiou e atrelou grande parte dos pequenos agricultores através da “integração” aos interesses industriais no beneficiamento de tal produto. Todavia, nestas áreas, a intensidade da mecanização agrícola apresentou-se em menor grau em virtude da maior presença da agricultura familiar, das pequenas propriedades e das restrições impostas aos pequenos produtores na concessão de créditos rurais para a compra de equipamentos e insumos.

No setor industrial, Araranguá assistiu naquela década à instalação e o vigorante crescimento dos setores industriais calçadista e confeccionista em seu espaço urbano embora com modestos capitais. A industrialização, ainda que recente, contribuiu para a reorganização e valorização das áreas periféricas da cidade, sendo que por meio dela houve o direcionamento do espraiamento da malha urbana da cidade.

O fortalecimento das indústrias representou condição essencial em promover a cidade e a aglomeração urbana, dinamizada pela circulação de capitais e pelo número de trabalhadores requeridos. A absorção e a transferência da população empregada na agricultura, nas pequenas e médias propriedades para a cidade, ocorreu então influenciado pelos ideais de prosperidade a ela relacionada e ao avanço do novo contexto econômico.

O aumento no número de indústrias em Araranguá, especialmente daquelas relacionadas à produção de calçados, caracterizou-se em adentrar pelos bairros,

estendendo-se à periferia urbana e proporcionando um novo sentido da expansão urbana. A expansão foi conduzida pelo capital urbano-industrial e materializado pelas fábricas.

A disposição das indústrias calçadistas fora do centro e instaladas nos bairros impulsionou a expansão da cidade e contribuiu a atrair de maneira mais consistente a população rural para a cidade. Por outro lado, os detentores dos meios de produção instituíram uma dinâmica particular nas áreas onde se estabeleceram, favorecendo junto à instalação das fábricas, as iniciativas de outros agentes urbanos (Estado, promotores imobiliários, proprietários fundiários), que atuando de modo associado, concretizaram a urbanização das áreas da periferia.

Por conseguinte, pode-se perceber em Araranguá, que as áreas adjacentes às fábricas e nos bairros onde estas se encontram alocadas (Urussanguinha, Coloninha, Jardim das Avenidas e Mato Alto), evoluíram rapidamente como fronteiras da expansão urbana. As terras das áreas periféricas foram substituídas de maneira incisiva do valor de uso pelo seu valor de troca, absorvendo neste processo, a população do campo que passou a residir na cidade.

Entretanto, a inserção de indivíduos ao trabalho urbano formal não aconteceu de modo a abarcar a intensidade do fluxo da população do campo para a cidade. A incapacidade de absorção de parte da população pelo capital urbano-industrial, resultou no retorno de uma parcela dos indivíduos às atividades produtivas rurais como forma de sobrevivência. Tal circunstância contribuiu em proporcionar uma paisagem diferenciada no interior da malha urbana araranguaense.

Em relação a industrialização, sua generalização e diversificação tornou-se possível devido aos resultados alcançados pela urbanização. O conjunto de fenômenos e seus processos decorrentes promoveram a formação de um mercado consumidor interno, com a implementação de novas necessidades de consumo e o aumento da força de trabalho disponível. A urbanização compreendida como evento associado à

industrialização, constituiu assim, a confirmação de uma economia urbana, sendo que sua dinâmica não se consolidou a revelia, mas pelo crescimento da produção, pelo fortalecimento da divisão do trabalho e pelas novas configurações que a urbanização estabeleceu.

No contexto regional, Araranguá retomou, na década de 70, sua função como centro prestador de serviços (hospitalares, médicos, escolares), de atividades comerciais e como ponto de captação e distribuição de fluxos entre os municípios do extremo sul do Estado. O município passou a organizar uma importante área agrícola produtora de arroz e fumo. A concretização da configuração regional esteve relacionada, principalmente, com a finalização das obras de pavimentação da BR-101 que atravessa seu território, contribuindo a um significativo impulso na expansão urbana. Acrescenta-se ao contexto os dinamismos industriais, estabelecidos como fenômeno adjacente a elucidar a transição campo-cidade em Araranguá.

A população rural que se tornava paulatinamente urbana, contudo, apresentava poucas condições de se estabelecer plenamente na cidade. As dificuldades decorriam dos altos preços do solo urbano a partir da intensificação de seus usos, da valorização em razão da especulação imobiliária e, da representatividade de centralização comercial e residencial que passou a caracterizá-lo.

Os financiamentos imobiliários, instituídos principalmente na fase mais próspera do BNH (Banco Nacional de Habitação) foram imprescindíveis ao registro de um grande número de novas construções em Araranguá a partir de 1970. O crescimento verificado porém, caracterizou por ocorrer de maneira desordenada, sendo que no município, os resultados dessas políticas, repercutiram em problemas significativos na constituição da cidade e de sua disposição urbana, sendo relacionados à difusão da ocupação periférica da malha urbana e à aprovação de loteamentos com infra-estruturas precárias.

Entre 1970-1980 a população urbana em Araranguá elevou-se de 47,7% para 75,2%, caracterizando-se como a maior ampliação no número de residentes urbanos até então registrados no período de um decênio. De forma sincrônica, ocorreu neste período a maior redução percentual da população rural, recuando a proporção de 52,3% para 24,8%.

Merece o destaque ainda que no decorrer daquela década, Araranguá apresentou novamente um maior recuo da população rural em relação às escala do Estado e do país. Enquanto no Brasil a população rural havia recuado (12,1%) e Santa Catarina (16,44%), em Araranguá este percentual chegou a (27,5%):

Quadro 10: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1970	26.211	12.494	13.717	47,7	52,3
1980	33.645	25.308	8.337	75,2	24,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970,1980.

Os números evidenciam o fenômeno do crescimento da aglomeração urbana e a acentuação no uso do solo, que associado a difusão das indústrias, indicaram assim, a partir da década de 70, o avanço cada vez mais incisivo da cidade sobre as áreas da periferia rural do município. O processo este se fez por meio da conversão da terra rural em urbana e pelo sobreparcelamento do solo em parte do espaço agrícola do município.

Por conseqüência, o período 1970-1980 foi marcado mediante significativa ampliação no número de loteamentos inseridos no perímetro urbano araranguense. Entre eles destacam-se os atuais bairros de Alto Feliz, Nova Divinéia e Jardim das Avenidas. Além disso, interessados no brusco processo de urbanização, viu-se ressaltado

o papel desempenhado pelos agentes de especulação imobiliária influentes na transposição da terra rural em urbana.

No país, a partir da década de 80, a permanência de tendência no processo de transposição da população brasileira no sentido campo-cidade, elevou o papel desempenhado pelo Estado durante a década anterior em favor da urbanização e do fortalecimento da indústria. A reorganização espacial presenciada nas últimas décadas tornou evidente o quanto o rural e o urbano estiveram envolvidos em mudanças que conduziram a um novo significado político e econômico do território. Como colocou Santos (1993: 10), em relação ao processo de urbanização e as mudanças na agricultura brasileira,

(...) ao longo do século, mas, sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza (...). O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

A urbanização como fenômeno ascendente revelou assim, a atração dominante da mão-de-obra rural para sua inserção no setor industrial da cidade, contribuindo para retirar uma população cultural e economicamente atrelada ao modo de vida campo e a incorporando aos mecanismos de funcionamento da sociedade urbana. A evolução ocorreu simultaneamente às novas lógicas de reprodução do capital e trabalho pelo território.

Os dados representativos da transposição no local de residência da população brasileira no período 1980-1991 e 1991-2001 têm ressaltado a acentuação deste processo. Os números revelam que enquanto o índice de população urbana era em 1980

de 68,9%, em 1991 este percentual chegou a 77,1%, alcançando em 2000, 81,2% da população.

Por outro lado, quanto à população rural, os dados demonstram sucessivas declinações. Em 1980, a população rural representava 31,1% da população total do país, em 1991 este índice recuou a 22,9%, chegando a 18,8% em 2000, como mostra o quadro:

Quadro 11: Brasil - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1980	119.009.000	82.013.000	37.086.000	68,9	31,1
1991	150.400.000	115.700.000	34.700.000	77,1	22,9
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,2	18,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980,1991,2000.

Em Santa Catarina no transcorrer entre as décadas de 80 e 90, os valores se assemelharam aos levantados no país. O processo de reestruturação espacial rural-urbana atuante em escala do país refletiu o índice de modernização agrícola em Santa Catarina, embora este tenha se apresentado como um dos menores em relação a média verificada em âmbito nacional SANTO (1999).

Apesar disso, tal evento não foi suficiente para retrain a expansão da população urbana em relação a população rural. A urbanização resultante das políticas públicas antecessoras que a fortaleceu, sobretudo pela transformação nas relações de trabalho no campo e pela promoção do crescimento industrial, confirmou o sucessivo processo de transição campo – cidade no Estado.

Diante então, enquanto em Santa Catarina a população urbana em 1980 correspondia a 59,38% da população total, em 1990 este número chegou a 70,64% e

alcançou em 2000, o índice de 73%. A população rural por sua vez recuou de 40,62% em 1980, para 29,36% em 1991, e chegou a 27% em 2000, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 12: Santa Catarina - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1980	3.627.933	2.154.238	1.473.695	59,38	40,62
1991	4.541.994	3.208.537	1.333.457	70,64	29,36
2000	5.356.360	4.217.931	1.138.931	73	27

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980,1991,2000.

Inserida no contexto dos processos desencadeados e anteriormente descritos, Araranguá a partir da década de 80, apresentou uma ascensão numérica da população e das funções urbanas. A expansão industrial perdurou até o início da década de 90, período precedente ao Plano Real (1994), concentrada especialmente na representatividade alcançada pelos setores calçadista e confeccionista, responsáveis pela absorção da mão-de-obra e injetores de capital na economia local.

Nos primeiros anos de vigência do referido plano econômico, entretanto, o setor industrial – principalmente o de calçados - passou por períodos recessivos. A supressão ocorreu tanto pela expansão de novos centros produtores concorrentes, como os países do leste asiático, por exemplo, como pela elevação no preço dos produtos nacionais no comércio internacional em função das taxas de câmbio.

As referidas circunstâncias encontraram-se aliadas às crises em importantes mercados importadores de calçados (tanto internos quanto externos), que contribuíram

assim, à redução no nível de renda e consumo de parte da população do município. Desta maneira, a desfavorável conjuntura acabou repercutindo na retração do crescimento industrial e comercial, conduzindo a redução na demanda local de oferta de empregos.

Por outro lado, o fenômeno não foi capaz de retrain a expansão urbana, sendo que a efetivação da expansão realizou-se, como na década anterior, a partir dos interesses dos proprietários fundiários na conversão da terra rural em urbana. Os agentes engajaram-se às políticas governamentais, principalmente municipais, também preocupados com a conversão. Para o município, por exemplo, a transferência teve como consequência, a incidência direta sobre os proprietários de terras a cobrança do Imposto Territorial Urbano (IPTU), de alçada municipal, substituindo o Imposto Territorial Rural (ITR) parcialmente federal. As causas para a ocorrência de diferenciação fiscal dos impostos se valem das atribuições apregoadas pela Constituição Federal de 1988 (Art. 153 VI - 158 II), que deu competência à União em instituir a alíquota sobre a propriedade territorial rural, sendo apenas 50% do total do produto do ITR repassado aos municípios relativo aos imóveis neles situados.

Nas Constituições Federais anteriores de 1937 (art. 23, I, "a") e 1946 (art. 19, I), a tributação do ITR havia ficado sobre a competência dos Estados. Em 1961, através da Emenda Constitucional nº 5, a criação e arrecadação do referido imposto, passou para os municípios. Entretanto, em 1964, novamente o imposto sofreu alterações pela Emenda Constitucional nº 10 (art. 2), repassando à União a criação do ITR, sendo porém, o produto da arrecadação destinado em sua totalidade aos municípios onde estejam localizados os imóveis sobre os quais tenha incidência a tributação. Estas medidas foram conservadas na Constituição Federal de 1967 e perduraram até as mudanças oriundas da Carta Magna de 1998, que asseverou a divisão proporcional em 50% do valor do ITR entre os municípios e a União (CAMPOS, 1993).

A partir de então, a arrecadação de ITR tem se apresentado menos interessante como valor fiscal em relação aquele cobrado sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), que é convertido integralmente ao município. A própria transferência na tributação tem contribuído, em alguns momentos, a expansão do perímetro urbano e conduzindo a notoriedade, principalmente numérica, do processo de “urbanização”. Este processo ocorre administrativamente, absorvendo áreas rurais e as introduzindo no espaço urbano.

Como consequência da assimilação de áreas e da população rural que se insere no perímetro urbano, em razão da delimitação administrativa ou em busca de empregos na cidade, os demonstram que em relação à população urbana, que era de 75,2% em 1980, em Araranguá, passou para 81,6% em 1991, e alcançou 82% da população total em 2000. Por outro lado, a população rural apresentou declinações sucessivas, recuando de 24,8% em 1980, para 18,4% em 1991, e chegando a 17,7% em 2000. Vale notar que enquanto a população rural vem diminuindo percentualmente no decorrer do período, numericamente seus valores tem aumentado (Quadro 12). O fenômeno destacado é resultante da ocupação residencial das áreas rurais (ainda que por uma população não agrícola), pela abertura de fronteiras pela especulação imobiliária que tem conduzido ao acelerado parcelamento do uso destas áreas, e em menor proporção em virtude dos efeitos do crescimento vegetativo positivo.

Quadro 13: Araranguá - População Urbana e Rural em Relação à População Total					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop.Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1980	33.645	25.308	8.337	75,2	24,8
1991	48.415	39.490	8.925	81,6	18,4
2000	54.706	45.052	9.654	82,3	17,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980, 1991, 2000.

Nas áreas de ocupação recente da periferia urbana geralmente o acesso a serviços e demais equipamentos da cidade não são garantidos, todavia, os preços pagos pelos terrenos são freqüentemente mais atrativos. Os loteamentos, factualmente circunscritos por atividades rurais, contribuem a proporcionar uma paisagem que inclui atividades e hábitos rurais junto aos urbanos, contribuindo a constituir um *continuum* entre o rural e o urbano.

A idéia de *continuum espacial* desenvolvida por Da Silva (1997), auxilia-nos na elucidação do contato entre o campo e a cidade em Araranguá, relacionado tanto à dimensão territorial, quanto a dimensão econômica e social. Acredita-se que a idéia de *continuum espacial* abrange a compreensão do contato rural-urbano em suas zonas de transição, analisando de que forma ocorre e quais as especificidades presentes na transição campo-cidade, tanto pela produção quanto pelas diferenciações de seus “modos de vida”. Entretanto, este não pressupõe a extinção de particularidades rurais ou urbanas, mas busca compreender de maneira mais precisa e com maior grau de flexibilidade, o contato rural-urbano.

A expressiva expansão urbana de Araranguá, nas últimas décadas, evoluiu sob a configuração singular de estruturas dialéticas entre o campo e a cidade serve a constatar a permanência de resquícios rurais no espaço urbano, acabando por produzir no território da cidade, lacunas de vivências rurais preenchidas por elementos urbanos. A partir do alastramento da malha urbana, novas especificidades, destacadas pela presença de descontinuidades que se apresentam através do contato rural-urbano, confirmam que o processo de urbanização do município não ocorreu de maneira hegemônica. No interior da paisagem da cidade, podem-se perceber distintas territorialidades e a presença de subespaços rurais no espaço urbano.

Como se destacou anteriormente, a urbanização araranguense não foi capaz de excluir certas atividades e modos de vida rurais que permanecem presentes na cidade. A essência rural apresenta-se propriamente relacionada à expansão urbana, embora não exclusiva e, reflete as implicações do rápido processo de industrialização da cidade e de suas variáveis perante o espaço rural e sobre sua população.

Cabe destacar que embora os dados quantitativos tenham salientado a crescente urbanização no município de Araranguá, esta não tem se apresentado unicamente como processo de massificação do modo de vida urbano pela população da cidade. Mesmo após sucessivos avanços da cidade sobre as áreas rurais e sua população, sobretudo a partir da década de 70, vivências e dinâmicas rurais incluem-se em áreas administrativamente denominadas “urbanas”.

As discussões acerca desse processo ressurgem a partir da busca pela delimitação precisa de espaço rural e urbano e tem orientado uma série de trabalhos que buscam, de algum modo, apontar critérios a fim de identificá-los e defini-los de maneira coerente e precisa. Entre os trabalhos preocupados com a temática, encontram-se os realizados por Wanderley (1997) e Veiga (2002), que analisam o modelo de delimitação urbano-rural empregado no Brasil e as distorções provenientes desta abordagem. Acrescenta-se ainda o de Seben (2001), voltado a perceber as implicações do critério de delimitação administrativa no caso catarinense.

De acordo com os autores mencionados, como resultado da delimitação arbitrária do perímetro urbano dos municípios brasileiros, tem ocorrido a diminuição acelerada e contínua da população rural, embora não relacionada apenas com as dinâmicas promovidas pela urbanização. Acontece também pela constante expansão dos limites do perímetro urbano que transformam administrativamente populações rurais em urbanas.

A proporção que assume este processo, relacionado à expansão dos núcleos urbanos e as arbitrariedades no estabelecimento de fronteiras entre o espaço rural e

urbano nos municípios, acabam por prejudicar os reais valores e a proporcionalidade entre a população rural e urbana do país. Quanto a instituição de áreas urbanas nos municípios ausentes de uma legislação que proporcionem critérios mais rigorosos na delimitação entre o rural e o urbano, Wanderley (1997:03) afirma que,

[...] atribui-se a toda sede municipal a condição de cidade e à sua população a condição de urbana independente de suas dimensões. Da mesma forma, são igualmente consideradas urbanas certas concentrações populacionais, que em alguns casos são de dimensões extremamente reduzidas, como acontece com a grande maioria das sedes distritais. Além disso, é urbano quem habita nas sedes urbanas dos municípios, independentemente das profissões desempenhadas.

Neste contexto, o perímetro urbano de Araranguá proporciona à população de sua área de abrangência o caráter de urbana, independentemente de suas atividades, do mesmo modo que as insere estatisticamente em componentes das populações urbanas justificada apenas pelo local de residência. Assim, a utilização do critério de delimitação administrativa de acordo com os parâmetros definidos pelo poder público municipal repercute na maioria das vezes, em uma demarcação imprecisa, constatado pela determinação de limites fixos e lineares, distinguindo precariamente áreas rurais de áreas urbanas.

O modelo, fundamentado em uma metodologia definida por Veiga (2002), como “anacrônica e obsoleta”, quando comparado a critérios de outros modelos de distinção entre população rural e urbana, confirma a exigência de cautelas em sua interpretação, por não apresentar neutralidade em seus indicadores. De acordo com Seben (2001), de modo geral se observa, no caso dos municípios brasileiros, perímetros urbanos superdimensionados. A cada ampliação do perímetro urbano, cresce a população urbana dos dados oficiais, sem que tenha havido mudanças no modo de vida de seus habitantes.

O sistema, baseado em critérios que, de modo geral, pouco se preocupa em analisar outras variáveis além dos indicadores econômicos e dos interesses dos agentes

promotores do espaço sobre a propriedade rural, apresenta-se, assim, arbitrário e pouco eficiente. Como colocou Seben (2001:03), “cada município define seu perímetro urbano de acordo com seus interesses políticos e econômicos e, desta forma, muitas vezes, são estabelecidas áreas urbanas maiores do que deveriam ser”.

Nessa direção, salienta-se que a instituição do indivíduo e da família rural na cidade e à dinâmica urbana de reprodução do capital, não confere ao espaço a uniformidade territorial de seus subespaços. A observação se concretiza a medida em que parte da população, por sua vez, mantém costumes rurais na cidade.

Embora a cidade alastre-se sobre as áreas rurais, bem como se tem percebido a intensificação da urbanização em Araranguá, não há, por outro lado, um modo de vida urbano contínuo ou uma homogeneidade na constituição do espaço da cidade. Portanto ocorre uma oposição fragilizada entre o campo e a cidade. A população proveniente do espaço rural encontra-se inserida na cidade, mantendo determinados costumes e modos de vida. Estas atividades têm consolidado os subespaços rurais no tecido urbano, que permanecem convivendo, ainda que de maneira contraditória, com seu movimento.

Diante a isso, cabe lembrar que a urbanização em si não reflete a urbanidade, principalmente em razão de suas particularidades enquanto categorias do urbano e por limitações analíticas da primeira em relação à segunda. Assim, é necessário que nos alertemos da velocidade com que se processou a urbanização brasileira e de que modo ela ainda se processa, apresentando-se em algumas escalas regionais e locais de forma incompleta, como acontece em Araranguá.

O deslocamento da população rural para a cidade, ou o avanço do perímetro urbano sobre áreas agrícolas compreende ações que proporcionaram o contexto geral requerido a fim de conceber a aglomeração urbana e produzir a urbanização. Contudo, este contexto não permite a ausência de contrariedades, de vivências específicas e o pleno direito à cidade por aqueles que a constituem.

3. A DINÂMICA E A VIVÊNCIA RURAL NA CIDADE

Pensar a cidade pelo viés de sua forma de estruturação urbana e pela disposição de equipamentos e serviços tem servido, sobretudo ao Estado, como posição a fim de promover medidas intervencionistas imediatas sobre o espaço urbano. A atuação política sobre este espaço tem se realizado, em geral, no sentido de garantir a fluidez dos bens produzidos, a setorização das áreas conforme suas especificidades e, do incentivo contínuo à expansão relacionada ao crescimento econômico. A compreensão da cidade sobre esta perspectiva, fundamentalmente estruturalista, tem enfatizado e fortalecido o papel do zoneamento como forma de planejamento e gerenciamento adequado do Estado sobre as unidades e os elementos constituintes do espaço urbano.

Entretanto, o zoneamento urbano em si é um instrumento limitado e pouco abrangente quando se baseia exclusivamente nas estruturas, negligenciando os indivíduos e as realidades presentes nos subespaços que compõe a cidade. Dessa forma, cada vez mais se ressalta a necessidade da participação da sociedade civil e da maior flexibilidade na ação do Estado sobre o espaço urbano. Este espaço que vem sendo amplamente fragmentado pelo capitalismo e suas contradições.

Por conta da fragmentação, cabe tornar relevante o papel da população residente na cidade (ora administrativamente denominada urbana) e sua inserção na dinâmica de trabalho e no modo de vida inscrito pelas circunstâncias da urbanização. Deve-se considerar ainda que as sociedades não são, mesmo em seu interior, homogêneas, tampouco alocadas em um mesmo patamar de realização do trabalho ou de condições sociais. Tais diferenciações se concretizam tanto pela lógica da reprodução do capital, exigente da divisão territorial e social do trabalho, quanto pelas situações contraditórias do sistema capitalista viáveis para sua reprodução cada vez mais ampliada.

A manifestação do capital sobre o território, principalmente nos países periféricos, entre eles o Brasil, tem se mostrado decisivo na fundação de uma “cultura” da urbanização e do afastamento progressivo de suas populações do espaço rural. Conforme colocado por Maia (1994), a urbanização nesses países, ocorreu mais em consequência da expulsão do homem do campo e menos pela “explosão” da cidade. A urbanização caracterizada pela constante e consistente transferência rural-urbana da população resultou não somente na reconstrução da dinâmica da cidade e de sua paisagem, como repercutiu incisivamente sobre o mercado de trabalho urbano emergente.

A ascensão do contingente migratório observado, aliado à absorção incompleta dessa mão-de-obra pelo mercado citadino favoreceu a consolidação de uma massa de trabalhadores de reserva, formadora de uma economia informal e inclusa nas periferias da malha urbana. A situação colocada é processo imprescindível ao capitalismo maduro, a medida em que necessita de um exercito de trabalhadores as margens do emprego formal (MARX, 1988).

Sob as referidas circunstâncias, a redução na demanda geral de empregos levou a incorporação de outras formas de trabalho desvinculadas do emprego formal, bem como a ocupação de áreas mais afastadas, geralmente menos valorizadas da cidade. O trabalhador proveniente do campo que passou a residir na área urbana, em busca de melhores condições de vida, deparou-se com as iniciativas da regulação e a escassez de empregos, restando apenas a periferia e o trabalho informal como possibilidades à sobrevivência. Assim, as cidades foram lançadas a uma nova organização, na qual a insurgência dos subúrbios, incrementados pelo afluxo de um contingente crescente de pessoas, estabeleceram distintas configurações sobre o espaço urbano.

Torna-se tácito compreender as razões e os resultados desta nova organização, pelos contornos introduzidos e por suas manifestações perante a cidade. Entretanto, não

parece óbvio acreditar que de forma integral os habitantes do campo que se deslocaram para as áreas urbanas são oriundos de uma única causa de expropriação do trabalho rural. As causas que se apresentam a explicar tal transição provêm das conseqüências da capitalização agrícola e pelos efeitos da oferta e do acesso a equipamentos urbanos, entre eles serviços de saúde, educacionais e as redes técnicas.

Após a segunda metade do século passado, a cidade passou a comportar uma rede de infra-estruturas que se colocavam de encontro às necessidades da população, tanto urbanas quanto rurais. As infra-estruturas presentes no espaço urbano e as possibilidades de acomodações as quais elas representavam, significavam de algum modo, um atrativo que então se impunha na intenção de seduzir a população rural para a cidade.

Além disso, em Araranguá, assim como em outras cidades, a capitalização da terra rural estabeleceu-se como parte do processo da urbanização e substituição progressiva das áreas administrativamente delimitadas como rural pelas urbanas. A especulação imobiliária sobre as terras rurais, anotadas pelo Estado como áreas de expansão futura, contribuiu a proporcionar a reorganização territorial do setor.

Neste contexto, as condicionantes que transformam a população rural em urbana poderão ser múltiplas e de naturezas diferenciadas. Determinados trabalhadores rurais, por falta de emprego no campo, procuram por acomodações na cidade com a intenção de integrar-se ao trabalho urbano. Outros, mesmo tendo condições de permanecer no espaço rural, passam a incrementar a massa de trabalhadores citadinos na busca por melhores oportunidades ou qualidade de vida; e, ainda outros, mesmo sem se deslocarem, são incorporados à malha urbana em função da ampliação do perímetro da cidade.

Em quaisquer dos casos elencados, tal população poderá permanecer ou não praticando atividades rurais. Este é um ponto de inflexão, sem dúvidas, porque insere

outras condicionantes sobre a compreensão do espaço, seja o rural ou o urbano. Torna-se relevante destacar como colocado, as discontinuidades do espaço, destacando a urbanização acelerada das áreas rurais e a descaracterização urbana em razão da presença dos subespaços rurais que se preservam como células disformes no interior das cidades (SANTOS, 1993; LEFÉBVRE, 1991).

Mesmo residindo na cidade, muitos dos habitantes provenientes das áreas rurais reproduzem os contornos da vida do campo no espaço urbano, não apenas pela vivência, como por serem representantes de uma economia rural no interior da economia citadina. Entender como ocorre e se materializa o referido fenômeno, repercute em analisar de que modo as atividades da economia urbana, formada pelas atividades econômicas da indústria e do comércio, imbricam e se relaciona às atividades rurais, tipicamente integradas a economia do campo que se encontram estabelecidas na cidade.

Colocado deste modo, é inequívoco perceber que a transferência rural-urbana da população impõe uma complexificação sobre o espaço urbano e na forma de racionalizar e operacionalizar as categorias e atividades no interior da cidade. De qualquer modo, conforme Maia (1994), as atividades rurais quando inseridas no contexto da economia citadina, não podem ser compreendidas como processos separados das funções urbanas. As referidas atividades fazem parte da economia da cidade, seja como ocupação diversificada do trabalhador urbano, seja como possível estratégia de sobrevivência ou reprodução de capital pelos praticantes de atividades rurais neste espaço.

Assim, cabe reafirmar que o crescimento da população urbana não significou uma integral ou exclusiva inserção dos indivíduos com as atividades citadinas, embora os estudos urbanos tenham desconsiderado, por vezes, esta abordagem e compreendido a população urbana como homogeneamente participante da economia urbana de fato. Logo, as rugosidades do espaço urbano compreendem elementos que se estabelecem além do que comumente se denomina a função econômica urbana ou a vocação da

cidade. No Brasil, como ressaltaram Lages & Teixeira (1997:11), o fenômeno da “desruralização” da população e sua alocação à cidade, não significou que eles se integraram e se urbanizaram *stricto sensu*. Para os referidos autores,

(...) é um certo tipo de relação (de reprodução) entre uma população e seu meio que caracteriza a ruralidade e a urbanidade, e não as características do meio natural. Assim sendo, um local poder ser chamado de rural segundo predominância de certas relações sociais.

Quanto a este aspecto, cabe destacar que os espaços rurais ou urbanos não se organizam aleatoriamente, mas conforme distintas formas de produzir e baseadas em relações sociais específicas. Em decorrência, este aspecto permite considerar uma divisão do trabalho e uma ruralidade presente no espaço urbano, observando a vivência dessa população e a maneira como estas se estabelecem na cidade.

A permanência de atividades rurais na cidade vigora não somente pelas relações econômicas e pela colocação desta população na configuração territorial urbana, mas revelam um espaço de identidade e representações firmadas nas atividades do campo. Neste sentido, “as paisagens rurais são o suporte de heranças consideráveis, sob a forma de um patrimônio produzido por séculos de trabalho, mas também sob a forma de um *savoir faire* de hábitos culturais, notadamente no domínio da percepção (LAGES & TEIXEIRA, 1997:13)”.

Percorrendo áreas da periferia urbana de Araranguá, é fácil notar as investidas da expansão (da cidade e do capital), sobre as áreas rurais mais recentemente absorvidas pelo alastramento da malha urbana. A expansão foi geradora de diferentes usos e de formas de trabalho sobre a terra rural, que passou a absorver outros tipos de apropriação além do exclusivo domínio produtivo e residencial tipicamente relacionado ao campo.

As áreas da periferia urbana que preservam forte presença de atividades rurais, e onde de forma incisiva ocorre a capitalização da terra como valor de troca,

transformaram-se rapidamente em locais favoravelmente propícios ao uso e a acomodação do comércio e da indústria. A instalação dos referidos empreendimentos acontece em virtude de que estando alojadas na periferia, tais estabelecimentos acabaram aproveitando-se das condições de ofertas de terra e de mão-de-obra disponível.

Para o capital comercial, as áreas da periferia representam novas possibilidades de ganhos, de agregação de valor e de especulação para os comerciantes que aí se instalam. Em Araranguá, a residência do comerciante, que se estabelece nestas áreas, na maioria das vezes, passa a ser próximo ou junto ao estabelecimento, fazendo dele agente participativo da nova dinâmica econômica presente no setor em expansão.

Por outro lado, em relação ao capital industrial investido nas aludidas áreas, sua justificativa se exprime, principalmente, pelos amplos terrenos com baixos preços comparativamente aos preços pagos próximos ao centro urbano. As condições estruturais necessárias a fim de incentivar a introdução das indústrias parte, em geral, do Estado que garante a entrada dos proprietários dos meios de produção nesta fração do espaço. O processo acaba contribuindo a integrar a periferia urbana, prematuramente urbanizada, aos demais setores da cidade, além de atuar no sentido de promover a funcionalidade espacial e do uso urbano da terra, contribuindo a modificar as relações de trabalho.

Todavia, entre os proprietários industriais em Araranguá, a periferia urbana dificilmente torna-se local de residência. Esta se limita a comportar a fábrica, explorar as amenidades físicas e a mão-de-obra disponível, geralmente menos valorizada deste setor. Mas é no centro, na sede urbana, onde se encontra estabelecida sua moradia e o foco da vida social.

O novo momento da ciência e da técnica, como colocou Santos (1993), parece esclarecer esta disposição. A velocidade com que se processam os fluxos, sobretudo de mercadorias e informações, tem contribuído a suprimir a necessidade dos grupos e das

empresas em estarem localizadas em áreas centrais. Atualmente, através dos equipamentos disponíveis e pelas novas condições oferecidas pela urbanização e pelo meio técnico-científico, as indústrias podem, de maneira mais flexível, aproveitarem-se das oportunidades de localização e de apropriação da mão-de-obra de uma área, não comprometendo sua comunicação com o mercado. O fortalecimento do *meio técnico-científico-informacional*, como assim denominou o autor, compreende a presença e o aperfeiçoamento da técnica pelo território que contribui a acrescentar novas perspectivas sobre a análise da urbanização brasileira. Então, as novas formas organizacionais e ocupacionais encontram-se presentes tanto nos espaços mais dinâmicos quanto naqueles mais opacos, através dos fluxos informacionais e pelas possibilidades da técnica.

As possibilidades oferecidas pela expansão dos artefatos técnicos que implicam, conseqüentemente, na aproximação de pontos distantes e aglomerá-los a uma única rede torna, por sua vez, o espraiamento dos estabelecimentos industriais pela periferia urbana uma condição concreta. Porém, a detenção da técnica e a incorporação às redes não condicionam a integração de uma determinada área às atividades urbanas como um todo. O novo momento da técnica não significa por si a capacidade de homogeneização cultural e de organização social igualitária entre os indivíduos rurais ou urbanos.

Logo, o compartilhamento espacial ou territorial está longe de conferir uma coesão de vivências na cidade. Isto se deve em primeiro lugar, porque o aceite da idéia de que os acessos a serviços ou estruturas possam conferir por eles mesmos condições de modificar os hábitos e a vivências sobre uma determinada população, repercute em correr o risco de se acreditar em um determinismo tecnológico uniformizante ou globalizante, o que na realidade não ocorre. Depois, porque o rural é, além disso, uma abstração, uma construção social. Como escreveu Luginbuhl (1989) o rural se define, antes de tudo, pela sua população – rural – ocupando e transformando um espaço – que se torna rural – por usos diversos que não são unicamente agrícolas.

Na cidade, o contingente da população urbana constituída em grande parte por ex-residentes do campo, mas que não se introduzem ao chamado mercado urbano formal, será contribuinte a aumentar o número de trabalhadores ligados a economia do setor informal. Este setor se caracteriza por um conjunto de trabalhadores que reproduzem o capital por conta própria e que abrange pequenas unidades dedicadas à produção e/ou venda de mercadorias ou serviços. A denominação deste segmento econômico vem do fato de que ele não é constituído conforme as leis vigentes, não colabora ao montante fiscal e encontram-se fundados, principalmente, na mão-de-obra familiar e eventuais ajudantes não registrados (MAIA, 1994).

A consolidação deste setor desvela-se, como se afirmou, pelo crescimento e excessivo contingente de desempregados na cidade, sendo então promotor de formas diversificadas de trabalho sob a denominação de uma economia popular informal. A informalidade e as rugosidades presentes em função da dinâmica do capital e das atividades rurais no espaço urbano, reforçam o sentido contraditório do capitalismo. Em virtude do acelerado crescimento da força-de-trabalho disponível e da compressão da demanda de ofertas e oportunidades de trabalho no campo, o excedente de mão-de-obra encontra-se voltado às atividades rurais específicas, marcadas pela informalidade.

A conceituação do trabalho rural na cidade, como categoria do setor informal, pode ser aperfeiçoada conforme as proposições de Maia (1994), pelo acréscimo do conceito de economia popular sugerido a partir de Coraggio (1993), orientando a uma abrangência terminológica de maior amplitude do referido termo. A necessidade de acréscimo da noção de economia popular se mostra presente a medida em que o conceito de setor informal encontra-se associado, sobretudo, aos trabalhos marginais resultantes da economia formal. Esta economia está relacionada, principalmente, aos prestadores de serviços domésticos, comerciantes ambulantes e demais trabalhadores que não fazem parte da economia formal, ainda que executem atividades cidadinas.

Por economia popular, segundo os autores citados, entende-se a proposta de especificar o trabalho informal, acrescentando além das relações econômicas, aspectos políticos e culturais como pontos sobressalentes na compreensão do trabalho e das unidades de transformações envolvidas, abrangendo diversos poderes aquisitivos e meios de produção. A noção de economia popular se desdobra a proporcionar uma maior amplitude sobre o objeto de estudo ora exposto, porque não se limita a incluir segmentos abaixo do nível de renda ou aqueles estabelecidos às margens do emprego formal urbano.

A perspectiva de uma economia popular constitui-se, assim, como abordagem que se acredita ser a mais adequada e consistente na análise das atividades rurais como forma de obtenção de renda no interior da cidade. A opção por essa categoria se impõe ainda em razão da amplitude de apreensão das formas de trabalho relacionadas à informalidade, igualmente pela flexibilização teórica em se compreender os contatos entre atividades rurais e urbanas.

Portanto, a idéia desse tipo de economia estabelece-se com perspectiva fundamental a fim de revelar as relações de trabalho e a configuração territorial resultante da expansão urbana de Araranguá e a presença de subespaços rurais no referido processo. As evidências de composição de uma economia popular no município, proporcionada pelo movimento de subespaços rurais, auxilia a esclarecer pontos importantes a respeito do trabalho informal e as maneiras como convive com a economia formal urbana.

Sob a ótica do território, as atividades rurais remanescentes no interior da cidade refletem as forças simbióticas, embora por vezes dicotômicas, entre o rural e o urbano, ressaltando o papel desempenhado por estas populações na paisagem e no espaço geográfico. O fenômeno da territorialidade dos subespaços rurais no espaço urbano, entretanto, não se dá indistintamente ou ao acaso. Ao contrário, o fenômeno ocorre,

especialmente, pelas situações colocadas por meio do sistema de acumulação dominante e da necessidade do morador de origem rural em proporcionar condições à preservação das heranças culturais, ou mesmo, a sobrevivência econômica.

Pode-se perceber assim, a existência de diferenciações e similiaridades no interior dos subespaços, bem como a indicação da necessidade de uma setorização mais pormenorizada e eficiente nas intervenções do Estado perante os domínios da cidade. As formas como os diferentes segmentos e agentes atuam sobre o espaço urbano e, as condicionantes nas quais os conduzem a um determinado *locus* de ocupação e reprodução do capital, repercutem principalmente na representação das especialidades do local e de sua organização territorial.

A urbanização araranguaense evidenciada no decorrer das últimas décadas torna-se exemplo a compreender sobre algumas das implicações decorrentes deste movimento, que se caracteriza em recriar territorialidades rurais no interior do espaço urbano. A intenção de discorrer a respeito desta configuração da paisagem e da vivência rural, coloca-se em função de ressaltar faces do fenômeno de fragmentação do espaço urbano e de como o processo de urbanização se molda a transformar o espaço rural em domínio do espaço citadino.

Para tanto, quando se trata em apontar singularidades e conexões entre os subespaços rurais no espaço urbano de Araranguá, o trabalho não se esquivou em entendê-las dentro da perspectiva da cidade e de suas formas de reprodução do capital. Ainda que os subespaços apresentem características diversificadas e se incluam de maneira particular na economia urbana, estes não se encontram desvinculados da composição social e econômica da sociedade capitalista.

As formas de inserção das áreas rurais no espaço urbano, as situações locais e as investidas do capital urbano sobre o campo são as condicionantes imprescindíveis a compreender de que modo acontece e se materializa o fenômeno dos subespaços rurais

ao longo do continuum rural-urbano. Sob este ponto de vista, pretende-se, assim, evidenciar que a construção de uma paisagem composta de dinâmicas e vivências rurais na cidade, ocorre em virtude da iniciativa da urbanização e do interesse de determinados atores que a produzem.

3.1 Dinâmica de Trabalho e Subespaços Rurais em Araranguá

Mesmo sendo reconhecidamente um município com predominância da rizicultura, este setor agrícola não foi aquele preferencialmente absorvido pela expansão urbana araranguense. A expansão se deu em direção ao sul, na área comumente denominada “areias de Araranguá”, na qual apresenta as amenidades mais propícias ao alastramento da cidade. A área ao sul do leito do rio Araranguá, caracterizada pela presença de pequenos produtores rurais e de diversificação agrícola, foi assim, aquela que passou por maiores transformações a partir do processo de urbanização presenciada no transcorrer do século passado.

A área apresenta, atualmente, subespaços que preservam resquícios do “mundo” rural em seu interior e se distinguem por serem marcados por dinâmicas e vivências diferenciadas na cidade. Os subespaços rurais na malha urbana de Araranguá representam um processo particular da urbanização, resultante do deslocamento da população rural para a cidade, ou por frações da rápida evolução e assimilação das áreas rurais pelos domínios da urbe. O avanço acontece, especialmente, sobre as pequenas unidades de produção diante a capitalização e valorização fundiária, do fortalecimento da especulação imobiliária que impulsionou o surgimento de novos loteamentos e, dos eventos que acabaram por afetar o desempenho da agricultura familiar.

As configurações assumidas pela cidade e pelos “novos” contrastes e iniciativas de reprodução do capital fizeram com que o espaço rural araranguaense fosse inversamente modificado em sua estrutura produtiva e em suas relações com o urbano, que paulatinamente, avançou sobre as propriedades e a dinâmica do trabalho no campo. O referido fenômeno mostra-se contínuo e articulado, empreendido entre os agentes interessados na conversão da terra rural em terra urbana como os proprietários fundiários, os agentes imobiliários e o Estado, além de iniciativas do capital urbano sobre as áreas da periferia.

Compreender a dinâmica de trabalho e as relações envolvidas, bem como a sistemática de produção que possa caracterizar os subespaços rurais em Araranguá, partiu da identificação preliminar das unidades e do anseio da população que as constituem, além do entendimento das formas com que estas se encontram organizadas. O diagnóstico sobre suas formas de produzir e de distribuir, da inserção e abrangência do fenômeno e de seus agentes na construção de uma economia informal popular, contextualiza-se sob a divisão do trabalho atuante e de sua incorporação à realidade urbana.

Procurou-se observar a ocorrência de tipos diversificados de manutenção de atividades rurais no interior dos subespaços, ainda que ocupado por um mesmo tipo de produção e, de que modo se diferenciam ou apresentam semelhanças entre si. Na medida em que os subespaços apresentam dinâmicas rurais próprias, decorrente de sua especialização produtiva e de sua alocação na economia municipal, preocupou-se, especialmente, em proporcionar uma abordagem una, ainda que por vezes dicotômica, entre os distintos segmentos abarcados por este trabalho. Para tal finalidade, a localização das unidades rurais realizou-se seguindo as trilhas de produtores e comerciantes que executam suas atividades na cidade, da individualização de áreas de

cultivo e pastagens no interior do perímetro urbano do município e, de outros elementos que pudessem caracterizar uma paisagem rural-urbana em Araranguá.

As atividades rurais que se mantêm, ainda que “ocultas” pela dinâmica da cidade, compreendem a concretização de uma economia popular informal paralela à economia urbana formal. Quanto às atividades, estas se configuram por uma produção diversificada. Em Araranguá, as atividades sobressaem-se pela presença de culturas temporárias, pela comercialização de leite *in natura*, pela criação de gado para corte e de equinos. De modo geral, não se encontrou entre os produtores e criadores a presença da pluriatividade que estivesse estabelecida em mais de um segmento de comercialização. Prevaleceu assim, a ocorrência de uma atividade como a principal por estabelecimento e, esporadicamente, uma outra como suporte ou intercalada (mormente de subsistência) com a primeira.

A respeito das particularidades da dinâmica dos subespaços rurais e de sua dinâmica de trabalho pôde-se destacar configurações importantes. Com freqüência, os subespaços analisados apresentaram-se compostos por grupos familiares pequenos, de 3 a 5 membros, estabelecidos em propriedades com menos de 10 hectares e que comercializam ou encontravam-se engajados de alguma maneira à dinâmica da cidade. Este panorama mostra-se essencial diante a intenção em problematizá-los enquanto unidades com funcionalidade próprias ainda que sobre a perspectiva de formarem um conjunto de atividades que implicam em proporcionar um sentido particular sobre a economia urbana.

Com relação aos comerciantes leiteiros, notou-se nas unidades consultadas, que as etapas do trabalho até a distribuição do leite realizava-se principalmente na dimensão do trabalho familiar. Na execução das tarefas exigidas pela atividade leiteira, estas são realizadas, na maioria dos casos, entre os mais velhos, pelas donas-de-casa que auxiliam na ordenha, embalagem e armazenagem do leite e, pelos maridos que têm a tarefa de vendê-los e entregá-los.

A entrega de leite é realizada, sobretudo, em bairros localizados próximos de cada unidade produtora, sendo os consumidores, geralmente, provenientes de áreas rurais que preferem consumir produtos “in natura” por considerá-los mais saborosos e saudáveis.

O consumo do leite comercializado diretamente com o produtor também se torna vantajoso por apresentar um valor final menor para quem compra. Isto acontece porque comprando de forma direta com o produtor, ocorre a retração do valor pago por litro, pois se diminuem os custos da revenda e das etapas de industrialização.

Como o valor agregado do leite distribuído pelo produtor recua, em razão da amortização de “atravessadores” e de encargos fiscais, o leite distribuído pelos comerciantes em carroças, chega a apresentar-se de 30% a 60% menos que o preço pago em vendas e supermercados. Em Araranguá, enquanto entre os leiteiros a média de preços por litro era de R\$ 0,65, em supermercados e vendas o valor médio do leite tipo C oscilava entre R\$ 0,95 e R\$ 1,05 durante a realização da pesquisa (novembro de 2003).

Outro benefício apontado pelos consumidores do leite distribuído pelos produtores consiste na comodidade em recebê-lo em casa diariamente, o que acaba por facilitar o acesso ao produto, bem como a promoção de acordos mais flexíveis entre quem vende e por aqueles que o consomem. Como colocou uma das consumidoras:

Eu prefiro comprar o leite com o leiteiro. Ele chega cedo e fica mais fácil porque pela manhã eu tenho pouco tempo para fazer as coisas. Também é bom porque acertamos o pagamento no final do mês e então fica melhor para controlar as despesas.

A relação entre consumidor e produtor, salienta uma face característica da economia popular leiteira que a distingue relevantemente da economia formal urbana por seus acordos e por seu envolvimento com a população local. Pode-se perceber que a associação entre vendedores e consumidores de leite “in natura”, dá-se além da lógica do capital, por iniciativas particulares de manutenção da atividade e por sua valoração, seja

por quem produz ou compra. Há também uma relação específica de cobrança e pagamentos mantendo-se preservado um acordo não-formal, o que parece pouco provável que se alastre em outros âmbitos da economia urbana.

No caso da produção leiteira é possível notar que, na maioria das vezes, os filhos não participam da atividade executada pelos pais. Em algumas circunstâncias, isso se deve ao fato deles estarem ocupados em outras atividades, comumente urbanas, e apresentar-se então incorporados ao trabalho citadino formal. Por outro lado, é possível perceber também uma considerável prioridade no oferecimento de condições de acesso ao ensino (principalmente às crianças e jovens), pelos pais em detrimento do trabalho diário. Como falou um dos leiteiros entrevistados, “(...) primeiro eles (os filhos) tem que aprender a ler, escrever, fazer conta... antes a gente não podia, agora eles podem e tem que estudar para quem sabe algum dia ser alguém na vida”.

Nesse sentido, muitos trabalhadores não retornam ao campo justamente pela possibilidade em oferecer oportunidades aos filhos,

Na roça tudo é mais difícil porque tudo é longe, sabe como é. Aqui (na cidade), eles podem ir pra aula, podem encontrar um serviço melhor. Aqui tem de tudo, por isso a vida é melhor.

Tal situação torna evidente a implícita mudança de valores que se instala no contexto da urbanização, considerando a incorporação do indivíduo à dinâmica da cidade. No passado, salvo em determinadas colônias alemãs, não havia uma valorização da educação formal por parte dos agricultores, atentando-se ao fato de suas frágeis relações com o mundo do trabalho e a pouca expressão da cidade no conjunto do país. No extremo sul de Santa Catarina, entre o colono açoriano e italiano, o cenário de desvalorização da educação formal era freqüente. Para eles, o trabalho na agricultura

bastava para suprir as necessidades mais emergentes, sendo que a escola era vista como instituição que “roubava” o tempo de dedicação dos filhos na ajuda com a lavoura.

Hoje, contudo, os valores mudaram e o colono pensa diferente. Com o atual momento da cidade e do trabalho urbano, exigente de mão-de-obra cada vez mais qualificada, a escola adquiriu uma importância até então ausente entre os trabalhadores rurais. A relevância da educação formal para os trabalhadores e seus filhos tem acontecido em razão de que passando a residir na cidade, esses desejam incluir-se de algum modo na economia formal propriamente dita.

Além disso, a possibilidade de freqüentar o ambiente escolar é favoravelmente maior, observando que a ampliação e distribuição da rede pública de ensino, especialmente de educação básica, tornou a escola mais acessível a população como um todo. A aproximação e as condições facilitadas de acesso ao ensino regular, foram fundamentais na reconstrução dos valores, atreladas as novas expectativas proporcionadas pelo advento da urbanização. Cabe destacar que a proximidade do centro urbano incentivou de forma particular as referidas mudanças. Com relação às unidades leiteiras, mais afastadas da periferia, por exemplo, tal disposição permitiu uma relação maior entre as famílias envolvidas com esta atividade e a dinâmica urbana.

Por outro lado, estando mais interiorizadas no perímetro urbano, estas propriedades apresentam extensões reduzidas, com terrenos de tamanho médio inferior a 1 hectare. Contudo, a viabilidade da atividade torna-se concreta em virtude da disponibilidade de áreas desocupadas que servem como pastagem para o gado.

As áreas de pastagem constituem-se reservas de valor e objeto de especulação imobiliária dos proprietários fundiários. A permissão destas áreas para uso do solo como pastagem ao gado é uma maneira de mantê-las ocupadas, a medida em que a terra é doravante valorizada pela expansão urbana. O interesse na conversão da terra rural em terra urbana pelos proprietários fundiários relaciona-se ainda, ao incremento de infra-

estrutura disponível, possibilitando fundamentalmente em um maior valor venal da propriedade. Assim, a terra urbana interessa especialmente aos proprietários fundiários como mercadoria vinculada ao valor de troca, estando diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano (CORREA, 1999).

As unidades leiteiras pesquisadas se encontravam nos bairros: Jardim das Avenidas, Lagoão, Urussanguinha e Divinéia. No último, vale ressaltar que os criatórios em questão comercializavam leite de origem caprina, o que em síntese de produção não se diferenciava daqueles que se dedicavam à comercialização do leite bovino. Todavia, na produção de leite de cabras, a atividade apesar de contínua, apresentava um menor número de pessoal ocupado por unidade. Enquanto que o número de trabalhadores envolvidos na produção de leite bovino era em média de dois nas atividades de ordenha, embalagem e comercialização, a produção do leite caprino contava com apenas uma pessoa para a execução de todas as atividades.

O menor número de pessoal ocupado na atividade leiteira caprina reflete a dimensão mais modesta da produção em relação à bovina. Enquanto que nas unidades produtoras de leite bovino, havia em média 13 animais por propriedade, nas caprinas era em torno de 7. Além disso, a produção leiteira bovina diária atingia em média 104 litros nas propriedades consultadas e a produção caprina chegava a média de apenas 21 litros diários.

Apesar da menor média diária em volume de leite, mas levando-se em consideração a especialização produtiva dos criatórios caprinos em relação aos bovinos, os dois produtos convergem a ganhos equivalentes para os produtores. Em Araranguá, o leite bovino tinha valor médio de R\$ 0,65 e o leite caprino era vendido em média por R\$ 2,00 em novembro de 2003, ou seja, uma diferença em torno de 210%. Por outro lado, o uso de insumos na atividade leiteira foi corrente em ambos os casos destacados. A possibilidade de rendimento máximo com o comércio de leite somente se faz possível

com a utilização de tais produtos. Logo, em razão dos gastos com a ração para o gado ser maior em relação aos caprinos, os valores de retorno acabam por serem praticamente proporcionais.

O quadro a seguir apresenta os valores médios entre os dois tipos de produção leiteira e o retorno final ao produtor, permitindo evidenciar a proximidade dos resultados de ganhos na atividade entre bovinos e caprinos:

Quadro 14: Valores comparativos de Rendimentos na Produção Leiteira

Bovinos / caprinos	Litros diários por animal	Litros por mês	Valor unitário por litro	Valor bruto mensal	Valor gasto com insumos	Ganho final
13	8 l.	2080 l.	R\$ 0,65	R\$ 1352,00	R\$ 650,00	R\$ 720,00
7	3 l.	420 l.	R\$ 2,00	R\$ 840,00	R\$ 150,00	R\$ 690,00

* valores em relação a média por propriedade (pesquisa de campo fevereiro a novembro de 2003).

Diferentemente do leite bovino como não há uma distribuição sistemática do leite caprino nas residências, a procura pelo produto é realizada por iniciativa do consumidor no próprio estabelecimento. Sendo os estabelecimentos que se especializaram na oferta do referido produto em número reduzidos – encontraram-se apenas três que se dedicam a sua comercialização – torna-se provável que essa circunstância proporcione uma seleção produtiva, condicionando a inversa relação de trocas instituída entre os comerciantes de leite caprinos e bovinos. Nas unidades que se dedicam a criação e a comercialização do leite de cabras é possível notar ainda o confinamento dos animais,

que diferentemente dos bovinos não ocupavam áreas de pastagens, sendo tratadas somente com rações no interior das unidades.

Além disso, os produtores caprinos distinguem-se dos criadores e distribuidores do leite bovino nas unidades por esta atividade não se apresentar como única fonte de sustentação econômica. A renda familiar entre os primeiros, não decorre exclusivamente da venda do leite de cabras. Frequentemente nas propriedades, a renda familiar é incrementada pelos rendimentos dos filhos, e por vezes pelo marido, que se encontram envolvidos em outras atividades urbanas, sendo motoristas, bombeiros e, trabalhadores da indústria e do comércio. Portanto, a renda proveniente do leite caprino representa, geralmente, um complemento àquela obtida em outras atividades. Desta maneira, os produtores caprinos em sua maioria, exercem uma outra atividade urbana formal, colocando a produção leiteira em segundo plano. Por outro lado, entre os produtores, estes se dedicavam exclusivamente ao trabalho leiteiro. A atividade estabelece-se em primeiro plano, ainda que em alguns casos a renda total familiar possa ser acrescida pelos rendimentos dos filhos quando provenientes do emprego em funções urbanas.

Acrescenta-se, entretanto, que a produção leiteira bovina em determinadas propriedades não serve diretamente a revenda, sendo que a comercialização do leite não se apresenta conseqüentemente efetiva. Em alguns casos, a criação de animais representa somente uma atividade complementar ou uma forma de “lazer”, sendo o leite produzido consumido pela família, distribuído entre os parentes que ajudam no trabalho e entre os proprietários fundiários, que permitem o uso do pasto para o consumo dos animais.

Nas unidades de produção leiteira analisadas, pôde-se averiguar também as instalações geralmente precárias dos criatórios caprinos e as difíceis condições de trabalho e renda entre as famílias envolvidas na atividade. Apesar do trabalho árduo e contínuo, os rendimentos com a comercialização do leite são escassos e por vezes, não

suprem todas as necessidades do grupo familiar. Assim, em geral, a atividade leiteira se constitui em uma tarefa de sustento apenas imediato à família, mas que busca ser suplantado pelos membros mais jovens através do emprego formal urbano.

A medida em que o número de membros que se dedicam a atividades urbanas se amplia (exigente de um maior grau de instrução), ocorre a melhoria nas condições financeiras da família, embora se reduza a possibilidade de reprodução da atividade rural praticada como fonte de rendimentos pelo grupo. Na medida em que aumenta a renda familiar e o engajamento dos mais jovens em outras atividades, nota-se uma melhora nas instalações da propriedade como um todo, na casa, no mobiliário, nos meios de transportes.

Tendo em vista a referida situação, a negligência em levar adiante a atividade produtiva familiar entre os mais jovens, apresenta-se mais evidente na atividade leiteira em relação às demais pela questão dos rendimentos e, por se inserir em áreas urbanas mais densamente ocupadas. Possivelmente, quanto mais interiorizada na malha urbana, maior a possibilidade de incorporação dos indivíduos (sobretudo os descendentes) à cidade, e menor a possibilidade de transmissão da atividade praticada pela família às gerações futuras.

Tal perspectiva se diferencia quando o referencial se transfere à fumicultura. Como a mão-de-obra exigida pela cultura é maior, extrapolando, por vezes, o trabalho da família, a incorporação de indivíduos mais jovens nas lavouras de fumo ocorre mais comumente. A reprodução do trabalho nas propriedades que exercem a fumicultura estende-se tanto horizontalmente, abarcando grande parte da mão-de-obra familiar, como verticalmente, transmitindo aos descendentes uma “cultura de produção do fumo”, sendo muito cedo inseridos no contexto da atividade.

Devido ao trabalho na lavoura do fumo realizar-se manualmente, com um baixo grau de mecanização, a cultura acaba exigindo uma capacidade extra de trabalho do

grupo à sua manutenção. Os cuidados contínuos com a lavoura se devem, principalmente, à sensibilidade do fumo às variações climáticas, como o excesso de chuvas ou a estiagem prolongada, que favorecem a proliferação das pragas; aos vários estágios de seleção devido à maturação escalonada das folhagens e, a aplicação de fertilizantes e defensivos nas plantações.

A citada configuração se estabelece pela própria dinâmica característica da fumicultura, que se torna mais rentável a medida em que decresce o número de trabalhadores contratados temporariamente e pela absorção do trabalho familiar na produção. Diferentemente do trabalho leiteiro, o cultivo do fumo apreende os serviços da maior parte dos integrantes da família, que se encontra envolvida em todas as etapas da produção, desde o plantio até a colheita.

Contudo, o trabalho familiar nem sempre é suficiente para a realização dos requisitos ao cultivo satisfatório do fumo, sendo necessário, ocasionalmente, a contratação de trabalhadores temporários para realizar as tarefas decorrentes de seu ciclo produtivo. O preparo dos canteiros para o fumo começa em abril, sendo este o local onde crescerão e posteriormente replantadas nos meses de junho e julho. A partir de então se inicia a fase dos tratos com a lavoura, com a aplicação de defensivos e fertilizantes, estendendo-se até a colheita, entre novembro e março.

Nos três primeiros meses da colheita verifica-se mais acentuadamente a presença do trabalhador sazonal nas propriedades, sendo a referida etapa de maior penosidade e exigência de mão-de-obra. Como destacou Minatto (2002), o excesso de atividades e a impossibilidade em cumprir todas as tarefas em um curto período de tempo, torna a contratação de trabalhadores temporários a alternativa para auxiliar na jornada de trabalho, tendo em vista que em alguns períodos chega a 24 horas diárias devido aos cuidados constantes com o produto e, também, como forma de amenizar a auto-exploração ou o desgaste físico do grupo familiar.

Entre os trabalhadores temporários requeridos para as etapas de cultivo até a colheita do fumo, percebeu-se serem provenientes tanto de áreas rurais quanto urbanas do próprio município. Para os trabalhadores, a fumicultura representa uma alternativa de renda, ainda que temporária, para fugir do desemprego. Os contratos realizados entre os trabalhadores temporários e os proprietários das unidades de cultivo de fumo, em geral, não envolvem intermediários, sendo feito de forma direta. A contratação de trabalhadores não exclui, porém, a contribuição dos proprietários e de sua família nas atividades do fumo. Quanto à remuneração desse tipo de trabalho sazonal, ele praticamente não oscilou nas propriedades durante a safra 2002-2003. O valor médio pago pelo trabalho diário foi de R\$ 15,00 a R\$ 20,00, dependendo da extensão da lavoura e do total de dias ocupados.

De modo distinto das outras culturas levantadas nesta pesquisa, a relação entre o fumicultor e a companhia beneficiadora, é emblemático do processo de submissão dos pequenos produtores através do sistema de “integração” às indústrias do fumo. A fumicultura se concretiza ainda por esta atividade ocupar mais amplamente a mão-de-obra familiar nas etapas de trabalho e, de modo geral, constituir-se fonte exclusiva de renda para os agricultores que se mantêm cultivando o produto.

Cabe salientar que, apesar da produção familiar, a fumicultura encontra-se sistematizada através de vias articuladoras entre os agricultores e as empresas, tornando-a específica em sua dinâmica de trabalho a incorporação da produção ao mercado. Controlados por empresas que se interessam na lucratividade sobre sua produção agrícola, os fumicultores encontram-se associados preferencialmente ao setor industrial, muito embora não sejam integrantes do trabalho e da economia formal urbana.

Por estarem mais periféricamente localizadas na malha urbana de Araranguá, especialmente nos bairros Lagoão, Sanga da Areia e Santa Catarina, as áreas de cultivo do fumo apresentam uma população mais atrelada à dinâmica rural, haja vista a presença

mais característica de especificidades deste espaço tanto pela paisagem quanto pelo uso do solo. O grupo familiar apresenta-se, em geral, mais coeso e com a intenção mais presente em manter o cultivo da terra e a manutenção da atividade às novas gerações.

A preocupação na manutenção e sucessividade da propriedade fundiária e dos recursos investidos na unidade agrícola do fumo parece ser uma característica comum aos agricultores familiares em relação a seus descendentes. Sendo dessa maneira, direcionada a transmitir não somente a herança material, mas também de trabalho, orientada no sentido de proporcionar a sobrevivência e a garantia de sustento econômico às gerações subseqüentes. Neste sentido, na entrevista realizada com um dos agricultores, ele colocou que,

Eu sempre trabalhei na lavoura desde quando este terreno ainda era do meu pai. Depois dividimos as terras entre os irmãos e cada um de nós ainda continua plantando [...]. Os meus filhos trabalham também com fumo, às vezes fazem outras coisas quando não tem trabalho nos canteiros. Trabalham de pedreiro, carpinteiro, pintor. Depois voltam a trabalhar na plantação quando tem trabalho aqui.

Conforme exposto, pela razão do trabalho intercalado nos canteiros do fumo, a incorporação dos indivíduos a outros serviços na cidade, caracteriza-se pela sazonalidade. A cultura do fumígera, por ser requerente de mão-de-obra constante, haja vista que em uma única propriedade poderá haver até 10 etapas de colheita e seleção das folhas, dificulta a ocupação dos indivíduos em outras atividades que não sejam provisórias.

Conseqüentemente, quanto menor a mão-de-obra disponível e maior a contratação de trabalhadores temporários, menores serão os ganhos e a rentabilidade sobre a produção. No entanto, a maioria dos trabalhadores ressaltou sua insatisfação com o cultivo do fumo, pelas dificuldades e baixo valor de pagamento do produto oferecido pelas fumageiras. Muitos dos produtores de fumo desejariam, caso houvesse condições, em alocar-se no trabalho urbano formal.

A expectativa em inserir-se no trabalho urbano não tem a conotação, porém, de abandonar a vida rural como um todo. O que pareceu vigorar entre os fumicultores, foi a possibilidade em poder proporcionar à família um melhor acesso às comodidades fornecidas pela cidade e pelos serviços que ela dispõe. Entre os agricultores, constatou-se a intenção de proporcionar aos filhos a oportunidade de incluir-se na dinâmica da cidade, fazendo-se empregados da indústria ou do comércio, livrando-se dos exíguos ganhos do fumo. Embora a intenção estivesse presente, apenas nas unidades com certa proximidade à infra-estrutura urbana confirmou-se a inserção dos mais jovens às atividades urbanas.

A insatisfação pelo trabalho na fumicultura entre os pequenos produtores deve-se, principalmente, a insuficiente renda obtida com o cultivo, devido, principalmente a classificação feita de acordo com as determinações das agroindústrias. Nas propriedades, verificou-se que, frequentemente, a classificação realizada pelas empresas, quase sempre foi considerada inferior ao valor estimado pelo agricultor à comercialização. A entrevista com um destes trabalhadores resume a situação vivenciada:

Na hora do plantio cuidamos sempre para que o fumo tenha uma boa qualidade e que possa gerar um bom retorno. Mas em geral não é assim. A gente planta, segue o que eles – as fumageiras – pedem, trabalhamos quase todos os dias para ter um fumo com boa classificação. Só que na hora as coisas não são bem assim. Eles vêm com a tabela e fazem uma outra classificação que é bem diferente da nossa [...]. A gente sempre reclama, mas não adianta muito, acaba que a gente sai quase sempre perdendo.

A planilha de preços utilizada pelas empresas, por apresentarem uma diferença significativa entre a pior e a melhor classe, acrescida de uma variedade considerável de classes (48), que torna a classificação do fumo confusa e pouco específica. As classes abrangem critérios classificatórios que perpassam características como o formato e texturas das folhas, o grau de umidade e a uniformidade das cores. A discrepância de valores e a obscuridade da classificação acabam por gerar discórdia entre os agricultores

e as empresas. Entre os fumicultores entrevistados, a maioria considerou os pagamentos finais do plantio do fumo aquém do valor esperado na última safra realizada (2002-2003).

Tal situação coincidiu com as análises realizadas por Minatto (2001), no município de Turvo-SC, em que o autor apontou para o fato de que a etapa de classificação das folhas gera muita discórdia, sendo que no momento da comercialização, as empresas fazem nova classificação e esta é sempre inferior àquela realizada pelo fumicultor. Salientou o autor naquele trabalho, o anseio apontado pelos agricultores que cultivavam o fumo, em substituir a atividade pela avicultura, não o fazendo em função dos altos custos com a construção de aviários.

Esta tendência, entretanto, não se mostrou presente em Araranguá. As insatisfações com a lavoura do fumo não estão associadas ao desejo de substituição do cultivo por outro. As entrevistas mostraram que, embora os ganhos com o fumo estejam bem abaixo do necessário, o produto representa uma fonte única de renda para o grande número de famílias, e que, além disso, não há alternativas de mudanças imediatas. Nesta direção, um dos entrevistados salientou que,

Ou a gente planta fumo ou não tem outra coisa. Mesmo ganhando pouco, pelo menos dá para contar com o dinheiro no final da safra. Hoje em dia não dá para ficar escolhendo muito não, tem que plantar o que a gente sabe que vai ser vendido. Por isso o fumo ainda é uma opção para o agricultor.

A manutenção das áreas de cultivo de fumo acontece pela necessidade constante em proporcionar a unidade familiar um nível mínimo de ganho financeiro, responsável pela sobrevivência dos pequenos proprietários. A sobrevivência da unidade familiar realiza-se também, através de culturas de rodízio, especialmente feijão e milho nos períodos entre safras da fumicultura. O ganho trazido pelo plantio do fumo, apesar de escasso, apresenta-se como a principal justificativa à manutenção dessa atividade pelos produtores.

Nas áreas de cultivo do referido produto, a medida em que se aproximam do centro urbano, maior são as possibilidades dessas terras serem loteadas e tornar-se alvo dos agentes especulativos urbanos. Assim, a construção de uma paisagem citadina que se expande ao campo é promotora, sobretudo, de uma nova forma de configuração territorial, produzindo concomitantemente uma perspectiva singular sobre o espaço e a organização social rural.

A configuração destacada estabelece um referencial importante na análise dos subespaços rurais em Araranguá, haja vista que esta disposição pressupõe uma inflexão entre o trabalho agrícola – e as atividades rurais como um todo – e os interesses do capital e do Estado na expansão dos domínios da cidade. A consequência deste fenômeno é uma contínua capitalização imobiliária das áreas da periferia e a inclusão de áreas e da população rural no interior do perímetro urbano.

As unidades envolvidas com a atividade pecuária bovina para corte, apesar de não configurarem como subespaços de maior expressão numérica levantada durante a pesquisa de campo, tem sua representatividade colocada, entre outros motivos, pela proximidade do abatedouro municipal do perímetro urbano da cidade. As unidades caracterizam-se por apresentar uma extensão reduzida, em média de 1 a 3 hectares, pela pecuária intensiva e por conter em de 3 a 15 reses por propriedade.

Entre as unidades envolvidas com a criação de gado para corte, o padrão de localização observado define-se a partir da área central, estendendo-se em direção à periferia, estando fixadas nos bairros de Coloninha, Lagoão e Vila São José. Apesar de baseada estritamente no trabalho familiar, a atividade não repercute, freqüentemente, no engajamento integral da família. Em algumas unidades, a criação é associada ao gado leiteiro, enquanto que em outras, ela se situa como atividade complementar à renda proveniente do emprego urbano.

Quanto aos ganhos com a criação, estes se apresentavam relativamente escassos e, se originam principalmente, da venda direta entre os criadores, ou pela revenda dos animais aos comerciantes locais. A comercialização se realiza por meio da venda do animal adulto para os proprietários de estabelecimentos de carnes ou supermecadistas, que submetem os criadores aos seus interesses, objetivando nesta transação maiores ganhos com o processamento e capitalização do produto final. Os criadores tornam-se assim, apenas intermediários entre a produção e a lucratividade resultante da produção.

Levando em consideração a situação colocada, vê-se possível uma análise comparativa entre a vinculação dos criadores de gado para corte e os respectivos agentes especulativos de capital, em correspondência com a “integração” entre os fumicultores e as empresas fumageiras. No caso dos produtores de fumo, a ligação com a empresa se estabelece pelo fornecimento de insumos, assessoria técnica, acompanhamento do processo de estocagem e comercialização que se estende do início ao fim do processo de produção. Em contrapartida, a vinculação entre os criadores de gado para corte e os proprietários de estabelecimentos de revenda de carne e supermercados, é mais precária, concretizando-se apenas nas etapas finais de produção, não apresentando, conseqüentemente, uma nítida “integração” como aquela.

De qualquer modo, parece inquestionável que independente dos vínculos, a prática tem conduzido a desvantagens e submissão dos pequenos produtores aos detentores do capital. Nesta direção, quanto a relação dos criadores de gado para corte e os revendedores, um dos entrevistados salientou que,

O preço pago nem sempre é o justo, porque criar os animais dá trabalho e daí e a gente que tem que pagar por tudo. Mas também é difícil encontrar quem possa pagar melhor e à vista. Por isso a gente prefere perder um pouco, mas ter a certeza que vai vender e receber quando quiser.

Nas unidades pesquisadas, a finalidade da criação de gado nem sempre é direcionada ao corte. Em algumas, a criação pecuária representava a preservação da atividade como resquício de hábitos rurais na cidade. A criação praticada pela família compreende uma atividade que se encontra associada mais a satisfação dos criadores em mantê-las do que, necessariamente, como forma de incrementar os rendimentos do grupo familiar. Como colocou um dos entrevistados: “criar os animais é um costume que a gente tenta preservar. Mas não é só com o intuito de revender, de ganhar dinheiro. É pelo prazer em cuidar também”.

Certos criadores em particular integram outros segmentos da economia urbana, sendo trabalhadores da construção civil, funcionários públicos e autônomos, que mantinham atividades rurais em suas propriedades. Entretanto, independente dos fins da criação, na maior parte das unidades as atividades praticadas estendem-se além da pecuária, incluindo atividades agrícolas.

Assim, o predomínio das culturas temporárias encontrava-se presentes no interior das propriedades como um todo. Mesmo naquelas unidades onde a atividade de gado para corte predomina, ela não se mostra isolada e exclusiva. Ao contrário, há a presença de lavouras sazonais, tais como milho, mandioca e feijão, para consumo familiar e alimentar dos animais.

O cultivo associado à criação do gado tem sido fortalecido pela possibilidade de redução nos custos com a manutenção da atividade, ainda que na maior parte dos casos outros insumos sejam adquiridos e somados aos produzidos na propriedade. A produção interna apresentava-se importante também porque contribui para diversificar o uso do solo nas unidades de criação de gado.

A diversificação pode ser verificada igualmente nas unidades de criatórios eqüinos. Tal atividade se soma às unidades pecuárias, de fomicultura e de produção leiteira, presentes na malha urbana de Araranguá. Os referidos criatórios se caracterizam por um

número significativo de proprietários eqüinos distribuídos de maneira esparsa ao longo de toda a área do perímetro urbano do município. Entre estes criadores, não é possível, contudo, estabelecer um padrão de atividade relacionada a utilização dos animais na unidade familiar.

Dentre as atividades mais evidentes de práticas rurais no espaço urbano, o segmento de criatórios eqüinos foi aquele que apresentou mais variedade e em maior número como categoria de análise nas propriedades consultadas. Os eqüinos servem nas propriedades aos mais diversificados fins, dependendo da atividade executada pelo grupo familiar. Podem-se observar três usos principais nas propriedades: para o transporte, para o trabalho de fretamento e para o lazer. Entre os criadores de eqüinos que empregam a tração animal em suas atividades, sobressaem os leiteiros, que utilizam a carroça para a entrega do leite nas residências. A criação desses animais freqüentemente é adjacente a atividade principal, muito embora necessária à distribuição leiteira como meio de realizar as tarefas de transporte.

Entre os fretadores, a criação de eqüinos constitui-se praticamente como exclusiva, não comportando outra atividade na propriedade. Apesar disso, poucos se dedicam somente a esta atividade como fonte de renda, haja vista a irregularidade da procura por serviços de fretamento, como apontado pelos fretadores durante as entrevistas. Os fretadores, pequenos criadores de eqüinos prestadores de serviços de transporte, vêm a ser por consequência, trabalhadores urbanos por excelência: pedreiros, frentistas, vigilantes, além de coletores de lixo e aposentados, que têm na atividade uma alternativa de trabalho e fonte renda na cidade.

As carroças de tração eqüina, tanto entre os pequenos produtores quanto entre os fretadores, assumem na propriedade a função de transporte não apenas de mercadorias como também do próprio grupo familiar. Assim, tem sido possível encontrar com facilidade carroceiros pelas vias, circulando no trânsito e em estabelecimentos urbanos

em Araranguá. Em alguns estabelecimentos comerciais no centro da cidade, há locais específicos para comportar este tipo de transporte. A situação contribui a reforçar o que havia sido notado, ou seja, a constante presença dos carroceiros nas áreas públicas e particulares na cidade. Para os carroceiros, a explicação para tal situação parece ser evidente, como expôs um dos entrevistados:

O pessoal usa a carroça porque é um transporte barato e o único cuidado que temos que ter é com o animal. Eu já tive carro, e muitos amigos meus também tiveram, mas ter carro dá muita despesa. A carroça é mais econômica para quem não pode ter outra coisa.

As entrevistas realizadas revelam uma estreita relação entre os fretadores e as áreas rurais, sendo que em todas houve o apontamento sobre a origem rural destes trabalhadores. Todavia, a inclusão da família rural no espaço urbano em relação aos fretadores, ou pelo menos em grande parte deles, caracterizou-se especialmente, pela presença do núcleo familiar menor, restrito aos chefes de família e seus descendentes.

Assim posto, vale salutar a representatividade e o saudosismo do espaço rural como elemento na composição da identidade e do sentido de lugar em meio a rotina de certos carroceiros. Como colocado por um deles: “poder levar a vida na roça, apesar de trabalhosa, é muito bom. Mesmo morando na cidade, sempre se tem aquela vontade de viver como no campo e poder estar por lá”.

Além dos carroceiros que trabalham realizando serviços de fretagem e de distribuição leiteira na cidade, outros criadores eqüinos se dedicam a manutenção da atividade não por necessidade, mas pela vontade, sendo os animais utilizados na cidade em festejos e em outros momentos de lazer. De modo distinto das outras unidades consultadas, o vínculo destes criadores com a atividade eqüina era, sobretudo, voltada ao lúdico e festivo, não se relacionando com a renda familiar, tampouco servindo a realização de suas tarefas e para obtenção de ganhos. A criação dos animais neste caso

se dá pela satisfação em manter alguma atividade ligada com o campo, em tornar possível, ainda que estabelecida no ambiente urbano, uma relação estreita entre o modo de vida citadino e os elementos rurais. Tal aproximação concretiza-se pela participação em eventos que proporcionam a retomada das vivências rurais pelos residentes urbanos que interagem entre estes dois espaços.

Em Araranguá, na periferia urbana, existe a presença de criadores de eqüinos que mantém as atividades, principalmente, em razão das competições realizadas semanalmente em áreas improvisadamente construídas e que absorve grande parte destes proprietários e de suas famílias em momentos de lazer. Em parte, os cavalos utilizados para estas atividades não são os mesmos para o transporte e fretamento. Os cavalos para festejos e corridas nos ranchos, tem sido criados com tratamento diferenciado nos cuidados de higiene, alimentação e saúde em relação aos usados para o trabalho diário. Os animais recebem tratamento da família envolvida nestes eventos, conforme as exigências requeridas para o seu bom desempenho nas competições.

Porém, alguns freqüentadores dos ranchos e das corridas usam os cavalos para outros fins durante a semana. A condição de criar um animal exclusivamente para tais eventos nem sempre é possível, repercutindo no uso indiscriminado dos cavalos para o trabalho e para o lazer. Nos ranchos, os animais na referida situação recebiam o nome de "*matungo*", ou seja, cavalos que são criados sem maiores cuidados, de aparências frágeis.

A ocorrência dos festejos e competições acontece, por sua vez, através do encontro dos criadores e da disputas de páreos entre os animais em troca de pequenos prêmios. Os eventos representam um momento de satisfação para os participantes e para as pessoas que prestigiam os encontros. Nas entrevistas realizadas com alguns dos participantes dos festejos, eles colocaram que,

... Participar das corridas aqui é muito bom porque todo mundo se diverte e dá para trazer toda a família que não tem perigo nenhum. Aqui a gente vê as corridas, conversa com os amigos sobre os animais, faz churrasco...é uma festa só.

... Quando eu venho para cá me sinto em casa, porque a gente que veio da roça gosta é disso [...] No final de semana eu levanto cedo e trago junto os guris que também gostam. Então a gente fica aqui até a noitinha.

A ocasionalidade dos momentos de lazer e da espontaneidade dos criadores eqüinos que podem assim, temporariamente, abandonar a rotina da cidade para realizar-se nas atividades de diversão e competição entre seus pares, acontece devido a presença de áreas e dos ranchos que ainda se preservam, tornando possível sua concretização.

Diante as atividades rurais referenciadas na cidade, a dinâmica dos subespaços rurais conferem finalmente, uma paisagem diferenciada e possibilitam elucidar momentos importantes da construção social e territorial urbana. Neste sentido, as particularidades dos subespaços permitem evidenciar faces e processos marcantes do espaço urbano através do registro da expansão urbana, tendo em vista que sua ocorrência acontecia de forma gradual, da periferia –onde sua presença é mais intensa – à área central – mais rarefeita.

Esta disposição deve-se provavelmente, porque na periferia urbana a fragmentação fundiária é menos intensa e a terra como valor de uso é mais comumente preservada. Através desta probabilidade, torna-se pertinente argumentar que a presença de subespaços rurais e as áreas do *continnum* rural-urbano se alargam a medida em que se afastam do centro urbano.

A situação exposta se materializa observando que as atividades rurais praticadas no interior do espaço urbano se distinguem considerando especificamente o tamanho dos lotes, a colocação dos indivíduos na divisão do trabalho e a temporalidade com que estas atividades encontram-se estabelecidas na referida área. O tamanho dos lotes revela, em

certa medida, a intensidade da especulação imobiliária, da subversão do valor de uso da terra e a intensificação do valor de troca, bem como a incorporação da propriedade (e de seus membros) ao capital urbano.

Em Araranguá, nos bairros mais densamente ocupados como Urussanguinha, Coloninha, Jardim das Avenidas e Mato Alto, a presença de subespaços rurais ocorre com menor frequência. Por outro lado, a medida em que avança para a periferia, as atividades rurais no interior do perímetro urbano tem sido mais veemente percebidas. Nos bairros menos populosos, de loteamentos recentes e de ocupação urbana prematura como Sanga da Areia, Lagoão e Santa Catarina, os subespaços rurais formam um conjunto mais coeso.

Portanto, pode-se perceber na escala do município, os vínculos causais entre os indivíduos e as atividades (rurais e urbanas), manifestam-se, seguindo em certa medida, as condicionantes da urbanização e da preservação do trabalho rural na extensão do *continuum* rural-urbano. Logo, apesar de considerar difusa a localização dos subespaços rurais em Araranguá, há o convencimento de que a urbanização e a consolidação dos elementos a ela associados promoveram dinâmicas particulares sobre as formas de trabalho e as vivências da população rural inserida na cidade.

Contudo, não apenas onde a reprodução do trabalho e do capital é mais atuante e presente, torna-se possível perceber vestígios do “mundo rural” sobre a população urbana. O imediatismo da urbanização e sua proximidade histórica conferem em cidades como Araranguá, localizadas em áreas com vigorantes setores rurais, um padrão de vida urbana que se caracterizam, por vezes, como incompleto, haja vista a saliente influência das atividades e da população proveniente do campo em seu espaço urbano. Assim, parte da população urbana, por sua vez, mesmo incluída em escalas de maior ou menor grau na dinâmica de trabalho e na reprodução do capital urbano permanece exercendo de

algum modo atividades e hábitos que se incluem no “modo de vida rural”, como destacaram SOLARI (1971), SOROKIN et alli (1986) e WOORTMANN (1995).

As maneiras pelas quais se estabelecem tais diferenciações, suas conseqüências, bem como qual seu nível de abrangência e de territorialização sobre o espaço urbano, são questões que perpassam por uma análise qualitativamente necessária a compreensão desse fenômeno como um todo. Para tanto, além das formas de trabalho e da dinâmica de reprodução do capital nos subespaços inclusos pelo perímetro urbano, faz-se presente uma abordagem sócio-cultural que permita abarcar com maior profundidade e abrangência a população componente dos subespaços rurais em Araranguá.

3.2 A Redescoberta do Território e a “nova” ruralidade

No início do presente capítulo procurou-se analisar os subespaços rurais enquanto *locus* de reprodução do capital e da agricultura familiar no contexto da cidade. A partir deste momento, a proposta converge em tratá-los sobre o prisma do seu modo de vida e de como ele se territorializa sob a perspectiva da “cultura urbana” inserida na sociedade capitalista.

Embora esteja presente a convicção de que diferenciações e intersecções das mais diversas ordens ocorram no espaço urbano em virtude dos distintos grupos sociais e dos subespaços que o compõe, estas singularidades são cada vez mais peculiares a medida em que se encontram estabelecidas no contexto da sociedade de consumo e de necessidades criadas pela lógica do capital. A realidade urbana comporta, por vezes, uma

vivência rural que é contraditória à sua dinâmica e a organização social idealizada da cidade, evidenciando as fragmentações (sociais e econômicas), inclusas nesse espaço.

A vivência, a interação entre os subespaços e suas configurações são questões que se estendem além das diferentes atividades e relações de trabalho, abrangendo ainda a manutenção da herança cultural rural entre a população urbana proveniente do campo. A herança do “mundo rural”, evidentemente, não parece ser ingênua, resultado a revelia e da incondicional vontade de praticá-la. Ao contrário, tal herança ressalta o papel da mercadoria e do fetichismo do consumo, sendo a “necessidade” em permanecer praticando atividades rurais, reveladoras da pressão exercida pela reprodução do capital e pela propriedade privada atuante sobre os subespaços.

Como a intenção da construção social dos subespaços apresenta-se como pertinente e fundamental em aprofundar o referido tema, partiu-se dos pressupostos norteadores da vivência rural, mais especificamente, considerando o “modo de vida rural” como categoria analítica fundadora desta análise. O “modo de vida rural” como apontados por Solari (1971) e Sorokin et alli (1986) sugerem alguns pressupostos destas diferenças com o “modo de vida urbano”. Entre as diferenças, os autores assinalaram, a relação com a natureza, dos laços familiares rurais e dos contatos de vizinhança entre a população da cidade e do campo. Pode-se ainda assinalar o parentesco como relação característica do modo de vida rural, sendo relacionado a extensão horizontal do grupo familiar, como assinalou Woortmann (1995).

Nesta perspectiva, buscou-se, seguindo “pistas” de alguns clássicos da sociologia rural, associado aos conceitos de território e paisagem geográfica, a identificação de um “modo de vida rural” nos enclaves do espaço urbano. A tentativa de compreender o fenômeno tem sido alvo de estudos como os de Maia (1994) e de Miller & Luloff (1981), sendo que entre os últimos, coube o debate acerca da existência de uma cultura e ideologia rural na sociedade americana contemporânea, apesar das influências da

urbanização e da industrialização, assim como da reorganização e desenvolvimento da sociedade pós-industrial (MATTHEWS, 1988).

A sociedade urbano-industrial tem indiscutivelmente imposto novas especificidades sobre o modo de vida dos grupos sociais como um todo, ao mesmo tempo em que reforça a heterogeneidade das populações ao longo do *continuum* rural-urbano. O trabalho empírico nos esclareceu que a “cultura urbana” ao passo em que busca criar condições de homogeneização da sociedade é contraditoriamente reproduzida, quando se concebe a necessidade dos grupos em manter presentes atividades e hábitos.

Neste sentido, através das especificidades do trabalho rural, materialmente a paisagem rural (e agrícola), insere-se no espaço da cidade, contribuindo assim a concretização dos subespaços. A tarefa a ser realizada constitui-se então, em compreender as modificações ocorridas no decorrer do tempo histórico entre os grupos urbanos e no interior destes subespaços rurais, e de que modo eles se contextualizam em uma vivência particular rural/urbana.

Como colocado, uma das preocupações surgidas ao longo deste trabalho foi a de investigar de que modo hábitos rurais permanecem presentes no interior da malha urbana de Araranguá e de como qualificá-los de maneira apropriada. O interesse se apresentou mais presente a medida em que se optou por considerar os subespaços rurais como territorialidades delimitadas e interiorizadas no perímetro urbano, mantenedores de alguma forma de atividade rural e ocupantes da mão-de-obra familiar.

A categoria assim compreendida serviu adequadamente à realização do mapeamento realizado, entretanto pouco abarcava questões mais abrangentes que se estabeleçam por diagnosticar e traçar um marco acerca da organização social e das vivências presentes entre rural e urbano ao longo do *continuum* dos subespaços em Araranguá. Daí decorre que três considerações precisam imediatamente serem colocadas

a fim de nortear a abordagem realizada: a) a idéia do *continnum rural-urbano*; b) as diferenças inerentes entre o modo de vida rural e o urbano e, c) o uso de conceito e de categorias geográficas para explicar o fenômeno dos subespaços rurais em Araranguá.

A proposição da existência de um *continnum* rural-urbano sempre nos foi mais aceita do que a relação extremista e de oposição direta entre as duas categorias, especialmente no caso das cidades brasileiras. A posição em considerar esta abordagem, vale-se da tentativa de superação das características da delimitação administrativa do perímetro urbano que vem absorvendo áreas rurais e considerando-as urbanas sem contemplar uma análise escalonada do contato entre estes espaços. Entende-se que o *continnum* é mais apropriado porque ele não considera a sobreposição de um pelo outro (rural e urbano), mas ressalta suas inter-relações. Portanto, ele representa a possibilidade de identificá-los enquanto espaços diferenciados.

Como se notou no trabalho empírico, o corte transversal rural-urbano demonstra que entre os dois espaços a intensidade e a capacidade de reprodução de capital é relativamente menor a medida em que se aproxima do centro comercial e industrial e, maior a medida em que se configura nos limites da malha urbana. De qualquer modo, entre os espaços, uma série de específicos subespaços se apresenta. Os subespaços, levando em consideração a localização das unidades na malha urbana e da alocação dos indivíduos no estrato social, permitem, outrossim, identificar estágios diferenciados de ruralidade no espaço da cidade.

Quanto a esta ruralidade houve um cuidado especial em relativizar, na medida do possível, diferenças entre modo de vida rural e o modo de vida urbano, lembrando do que considerou Santos (1993) acerca da evolução contemporânea da economia e da sociedade, como resultado do recente movimento de urbanização e de expansão capitalista no campo brasileiro. Para o pesquisador, o espaço total brasileiro é atualmente

preenchido por “regiões agrícolas” e “regiões urbanas”, não se tratando mais de “regiões rurais” e de “cidades”.

Procurou-se assim, atentar-se às diferenças rurais-urbanas ressaltando os processos mais amplos que as produzem, introduzindo uma dimensão histórico-dialética na relação campo-cidade e abrangendo as relações sociais e culturais que comumente se denomina rural e urbano. Sob esta perspectiva, acredita-se que uma diferenciação rural/urbana somente poderá ser compreendida historicamente e no contexto do atual momento das sociedades do campo e da cidade, na reprodução do capital e como precursoras de fenômenos sociais ora mais, ora menos integradas. Assim, parece prudente analisar o espaço urbano considerando sua inserção ao modo de produção capitalista e diante as contradições da estratificação social relacionado, conduzindo a considerar a cidade como local de convergência de processos e interesses das mais diferentes e variadas ordens, conforme expôs Oliven (1984).

Conforme o autor, torna-se essencial colocar que a cidade não é capaz por si mesma, de proporcionar respostas e a imperar determinadas transformações sobre a organização e os indivíduos da sociedade urbana. Caso fosse aceita a proposição de que a cidade e a sociedade urbana implicam diretamente na incorporação e consolidação do modo de vida citadino sobre os indivíduos, haveria a tendência em se afirmar a idéia de que é geradora de influências diretas sobre a vida social, como sugeriram alguns pensadores da Escola de Chicago.

A respeito da existência e os efeitos da “cultura urbana” sobre a vida social dos grupos integrantes da cidade, as análises atuais de estudiosos têm geralmente acordado em perceber a cidade como variável dependente de situações e fatores históricos, econômicos, políticos e sociais aos quais se encontra inserida. Esta visão vem avançar sobre a idéia da cidade como variável independente, promotora de influências *per se* sobre a vida social.

A preocupação em foco adiciona-se a abordagem proposta, não esquecendo das modificações ocorridas, sobretudo a partir de meados da década de 70, período da acelerada urbanização do território. Para tanto, convém ressaltar o interesse em uma análise da “cultura urbana” que tem por finalidade proporcionar o vínculo entre o modo de produção capitalista e seus efeitos sobre o trabalho e o modo de vida rural.

Tal análise concretiza-se por meio da utilização de conceitos e de categorias geográficas a partir da iluminação do tema sobre a ótica geográfica, embora se saliente a pretensão de compreender os fenômenos sociais e a vivência rural na cidade de maneira interdisciplinar. A leitura aqui feita do espaço e da sociedade, contudo, é uma interpretação diante a perspectiva da geografia e do geógrafo. Portanto, apesar de querer ser abrangente, ela é também limitada em virtude da complexidade do tema e pelas múltiplas visões e contribuições oferecidas pelas outras ciências a fim de esclarecê-lo.

Levantadas estas considerações, retorna-se à questão central a qual se refere a refletir sobre as inclusões ou a permanência de hábitos rurais na cidade através da população do campo que passou a ocupá-la ou a inserir-se nela. As entrevistas mostraram que os hábitos rurais por desta população não têm uma denotação estritamente comercial, mas se estabelece como maneira de restaurar a identidade e a territorialização dos indivíduos.

Neste sentido, um padrão de respostas se ateve a considerar a atividade rural como prática concretizada em manter valores trazidos e mantidos na cidade pela população rural urbanizada. Como colocou uma das entrevistadas,

Continuamos plantando porque é bonito ver a roça assim, grande e pronta para a colheita. Depois guardamos, distribuímos para os vizinhos, para os amigos, para os parentes e vendemos alguma coisa.

Os referidos hábitos e a “cultura rural” corrobora a inserção dessa população na sociedade urbana e sob as condições sociais e econômicas a ela relacionada. A organização social urbana associada à estratificação e a consolidação da sociedade de classes apresenta, por sua vez, variáveis importantes no sentido de equacionar uma compreensão mais apurada da permanência de boa parte das atividades rurais na cidade.

Como ressaltou Castells (1974:36), “uma análise detalhada dos traços da 'cultura urbana' mostraria facilmente o vínculo causal entre a matriz estrutural do modo de produção capitalista e os efeitos nesta ou naquela esfera do comportamento”. Logo, torna-se apropriado salientar a confirmação das necessidades do capital urbano e das formas de sua reprodução, que não aleatoriamente absorvem e comportam populações de origem rural alocada no espaço urbano.

Por outro lado, o ensejo da discussão contribui a desmistificar a proposição de que a população rural é representativa de uma cultura estática, ao mesmo tempo em que é continuamente concebida como pólo extremo do modo de vida urbano. Porém, como se tem visto, discursos que convergem a conceber o modo de vida urbano como dominante e indiferenciado, conduzindo a concepção do modo de vida rural como “atrasado” e pouco resistente à urbanização (e a urbanidade), persistem teoricamente representando uma fração de estudos que desconsideram a evolução endógena da população rural e de sua vivência dialética no interior da malha urbana.

A absorção da população rural pela cidade não ocorre de maneira integral. A requisição e a introdução desta população pelos agentes e pelas estruturas urbanas é ajustada pelas exigências mais imediatas da lógica do capital e da urbanização, sendo, portanto disforme no decorrer do tempo histórico e no interior do território. Nesta direção, o trabalho de campo confirmou que seja enquanto “desejo” ou “necessidade”, o que singulariza os indivíduos habitantes dos subespaços são, especialmente, as dinâmicas reunidas nas categorias terra, trabalho e família. Através destas categorias, os habitantes

rurais, ainda que componentes do espaço urbano, estabelecem suas expectativas e as representações da vida social, sendo estas suas estratégias para a reprodução social do capital econômico e cultural (STROPASOLAS, 2002; MATTHEWS, 1998).

As três categorias (terra, trabalho e família) comunicam-se mutuamente, principalmente porque diagnosticam três dimensões do “mundo rural”, contribuindo ao esclarecimento satisfatório do “modo de vida” da população rural-urbana. Estas categorias não são limitadas, nem mesmo compreensíveis sob um rígido sistema conceitual. Ao contrário, representa uma construção social abstrata, definível e observável por meio da paisagem e da territorialidade edificada pelo grupo e pela comunidade.

Em relação à categoria terra e a sua apropriação, esta sempre representou uma necessidade fundamental ao trabalhador rural. Por mais que o trabalho rural tenha representado em determinados momentos históricos características diferenciadas durante a evolução do sistema de produção capitalista, a terra sempre representou um vetor independente e consolidado por seu valor de uso e simbólico. A terra como valor simbólico se constitui em uma categoria de extrema identificação do homem de origem rural, não somente pelos seus usos, mas também pela idéia de herança que carrega.

A referida situação não significa que a especulação imobiliária sobre a fronteira agrícola é ausente. As ações dos agentes imobiliários podem apenas, ocasionalmente, sofrerem bloqueios em seu intuito de substituir o valor de uso da terra pelo seu valor de troca. Em alguns casos, o próprio superdimensionamento do valor da terra pelos proprietários pode apresentar-se como um entrave na capacidade especulativa em torná-la urbanizada de fato, ainda que na maior parte das vezes este entrave seja temporário. Os trechos das entrevistas a seguir ressaltam o papel da ação especulativa dos agentes imobiliários e o valor da terra para o habitante urbano proveniente do espaço rural:

... A terra pra gente é tudo porque é nela que a gente planta e mora.

É só a terra que fica para os nossos filhos e netos [...]
Às vezes vem gente aqui pra comprar a minha terra, mas eu não vendo. Eles
nunca pagam o que ela vale [...]
Meu pai me ensinou que terra é investimento bom, porque ela nunca acaba.

Os referidos trechos expressam valores importantes assumidos pela terra para tal população. Em outras circunstâncias, vale lembrar que a terra é a responsável pelo fortalecimento territorial dos subespaços rurais na cidade e representa, enquanto propriedade particular, a paisagem indefinidamente criada por seu proprietário. Neste contexto, como territorialidade, a categoria terra tem a condição de tornar-se passível ao uso de acordo com as investidas de quem a produz. Evidentemente que o uso da terra não se dá à revelia ou em descompasso com o movimento da sociedade como um todo, principalmente em relação à reprodução do capital. É fácil perceber que o uso da terra urbana também segue critérios mais ou menos rígidos de usos. Mas a terra é parte da individualidade, de identidades específicas, pontuais, ainda que contraditórias.

As “anomalias” dos usos da terra urbana incluem um sistema maior de construção e reconstrução dos modos de vida no interior da sociedade de classes. Assim, pretende-se afirmar que as formas de ocupação do solo e as singularidades de utilização que ele se presta além do residencial, confere à paisagem urbana a configuração heterogênea e territorializada pelo modo em que os habitantes se apropriam da cidade.

Em uma cidade metropolitana (acima de 250.000 hab.), este uso poderá representar uma generalização maior e o *continuum* rural-urbano extender-se à área mais afastada do centro. Em uma cidade menor como Araranguá (de 25.000 a 100.000 hab.), a paisagem rural apresenta a tendência de se mostrar mais presente, sobretudo porque a

área de *continnum* é mais próxima do centro urbano, repercutindo no contato mais imediato entre o modo de vida rural e a cidade².

A categoria terra, por sua vez, está relacionada às outras duas anteriormente destacadas (trabalho e família), nas quais a população urbana proveniente do espaço rural encontra-se congruentemente envolvida. O trabalho rural por se constituir de natureza diferenciada do trabalho urbano, considerando a perspectiva do uso do solo, evidencia o valor da terra relacionada a capacidade de manutenção da atividade rural a ela imposta. Sob este ângulo, o valor de uso da terra é parte do processo mais amplo de reprodução do capital quando implícito ao uso, está sua capacidade de produzir trabalho e renda. Cabe discutir, outrossim, em qual medida o valor de uso da terra representa a idéia de subordinação do indivíduo ao trabalho rural, e ainda, como o valor de uso se flexiona às relações de trabalho e as lógicas do capitalismo.

A dinâmica progressiva dos valores de uso aos de troca, parece evidenciar parte do processo de absorção de áreas rurais pela cidade a medida em que surgem pressupostos particulares na ocupação da terra a partir da periferia. Além disso, a estratégia de incentivar novas expansões da malha urbana, reflete a iniciativa de propor uma organização diferenciada do trabalho no interior da comunidade, que por vezes, insere-se na busca de trabalho e acesso a equipamentos urbanos.

Por outro lado, de forma indistinta, tem-se observado que a ocupação dos indivíduos de origem rural em atividades urbanas, não se mostrou capaz, em geral, de desarticular ou extinguir os hábitos e os trabalhos rurais no interior das propriedades. Em Araranguá, os entrevistados ressaltaram que a causa para a permanência de atividades rurais na cidade se deve, principalmente, às suas origens ou do grupo familiar. O trabalho na propriedade é assim, um resquício do “mundo rural” interiorizado na dinâmica urbana,

² A classificação do tamanho dos centros urbanos segue a proposta de Matthews (1988): Cidades Metropolitanas (acima de 250.000 hab), Cidades Médias (de 100.000 a 250.000 hab), Cidades Pequenas (de 25.000 a 100.000 hab).

ainda que voltado à comercialização ou explicada estritamente pela vontade de manutenção da vivência do campo na cidade.

Vale salientar, entretanto, que o trabalho rural voltado à comercialização ou explicado pela manutenção da vivência rural do campo na cidade não são representativos de uma mesma ordem. Em primeira instância, a comercialização é exigente, fundamentalmente, de uma dedicação quase que exclusiva da mão-de-obra do trabalhador rural incluso na reprodução do capital de forma direta. A inserção do trabalho rural na dinâmica do espaço e da economia urbana, configurando os subespaços rurais na cidade, aproxima-se da idéia de subordinação do indivíduo ao trabalho rural e da terra como sentido do valor de uso. A idéia da subordinação, todavia, não apresenta um caráter determinista ou imune ao circuito de especulações e interesses do capital urbano. A subordinação poderá ser apenas provisória, a medida em que a terra transfere seu valor de uso pelo de troca.

De maneira inversa, quando se estabelece como prática inerente a herança trazida do campo e preservada na cidade, sem contudo apresentar o caráter exclusivo de fonte de renda familiar, o trabalho rural é de ordem diferenciada. Estabelecido como complementar ao trabalho urbano, sendo este, o responsável pelo nível de renda do grupo, o trabalho rural é uma atividade que se mantém, especialmente, por conta do desejo em se preservar atividades rurais nos subespaços.

Neste sentido, o estudo empírico nos indicou que o modo de vida rural é responsável por criar uma vivência própria, sendo que apesar de inclusa no modo de acumulação vigente, ela apresenta uma dinâmica singular. Assim, seja como subsistência ou pela vontade em materializar o modo de vida rural na cidade, as populações dos subespaços recriam a organização territorial do espaço urbano, incluindo aspectos da paisagem rural no interior de seu tecido. A vivência e a vontade de continuar exercendo atividades rurais na cidade pode ser assim evidenciada a partir das entrevistas:

... Quando compramos este terreno aqui na Coloninha quase ninguém morava, todo mundo era conhecido e se plantava bastante, principalmente arroz de casca. Depois começaram a lotear as terras. Hoje só um ou outro continua criando um animalzinho, os mais velhos plantam milho, mandioca. O arroz foi todo lá para o outro lado do rio. Isso aqui agora é uma cidade. Tem mercado, farmácia, escola. Mas mesmo assim a gente continua plantando e criando alguma coisa, para ter no que se envolver, para aproveitar o pasto. O que produzimos nós distribuimos para os filhos, para os netos [...]. Aqui eu não vendo nada, é só para consumo de casa, para continuar fazendo as coisas que aprendi com meus pais no trabalho da roça.

... A gente sempre teve umas vaquinhas e trabalhamos vendendo leite. O serviço começa cedo, tem que deixar tudo pronto e ir vender seja sol ou chuva. Clientes a gente sempre tem, aqueles que preferem o leite fresco, tirado da vaca e entregue em casa. Muita gente ainda cria filho assim e prefere comprar leite da gente. O leite do mercado ou da venda é também mais caro que o nosso [...].

... As vacas não são criadas aqui no terreno não. Elas ficam lá no morro. Os vizinhos reclamam muito do cheiro e tem o pessoal da vigilância sanitária também. Antigamente não tinha problemas, quando aqui não morava ninguém. Agora não. Tudo aqui já é cidade.

... As cabrinhas são só para passar o tempo, mas a gente também vende o leite quando o pessoal vem comprar. O que sobra nós distribuimos para as crianças pobres ou doamos para o asilo ou para o hospital. Eu me criei na lavoura, trabalhando na roça. Depois viemos morar na cidade, e mesmo assim continuamos com essas cabrinhas para cuidar e que faz a gente lembrar do campo.

A vivência rural na cidade destaca a origem desta população e a forma pela qual ela é marcadamente influente em seu modo de vida. Logo, a preservação do trabalho rural não se estabelece exclusivamente a não incorporação do indivíduo ao trabalho urbano, mas, em alguns casos, ao prazer em permanecer envolvida em atividades do campo.

Em Araranguá, a origem rural de parte da população que se tornou urbana em razão das intenções do Estado em promover a urbanização – abrangendo as esferas nacionais, estaduais e municipais – é precursora, por sua vez, da segmentação entre o trabalho rural e urbano na cidade. Entre os indivíduos provenientes de áreas rurais e que permanecem exercendo alguma atividade relacionada aquele setor, as diferentes condições sócio-econômicas e de localização, não se colocam como entraves a vontade em vivenciar os costumes do campo.

De acordo com Maia (1994), a vivência rural constitui-se mais do que simples formas de sobrevivência, representando identificações com o trabalho realizado sendo confirmada pela vontade em manter hábitos do campo na cidade. Assim, a urbanização e os eventos associados a ela, apesar de objetivarem criar um “modo de vida total” e de difundir-se de maneira generalizada pelo território, como colocou Lohn (1999), concretiza-se por revelar as fragmentações, as divergências e a inclusão incompleta de seus pressupostos pela população que a constrói como coisa material.

Para Santos (2000), a vivência e a utilização do território apresenta-se fragmentado e separa os indivíduos estabelecidos na cidade apesar deles aparentarem estarem juntos. Por meio das heranças e dos conhecimentos adquiridos e transmitidos pelo grupo no interior das comunidades e dos subespaços, o território torna-se mais do que um simples conjunto de objetos é um dado simbólico a medida em que se concentram o trabalho, a moradia, a circulação e a vida. Assim, cultura e territorialidade são de certo modo sinônimas, observando que indicam relações profundas como o meio e com o seu próprio processo de viver.

A cultura conscientiza e identifica o indivíduo ao grupo a ele pertencente, enquanto o território define os valores, as condições simbólicas e as interações do homem com o lugar. Conseqüentemente é possível falar em processos de “desterritorialização” e “desculturização” na mesma sociedade, de duas culturas herdadas ou de dois territórios não comuns. As incompatibilidades e processos decorrentes não significam perdas, se não doação. As manifestações dialéticas do território e da cultura se interferem reciprocamente, modificando-se e compondo um modo de vida próprio.

A introdução e colocação da mão-de-obra disponível no trabalho urbano vinculam-se ao próprio processo histórico de acumulação que elegeu a cidade como *locus* da reprodução do capital, ao mesmo tempo em que convive dialeticamente com a vivência rural no interior dos subespaços. A vontade em permanecer executando atividades rurais

pode ser entendido como fetiche conforme sugeriu Marx (1988) à respeito da necessidades supostamente criada para aquisição de um bem ou objeto. Neste sentido, de acordo com Maia (1994:65) "(...) em virtude da necessidade de ter a propriedade privada tanto da terra como dos animais, ou da necessidade de manter um habito ou tradição, que vem desde sua origem e está por trás desta suposta realização dos seus seres, podendo então considerá-la um fetichismo do desejo".

Por último, compreender as especificidades do modo de vida rural como um todo, requer identificar a categoria família, sua organização e relações com as categorias anteriormente descritas e analisadas. A família rural apresenta uma dimensão que se caracteriza essencialmente na dedicação conjunta às atividades praticadas no interior das propriedades – como se percebeu em Araranguá. A importância da família ao indivíduo proveniente do campo e estabelecido na cidade faz emergir as estratégias internas, o fortalecimento de condição da família colona e sua associação das categorias terra e trabalho na reprodução do patrimônio econômico e cultural.

O levantamento a cerca da dinâmica dos subespaços rurais em Araranguá trouxe evidências importantes a respeito da vida familiar rural e das formas como ela se ajusta aos contatos mais numerosos da cidade. Em resposta as perguntas sobre a mudança para a cidade e quais as influências da urbanização sobre o espaço rural, os argumentos apontam para dois sentidos principais, baseado na perspectiva do modo de vida rural e da atração da vida urbana aos habitantes urbanos oriundos do campo.

Stropassolas (2002) considerou a transferência rural-urbana como efeito do encanto produzido pela cidade aos indivíduos rurais. O encantamento, segundo o autor, apresenta razões pessoais e se concretiza tendo em vista às expectativas de proximidade dos artificios mais valorizadas na sociedade atual – riqueza, conforto, poder – encontradas e disputadas no espaço urbano.

A concretização da incorporação de indivíduos rurais na cidade ocorre igualmente, como destacado, pela expansão constante do perímetro urbano da cidade. Com a expansão, parte da população rural acaba incluindo-se no ambiente citadino, embora as dinâmicas de trabalho no interior de suas propriedades permanecem atreladas às atividades do campo. No referido caso, o grau de envolvimento do grupo familiar rural com o “mundo urbano”, em geral, não é igual ao do migrante. Nas áreas de fumiicultura, por exemplo, percebe-se que a intersecção da família com a produção conserva boa parte das relações anteriores à urbanização.

A acentuação do valor de uso conferido a terra pelos fumicultores revela faces da coesão familiar pretendida e mantida pelos seus valores rurais e, também, a garantia de trabalho e renda para o grupo. Por outro lado, entre os migrantes a cidade tem uma atração mais contundente, sendo o trabalho na “roça”, uma atividade secundária, ligada a preservação da cultura e dos costumes do mundo rural. De modo mais generalizante, é possível notar que dependendo da localização da propriedade ao longo do *continuum* rural-urbano, da especialidade produtiva, do atual momento da urbanização e da industrialização, o modo de vida rural apresenta peculiaridades no sentido de apresentar um maior fortalecimento sócio-cultural, repercutindo em maiores ou menores graus de integração à economia urbana.

Embora os conceitos de sociedade e cultura rural/urbana sejam permeados de profundas discussões e indefinições, assim como não mais seja possível salientar o isolamento de uma comunidade ou grupo tanto no campo quanto na cidade, o modo de vida rural parece comportar uma identidade que a distingue dos contatos mais amplos e superficiais da sociedade urbana. As relações de vizinhança e de parentesco ilustram bem a pretensão deste argumento.

Entre os indivíduos rurais, o parentesco continua representando um vínculo importante na constituição dos agrupamentos familiares. Os laços de parentesco, que se

estendem em geral além do núcleo principal a um nível mais abrangente de contatos, representam, entre outras, a herança da organização geral da comunidade rural baseada na coesão do grupo familiar e de sua unidade na realização do trabalho. Do mesmo modo, as relações de vizinhança reforçam o sentido de cooperação instituída no interior da comunidade rural e encontra-se organicamente presente entre os indivíduos e os grupos familiares dela originados. A vizinhança conduz aos contatos externos mais próximos dos indivíduos de origem rural, representando uma maior solidariedade social e de comprometimento nas relações sociais.

As entrevistas de campo denotaram que as relações de parentesco e vizinhança permanecem vividamente presentes entre a população constituinte dos subespaços rurais, ainda que a lógica da urbanização e o avanço da divisão do trabalho urbano tenham acentuado a impessoalidade das relações sociais e repercutido no enfraquecimento desses laços no contexto da sociedade urbana. As transformações ocorridas com o advento e intensificação da realidade urbana, todavia, não se apresentam efetivamente capazes de determinar um “novo” padrão de organização espacial exclusivamente associado à urbanidade. A expansão da cidade e do capital urbano, apesar de hegemônicos no momento atual da urbanização, não tem excluído as heterogeneidades dos habitantes inclusos nesse espaço e as identidades nele atuantes.

As diferentes populações inseridas no espaço urbano e as relações sociais estabelecidas confirmam as individualidades dos subespaços e dos contatos contidos. A individualidade, como observada nos subespaços rurais, caracteriza não somente a intensidade desses laços e heranças da organização social do indivíduo e das famílias rurais no interior do perímetro urbano, mas ressalta, além disso, suas relações com o lugar.

Também, percebeu-se que a dialética do espaço urbano, destaca a cultura urbana que se impõe, geradora de uma certa tensão entre os costumes rurais (e a forma como se

encontra presente na cidade), e a dinâmica da sociedade urbana como um todo. Quanto a este aspecto, o encaminhamento das entrevistas mostrou que a dualidade se materializa, principalmente, pela inserção da família e dos jovens à realidade e ao modo de vida urbano, desvinculando-se paulatinamente da vivência rural.

... Hoje em dia é preciso estudar para ser alguém na vida. Primeiro vem os estudos, para eles depois terem um trabalho melhor na cidade, para não precisar viver apenas do que dá na roça de fumo como a gente.

... Quem trabalha mesmo tirando o leite, colocando nas embalagens e vendendo somos eu a mulher. Fizemos quase tudo sozinhos. Os filhos vão para a escola, para o trabalho na cidade. Mas eu e ela não nos incomodamos, viemos para a cidade para dar condições a eles terem um futuro melhor.

A introdução da família rural na cidade e a incorporação dos indivíduos ao movimento da sociedade urbana, fazem parte do processo permanente de mudanças ou transformações da cultura e do modo de vida rural no interior dos subespaços, além de sua percepção sobre o lugar. Cabe ainda salientar o caráter variável e transformador do modo de vida rural no interior da comunidade.

Como havia sido anteriormente colocado, via de regra, uma falsa imagem e conceito atribuído ao homem rural tem dito respeito ao seu “atraso” em relação ao *status* do novo tempo e as condicionantes e valores impostos pelas sociedades de consumos urbanizadas. A idéia de atraso relacionada ao homem rural e ao seu modo de vida a partir das categorias e valores da sociedade urbana é criadora de uma série de outras premissas não verdadeiras que dizem respeito tanto à invariabilidade das formas individuais e coletivas de vivência da população rural, quanto da assimilação de valores urbanos ao seu cotidiano.

No contexto dos subespaços e o modo de vida rural, a vivência e a cultura representada, pelos símbolos ou pelos contatos estabelecidos, de modo algum devem ser compreendidos como uma ação estática e imune aos contatos externos a qual se

encontram submetidos. A concepção da territorialidade dos subespaços rurais analisados, não significa assim, a ausência de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo.

A territorialidade é a manifestação da herança rural adquirida e que fornece a identidade do homem com o seu meio. Colocada desta forma, a territorialidade é tanto geradora de conflitos, porque está constantemente procurando meios a se tornar presente e viva no lugar, como é conceptora da cooperação, haja vista as trocas e a absorção da cultura urbana.

As preocupações levantadas nas entrevistas pelos moradores que permanecem exercendo atividades rurais na cidade ou por aqueles inclusos pela urbanização, evidenciam também o valor a eles interiorizados pelo trabalho e pelas infra-estruturas disponibilizadas no espaço urbano. A possibilidade em desfrutar dos “benefícios” da cidade, de incluir-se no trabalho urbano e de usufruir as possíveis “vantagens” intituladas, elucidam fragmentos deste “modo de vida total” que busca concretizar a urbanização e o sistema econômico dominante nas sociedades industriais modernas.

Evidentemente que a procura pelo trabalho urbano e pelas possibilidades da cidade não acontecem ao acaso. A eleição pela vivência urbana é resultante da própria ação política e econômica que tem privilegiado a reprodução do capital da cidade e marginalizado o trabalho tradicional rural concebendo-o, por vezes, como pouco dinâmico e ineficiente.

No interior dos subespaços, os reflexos destas concepções se materializam pelas condicionantes da realidade urbana incorporada ao ideário dos mais jovens a integrar-se no trabalho urbano. Todavia, o grupo familiar exerce papel importante no sentido de preservar o patrimônio do “mundo rural” entre os indivíduos mais novos. O embate entre a territorialidade e o avanço da desterritorialização sobre os grupos rurais ocorre, cada vez mais intensamente a medida em que a urbanização e a urbanidade lançam pressupostos

que se colocam de forma contraditória às práticas e as experiências dos grupos e suas particularidades.

Nos contornos da cidade, frente a materialidade dos subespaços rurais, sua existência é percebida como um componente intruso, uma forma de resistência à especulação do capital e da ação dos agentes urbanos sobre a propriedade fundiária. Como entidades residuais, o uso do solo e as atividades rurais na cidade são comumente negligenciados no pensar da cidade realizada pelo Estado capitalista, que se coloca a mercê do mercado e das investidas do capital sobre o território.

Os entendimentos das contrariedades não são, entretanto, abarcados somente pela prática social aparente ou pela coexistência territorial de vivências distintas no espaço urbano. A compreensão dos fenômenos que conduzem as transformações nas concepções de trabalho e assimilação de valores urbanos perpassa, sobretudo, pelos ditames do modo de acumulação vigente e pelas conjunturas impostas.

As dicotomias na vivência e no modo de vida presente entre os subespaços rurais e a cidade revelam, entre outras coisas, a dialética do espaço e as formas heterogêneas e fragmentadas que ele representa. Por outro lado, a progressão do capital dá-se fundamentalmente no âmbito da divisão social do trabalho e de forma indireta afeta os valores culturais rurais e seu modo de vida específico. A contradição é a condição necessária à manutenção do capitalismo e, a partir dela o referido sistema tornar-se viável e apto a se reproduzir (LEFEBVRE, 2002).

A internalização dos valores mantidos e transmitidos aos mais jovens ocorre não apenas através da memória do grupo familiar, mas pelas relações de comercialização, de tradições comuns, dos costumes na roça e, pela manutenção do modo de vida rural na cidade. Neste sentido, embora o poder de influência do trabalho urbano manifeste-se sobre a população rural sob a intenção de oferecimento de melhores condições de vida e

oportunidades, o lar continua sendo o local e controle e reprodução do sistema social (WOORTMANN, 1995).

No espaço urbano, a forma de expressão desta vivência rural poderá ir da propriedade individual e da comercialização de produtos e se estender a manifestações mais abrangentes de caráter coletivo, como festejos e atividades de lazer. Em Araranguá, como assinalado, estas manifestações se apresentam em atividades como os encontros de criadores de cavalo nos finais de semana e em tempos livres para competições, que representam em essência, espaços de socialização e demarcação do patrimônio cultural do grupo.

A organização das áreas de lazer que servem à reunião de criadores e de indivíduos prestigiadores de tais atividades segue formas particulares de assimilação da cultura rural, absorvendo a linguagem, os valores e as aspirações sociais, os costumes e as experiências dos participantes. O adensamento de certas práticas fortalece a manutenção do assim chamado *habitus*, conforme Bordieu (*apud* STROPASOLAS, 2002).

Na periferia do espaço urbano araranguaense, encontramos estabelecimentos que se dedicam particularmente a promoção destes eventos a fim de aproximar criadores e habitantes urbanos que se identificam com a vivência rural. O tradicionalismo e as atividades ressurgido em um ambiente criado e institucionalizado, bem como a atração de participantes e freqüentadores dos centros de lazer desvelam, em outra direção, a pretensão dos estabelecimentos em tornar esta prática uma forma também capaz de fazer parte da reprodução do capital urbano.

Assim, suas propostas atuam em dois sentidos: sejam como instituições de representações sociais, sejam como realizadoras das condições de produção do meio forjado ao avanço das relações do capital sob a ordem social do homem do campo. As unidades que comportam atividades rurais na cidade como locais de lazer e territorialidades específicas, são igualmente espaços para a construção social da

ruralidade e da reprodução de hábitos da população do campo no espaço urbano. Os centros de lazer, chamados também de “ranchos” por seus freqüentadores, tornam-se durante os períodos livres dos trabalhadores urbanos e rurais, ponto de encontro para a revitalização da tradição, cujas manifestações se sobressaem pelos torneios de laços e pelas disputadas de corridas.

Além do trabalho e da produção agrícola no interior do espaço urbano, a reunião e a consolidação dos agrupamentos em torno da manutenção de manifestações rurais evidenciam a necessidade de construção social rural na cidade que se apresenta adiante aos limites da propriedade individual. A expressão da construção social rural, apesar de não se constituir ou basear-se como atividade produtiva, recria por outro lado, o imaginário da ruralidade e de sua representação à população rural abarcada pela cidade.

O público participante dos encontros provém de residentes de áreas rurais e urbanas, que buscam manter através das exposições promovidas pelos “ranchos”, a espontaneidade e suas raízes do campo. Em seu depoimento, um dos entrevistados freqüentador de um dos ranchos assim expôs este valor:

...No rancho podemos relembrar os tempos da roça e reencontrar os amigos. No domingo vem eu e meus filhos aqui para conversar e para ver as corridas. Acho que o rancho é importante porque ele reúne o pessoal e preserva os costumes da gente.

Embora o trabalho urbano tenha atuado no sentido de proporcionar um progressivo afastamento das populações rurais de seus costumes, determinados espaços criados com o intuito de favorecer encontro, competição e manifestação do modo de vida rural, sugere uma persistência da relação entre o campo e a cidade, principalmente entre os indivíduos provenientes de áreas rurais que se incluem nas atividades urbanas.

Encontram-se inseridos na malha urbana de Araranguá dois “ranchos”, promotores das competições e que servem como centro de organização e manifestações populares

da cultura tradicional rural introduzida no contexto da realidade tipicamente urbana. Os centros estão localizados nos bairros Lagoão e Araponga (cart.4).

A vivência rural presente na cidade e, em Araranguá especialmente, pode ser observada em várias propriedades que por meio das plantações, ou das “roças” como denominavam os entrevistados, reconstroem a paisagem rural no tecido urbano e ao longo do *continuum*. As propriedades, apesar das extensões pequenas das áreas de cultivo e de sua função específica à subsistência, o modo de vida rural se mantém, ainda que em escalas particulares.

A dedicação dos indivíduos envolvidos em atividades rurais no interior destas unidades, pouco parece se diferenciar daqueles que as preservam para fins de comercialização ou como fonte de rendimentos extras ao grupo familiar. Ao contrário, as atividades apresentam, sob esta perspectiva, características comuns da ligação da família às categorias terra e trabalho e da organização social rural a ela relacionada.

Desse modo, ainda que horizontalmente não corra uma homogeneidade de produção e das suas finalidades, o que implicaria em uma abordagem analiticamente diferenciada, a transversalidade da compreensão da cultura e da vivência rural nos esclarecem nuances importantes da funcionalidade dos subespaços. As evidências de campo mostraram que a influência da urbanidade e da urbanização sobre a população rural na cidade, encontra-se menos associada a produção em si, e mais vinculada à origem dos indivíduos. Portanto, a trajetória de inclusão do indivíduo de origem rural à cidade e sua alocação ao trabalho e/ou dinâmica urbana, forneceu-nos condições mais apropriadas a entender a “cultura rural” então estabelecida no interior do perímetro urbano de Araranguá.

Embora as especificidades do modo de vida rural não tenham, todavia, se configurado de forma análoga aos subespaços, tampouco estabelecido em um mesmo grau de inserção à economia e as categorias da “vivência urbana”, as territorialidades

criadas apontam similaridades. As similaridades se concretizam a medida em que os subespaços são fundadores da paisagem rural e de seus resquícios no espaço urbano.

Sob esta análise, vale destacar a dialética emergente que se sobressai a partir do ajustamento dos habitantes rurais na cidade e de sua integração ao trabalho e a reprodução do capital urbano e, em oposição, da manutenção de hábitos e do trabalho agrícola por esta população nos domínios da urbe. Quanto a questão, estudos realizados têm apresentado conclusões distintas acerca da interação dos habitantes rurais com a dinâmica e as particularidades da economia e da vida urbana.

Trabalhos como os de Durham (1984), sugerem o ajustamento do migrante à cidade, considerando sua transformação de trabalhador rural em trabalhador urbano e a aceitação conseqüente do novo estilo de vida proposto pela urbanização. Aliada a esta concepção, a pesquisa de Sarmiento (1978), ressaltou a renúncia de vários hábitos da vida rural dos migrantes que passaram a residir na cidade, constatando o fato de que as populações rurais não se encontram atreladas um tradicionalismo rígido.

Em direção contrária, estudos como os de Maia (1994), abordaram a vivência rural como escopo a compreender as singularidades do espaço urbano, revelando as imbricações do campo e da cidade. Para a referida autora, a permanência de hábitos e atividades rurais na cidade, deve-se tanto à necessidade de um recurso para a sobrevivência, como a uma vontade ou desejo de praticá-la. Na mesma direção, Lefévre (1991) e Veiga (2002), escreveram a respeito da existência de áreas rurais interiorizadas na malha urbana e inscritas pelos limites do perímetro urbano. Lefévre (1991) em sua obra revelou as discontinuidades da urbanização e a presença de resquícios rurais na cidade, enquanto que Veiga (2002), analisou a ineficácia da delimitação administrativa no intuito de considerar áreas e populações como rurais ou urbanas no caso brasileiro.

No bojo da discussão, as evidências empíricas em Araranguá conduzem a compartilhar da idéia da heterogeneidade e discontinuidades do espaço urbano, na qual

a permanência da dinâmica e da vivência demonstrou a vitalidade do modo de vida rural entre aquela população proveniente do campo. Por vezes, entretanto, a vivência ultrapassa o hábito, o prazer e, se estende a comercialização e a reprodução do trabalho rural como fonte de renda do grupo familiar. Por isso pretendeu-se deixar explícitos os níveis de envolvimento entre a atividade rural o segmento específico da população, sobretudo, considerando o *continuum* rural-urbano interposto. Diante ângulos distintos, matizes específicas da ruralidade, da funcionalidade e organização social dos subespaços se ressaltaram, partindo da paisagem, da dinâmica atuante e das entrevistas realizadas.

De qualquer forma, é inegável que o capitalismo e o modo de vida imposto, materializado pela urbanização, atua insistentemente a sobrepor-se sobre as vivências particulares da cidade e conduz a “necessidade” do ajustamento individual às referências ditadas pelo mundo urbano. Assim, a cidade de alguma forma acaba por proporcionar uma realidade diferenciada ao habitante rural urbanizado. Tal diferenciação ocorre pela influência seja do modo de vida pautado na mercadoria e na subordinação da mão-de-obra individual ao capital industrial e comercial, ou pelas relações de produção que paulatinamente se acionam no sentido de desestabilizar as manifestações rurais no espaço urbano (Oliven, 1984).

Neste contexto, o espaço urbano se estabelece como *locus* da multiplicidade de vivências e de contradições, o que lhe confere a fragmentação espacial como característica fundamental a compreendê-lo em sua essência. Os diferentes atores que constroem o espaço, os traços da ruralidade e da urbanidade em seu interior e o papel do Estado diante este cenário, repercute assim, nas discontinuidades da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou avançar sobre a análise de algumas categorias amplamente difundidas nas investigações acerca do espaço urbano e da cidade. Contudo, não se propôs a compreender a dinâmica destes espaços como um sistema fechado ou acabado. A preocupação constante foi a de levantar subsídios que pudessem acrescentar novas possibilidades e perspectivas à pesquisa urbana.

Neste sentido, o caminho percorrido pretendeu salientar o movimento da urbanização brasileira e seus reflexos sobre a escala local, ressaltando as particularidades, simbioses e diferenciações da construção do espaço urbano entre as escalas. A concentração temática baseou-se em observar a expansão urbana araranguaense e sua especificidade atrelada a condições mais generalizantes, desenvolvidas a partir da segunda metade do século passado.

Determinadas condições foram materializadas pela introdução de novos equipamentos e tecnologias no campo, pela industrialização do território e pela conseqüente consolidação da migração campo-cidade. Os referidos processos instituíram uma série de mudanças, seja no mundo do trabalho, ou no seio da própria sociedade, que imediatamente viu-se inserida na lógica de um capitalismo mais dinâmico.

O entendimento adequado das implicações produzidas pelos referidos fenômenos têm sido alvos de extensos estudos nas ciências humanas. Tais estudos se configuram por desenvolver categorias especializadas, apropriadas a conceber a funcionalidade, os resultados tanto passados quanto presentes decorrentes da urbanização, bem como das modificações atuantes sobre o espaço rural.

Todavia, quando analisados de modo fragmentado, estes processos revelam apenas uma realidade parcializada, um espectro da urbanização com concepções

limitadas. Os motivos que levam ao entendimento descontínuo do fenômeno ocorrem, por vezes, em virtude da complexidade envolvida em explicitar as conseqüências dos fenômenos observados na cidade e no campo. Em outras situações, a descontinuidade se dá em razão da presença de um “didatismo” que inclui clivagens a discussões mais aprofundadas acerca das relações entre os respectivos temas.

Na geografia, estudos que se preocupam em compreender a dinâmica dos subespaços e as distintas formas de contato campo-cidade ainda são bastante escassos. Embora a ciência geográfica disponha de um bom número de categorias capazes de serem aplicadas e aprofundadas em um trabalho dessa natureza, há uma certa insistência entre alguns autores em abordar o “mundo rural” e o “mundo urbano” sob esferas incomunicáveis. Talvez isso se explique por uma possível “tradição” em se conceber a Geografia Urbana e a Geografia Rural como disciplinas distantes, dualistas e desarticuladas.

Portanto, sob a perspectiva geográfica, cabe acrescentar o merecimento de uma construção epistemológica mais consistente em relação à dialética do espaço considerando a presença de atividades rurais na cidade e o aprofundamento das questões relativas ao contato rural-urbano. Vale lembrar que os estudos da realidade rural iniciaram-se na França a partir das contribuições dos historiadores e dos geógrafos. Este grupo de pesquisadores, representantes da Escola de Geografia Humana orientados por Max Sorre, forneceu grandes estímulos às investigações sobre o rural naquele país, alastrando-se a outras ciências sociais.

Nos períodos posteriores a esse momento, os trabalhos voltados a analisar o espaço rural de maneira integrada e em uma concepção de conjunto, ressaltando suas articulações com o espaço urbano, não tem se realizado com freqüência entre os geógrafos. No Brasil em particular, cabe salientar que temos uma Geografia Rural ainda muito associado (e por vezes confundida) às questões e aos estudos predominantemente

agrários. Entretanto, como se ansiou salientar, o rural se coloca adiante das abordagens exclusivamente agrárias, não obstante ele as inclui.

O trabalho realizado em Araranguá apresenta-se como uma tentativa de perceber as intersecções entre a urbanização, a expansão urbana e a permanência de territorialidades rurais na cidade, embora devam ser levadas a cabo as devidas restrições desta contribuição quanto as variabilidades analíticas e sua aplicabilidade a compreensão de um conjunto maior de subsistemas. Como se esteve atento a um estudo de caso considerou-se, principalmente, a paisagem colocada, a dinâmica particular do espaço urbano e dos subespaços rurais presentes, ou seja, a interface entre a urbanidade e a ruralidade na escala local.

O recorte espacial mostrou-se, por conseguinte, como uma inflexão na proposição de uma abordagem mais plena e abrangente. Assim, quando se estudou a dinâmica e a vivência rural no espaço urbano araranguaense, considerou-se a ampliação das categorias analíticas a medida em que se acentuavam as complicações em relação objeto de investigação colocado. A incorporação de categorias específicas aconteceu com o intuito de responder a questionamento mais proeminentes, não se estendendo indiscriminadamente. De qualquer modo, pretende-se que o estudo sirva como referência a delinear trajetórias a investigações posteriores.

Como sugestões, situam-se as exigências em apurar de forma mais meticulosa as relações entre os subespaços rurais e as áreas em seu entorno, tendo em vista a configurações sócio-espacial presente e seus possíveis conflitos. Durante as entrevistas de campo, houve a transparência, em alguns momentos, de situações onde a propriedade ou a manutenção de atividades rurais espaço urbano, apresentou-se como um hábito inoportuno conforme o julgamento dos moradores das áreas adjacentes.

A localização destes estabelecimentos em áreas urbanas, onde o adensamento populacional é freqüentemente uma circunstância característica, converge

ocasionalmente, a gerar desagrados pela presença dos elementos do campo na cidade. As reclamações são oriundas, sobretudo, dos proprietários de terras e de construções vizinhas. As queixas se estabelecem de acordo com a atividade praticada. No caso das áreas marginais às propriedades produtores de fumo, as queixas ocorrem em virtude da excessiva aplicação de agrotóxicos sobre as plantações; em alguns estabelecimentos de criação eqüina e bovina, pelas más condições de instalação e pelas condições de higiene; em áreas de pastagens, pelo descomprometimento de alguns de seus proprietários pela limpeza dos terrenos.

Paralelamente aos assuntos tratados, uma iniciativa pertinente consistiu em averiguar a interferência dos agentes públicos financiados pelo Estado que exercem “controle” imediato sobre estas atividades. As formas de atuação dos organismos ligados à saúde pública, especialmente a vigilância sanitária, bem como um aprofundamento nas legislações que tratam dos usos e atividades permissíveis no espaço urbano, confrontando-as com as dinâmicas dos subespaços rurais, poderão a vir render bons resultados e contribuições ao debate.

Outrossim, como enriquecimento à discussão urbana, torna-se sugestivo relacionar à confluência entre a análise locacional, dinâmica e social dos subespaços rurais e sua assimilação ou exclusão a partir dos institutos e das estruturas demandadas pelo Estado que visam promover o planejamento urbano. Em Araranguá, especificamente, as áreas recentemente ocupadas, resultantes da expansão urbana sobre o espaço rural do município, repercutem em novos traçados da cidade. Isso ocorre, principalmente, haja vista os novos loteamentos não respeitarem, geralmente, os planos de arruamentos e desenhos da cidade anteriormente propostos. Em âmbito mais abrangente, como ressaltado, as limitações impostas pelo deficiente método de delimitação entre áreas rurais e urbanas, assim como os interesses fiscais envolvidos

nessa proposta permitem estipular a expansão do perímetro urbano que pouco considera as distinções territoriais e sociais entre as populações do campo e da cidade.

Das sugestões aludidas, derivam-se demais interrogações que precisam ser respondidas. Entre outras, as que dizem respeito tanto a instalação e a manutenção de hábitos e atividades rurais, quanto as expectativas dos subespaços rurais de se portarem como elementos “intrusos” no espaço urbano. A pesquisa realizada em Araranguá elencou as conjunturas impostas de maneira mais corrente e que proporcionaram a substituição da terra rural em urbana, ao mesmo tempo em que se preocupou em perceber o novo momento colocado pela urbanização e sua influência sobre a divisão do trabalho pelo território.

O novo momento, influenciado pela técnica e pelas “condições” que a cidade passou a oferecer, não se impôs de maneira imune aos indivíduos rurais inscritos pela delimitação administrativa urbana, menos ainda sobre as gerações mais jovens. O enfraquecimento na transmissão das vivências e das dinâmicas atuantes nos subespaços pelos mais jovens, entretanto, nem sempre acontece sob o pretexto do desinteresse de tais heranças ou em razão das comodidades oferecidas pela cidade.

Em parte, a “desterritorialização” tem suas causas no anseio e nos incentivos à inserção dos jovens ao trabalho urbano, sendo resultado da concepção amplamente difundida do trabalho rural como característica do atraso. Assim, segundo os indivíduos provenientes de áreas rurais, o trabalho urbano costuma ser entendido como uma possibilidade concreta de melhoria de rendimentos e de oferecimento irrestrito aos “deleites” da cidade.

A realidade mencionada vai de encontro ao observado, ou seja, os escassos ganhos conduzem a precárias condições de vida das famílias que sobrevivem exclusivamente das atividades rurais. A referida situação confere uma realidade permeada por dificuldades de várias ordens, tornando-se assim, um complicador a mais à

transmissão das práticas e vivências rurais aos mais jovens. Desta maneira, a introdução ao trabalho urbano formal continua sendo cultuado como uma perspectiva às gerações futuras em possibilitar vivenciar o “mundo urbano” de fato.

Destaca-se, portanto, a influência do processo de urbanização sobre os “modos de vida” e, da cidade, como espaço de “fetiche” do trabalho mais rentável e abundante. Colocada dessa maneira, a assimilação do indivíduo por meio das formas da divisão do trabalho presente neste espaço conduz, conseqüentemente, à extensão da idéia do emprego urbano formal como condição irrestrita à vivência cidadina.

A valorização assumida pela inserção ao trabalho urbano formal, relacionado às melhorias proporcionadas pelas políticas direcionadas à cidade nas últimas décadas, contribuiu significativamente à concepção desta como fundamento à constituição da urbanidade. Sendo percebidas como prerrogativas incondicionais à inserção do indivíduo a organização social urbana de maneira plena, as etapas da divisão do trabalho estabelecidas na cidade, encontram-se, atualmente, revestidas pela criação e consolidação de um sentido de vida que somente poderá vir a ser conquistada a partir delas.

A cidade, palco do capitalismo urbano-industrial por excelência é exigente da mão-de-obra disponível, de indivíduos destituídos do capital e de suas ferramentas de trabalho. As dinâmicas dos processos que envolvem o capital são as responsáveis, em certa medida, pela complexa construção do espaço urbano sobre o capitalismo, refletindo as vivências heterogêneas presentes na cidade.

Os avanços da cidade sobre as áreas rurais estendem-se, porém, além da atração do capital industrial ou comercial. O avanço ocorre também fisicamente, envolvendo agentes urbanos particulares que se encontram inseridos nas contrariedades do modo de acumulação vigente. A atuação dos agentes responsáveis em promover o espaço urbano

sobre a égide do capital, reafirma o sentido unilateral engendrado pela urbanização que procura instituir um “modo de vida total”.

As conseqüências imediatas destas ações em escala local podem ser verificadas em instâncias que se alargam desde a identificação do fluxo migratório campo-cidade, à substituição progressiva da terra como valor de uso pelo seu valor de troca. As evidências da pesquisa de campo mostraram que o vínculo entre a terra e a população rural, repercutem diretamente sobre sua capitalização, haja vista que as propriedades rurais, células de vazios urbanos, tornam-se constantemente alvos da especulação imobiliária dos agentes produtores do espaço da cidade. O processo de capitalização da terra rural, entretanto, não é homogêneo nem ocorre em todas as instâncias. De modo intercalado, do centro às margens do perímetro urbano, certas áreas não abarcadas pela expansão urbana resistem e permanecem como reservas de valor.

As iniciativas de especulação imobiliária sobre as terras da periferia urbana e a permanência de propriedades rurais, resulta em um contexto que se exprime pela própria fragmentação apresentada pelo espaço urbano, que é imediatamente articulado. Contudo, as diferenciações do espaço, materializado pelo movimento da cidade, não pode ser abarcado apenas por meio das estruturas. Ao contrário, o espaço urbano compõe-se de um corpo social que promove territorialidades particulares na cidade.

Percorrendo os bairros do perímetro urbano araranguaense e tendo em vista os citados pressupostos, torna-se adequado salientar que a atividade rural praticada nas propriedades, além de ressaltarem uma rugosidade espacial, representam uma identidade, uma territorialidade específica. Tal territorialidade é reflexo condicionante do capitalismo, mas é igualmente uma composição social, uma construção sócio-espacial do lugar do homem rural na cidade. A dinâmica de transformação do espaço geográfico apresenta uma estreita relação com a sociedade e com os usos que ela faz dos recursos disponíveis.

Como parcela desta sociedade urbana e de sua configuração territorial, os indivíduos oriundos do campo e inseridos na cidade, são criadores de uma paisagem heterogênea no interior do perímetro urbano, delimitando territorialidades específicas nos domínios do espaço urbano. A prática de atividades rurais fortalece a presença de uma paisagem particular que é confirmada pelas configurações que assume, seja pela produção ou uso da terra realizado nas propriedades.

Por outro lado, as investidas do capital não se apreendem exclusivamente ao espaço urbano, ao mesmo tempo em que o processo de urbanização representa, essencialmente, um devir. A urbanização e a expansão urbana compreendem fenômenos que apesar de suas aparências momentâneas de estabilidade, caracterizam-se por apresentar movimentos contínuos e doravante inacabados.

Deste modo, o espaço urbano constitui-se sempre com um espaço em construção, acrescido de novas complexidades e de territorialidades diferenciadas. Sob esse ponto de vista, a reflexão acerca da permanência de subespaços rurais no espaço urbano como uma fração do território a ser posteriormente suplantado pela urbanização, representa uma verdade apenas relativa. Os subespaços rurais estabelecidos na malha urbana e ao longo do *continuum* espacial rural-urbano, definem-se como rugosidades que apresentam dinâmicas e vivências rurais específicas na cidade. Os subespaços, contudo, não estão imunes as lógicas da economia urbana, ainda que inseridos de maneira particular às estruturas e à funcionalidade cidadina. Logo, considerá-los como entidades neutras e desarticuladas da composição urbana, mostra-se pouco pertinente.

Evidentemente que em alguns casos, os subespaços rurais podem sentir-se pressionados, sobretudo pelas vias da especulação a transformar-se em propriedades estritamente de “uso” urbano. Esta é uma tendência concordante quando se pensa a cidade como um espaço da ação do capital que busca homogeneizar seu território e suas vivências. As rugosidades, assim como as áreas do *continuum* encontram-se

constantemente em construção e reconstrução. O fenômeno acontece seja pela manutenção de atividades rurais pelos indivíduos provenientes do campo na cidade, ou em virtude da expansão urbana que procura estabelecer indefinidamente a urbanização e seus conteúdos sobre o espaço rural.

Nesta direção, a possível concepção dos subespaços rurais como eventos pontuais, concebidos a mercê da especulação imobiliária capitalista, confronta-se com as próprias territorialidades desenvolvidas nos subespaços e o processo de expansão urbana contínua. Desta maneira, admitir o espaço urbano como um circuito fechado de atividades e modos de vida, especificamente em Araranguá, representa desconsiderar as iniciativas do capital (e de suas contrariedades), sobre a cidade e sobre o campo.

No estudo realizado em Araranguá, verificou-se que esta postura é imprescindível a fim de proporcionar uma maior fidelidade ao diagnóstico da paisagem estudada e suas relações com o espaço socialmente construído. A noção de diferenciação dos subespaços rurais é fundamental em uma perspectiva de absorvê-lo como objeto pertinente de mudanças e de singularidades de acordo com o movimento da urbanização e da ação do capital.

Em âmbito local, o estudo procurou discutir as diferenciações sob as condicionantes da formação socio-espacial e das iniciativas dos agentes urbanos sobre o território. A assimilação dessas condicionantes procurou estar ladeado às iniciativas e lógicas contraditórias da reprodução do capital urbano. Além disso, de forma circunstancial, ousou-se promover amarrações dessas discussões em um contexto mais extenso e que permitisse uma comunicação mais corrente entre as escalas.

Cabe ponderar, finalmente, que ampliar as categoriais de análise e gerar condições a perceber essas novas faces da ruralidade, diante o cenário da urbanização e dos novos empreendimentos que concretiza, corresponde a questão central a ser reconhecida e melhor esclarecida. A identificação de subespaços rurais ao longo do

continuum rural-urbano e mesmo no interior da cidade, como pôde ser apresentado no caso araranguaense, revela a emergência em compreender um “novo” rural ou “novo” urbano, sem comprometer seus conteúdos heurísticos. Esta é uma tarefa a ser cumprida, especialmente pela geografia.

O trabalho fornece igualmente margens a compreensão mais detalhada do contato rural-urbano e das especificidades da constituição do espaço da cidade. O acréscimo desse feito se ressalta na medida em que mesmo sob as evidências de atividades e modos de vidas rurais presentes no espaço urbano, as dinâmicas e vivências tem sido, freqüentemente desconsideradas em estudos sobre o município.

Na atualidade, Araranguá apresenta um processo de expansão urbana que permanece se estendendo e abarcando áreas predominantemente rurais. Concomitantemente, subespaços rurais conferem à cidade uma paisagem combinada entre o “mundo rural” e o “mundo urbano”, de forma heterogênea, ainda que articulada. A apreensão dessa realidade constitui o ponto de partida para novas investigações, quiçá intervenções, que considerem a dialética do espaço urbano araranguaense assim constituído.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

CAMPOS, Bernardino de S.; DALL'ALBA, João L. (org.). **Memórias do Araranguá**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CAMPOS, Dejalma. **Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR**. São Paulo: Atlas, 1993.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal Rurbano**: Campo e Cidade no Imaginário de Jovens Rurais. In: F.C. Teixeira da Silva e outros (orgs). **Mundo Rural e Política**. R.J. Pronex/Ed. Campus, 1998.

CORAGGIO, José Luis. **La construccion de una economia popular**: via para el desarrollo humano. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires – Faculdade de Ciências Sociais – Secretaria de Posgrado: noviembre, 1993.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1999.

DA SILVA, ANELINO F. **A Relação Cidade-Campo**: Como Analisá-la? Natal : Imagem Gráfica e Editora, 1998.

DA SILVA, Graziano José. **A modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Sobre a Delimitação do Rural e do Urbano no Brasil**: testando as aberturas geográficas dos novos PNADs. XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, agosto, 1997. p.p. 114-146.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização Que é**. Brasília: Massangana, 1982.

FROEHLICH, J.M. **Gilberto Freyre, a História Ambiental e a 'rurbanização'**. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. II (2): p.p 281-301, jul-out. 2000.

GIDDENS, Antony. **Sociologia: Uma Breve Porém Crítica Introdução**. Rio de Janeiro : Zahar, 1984.

HOBOLD, Paulo. Histórias do Grande Araranguá. **Araranguá : Orion, 1994**.

HORTON, Paul B.; HUNT, Chester L. **Sociologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Censitários: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000**. Rio de Janeiro: . FIBGE, 2002.

KELLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU/USP, 1980.

LAGES, Vinícius N.; TEIXEIRA, Márcio Antônio. **Transformações no Espaço Rural e a Geografia Rural: Idéias para Discussão**. Revista de Geografia, Universidade Estadual Paulista/UNESP, vol. 14, São Paulo, 1997. p.p 9-33.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFÉBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo : Moraes, 1991.

_____. **A Cidade do Capital**. 2ª ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2001.

_____(a). **Problemas da Sociologia Rural**. In: MARTINS, José de S. (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. Col. Estudos Rurais. São Paulo : Hucítec, 1986, p. 141-191.

_____ (b). **Perspectiva da Sociologia Rural**. In: MARTINS, José de S. (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. Col. Estudos Rurais, São Paulo : Hucitec, 1986, p.163-198.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **A Cidade contra o Campo**. In: BRANCHER, Ana. História de Santa Catarina . Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1999, p. 41-60.

LUGINBUHL, Y. **Le rurale pour penser la nature?** In: Du rurale à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui. Paris: ARF, L'Harmattan, 1989.

MAIA, Doralice Sátyro. **O Campo na Cidade: Necessidade e Desejo**. Dissertação [Mestrado] em Geografia PPGG/UFSC : Florianópolis, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. Revista de Estudos Rurais. Hucitec : São Paulo, 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, Karl. ; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATTHEWS, Anne Martin. **Variations in the Conceptualization and Measurement of Rurality: Conflicting Findings on the Elderly Widowed**. Grã-Bretanha, Journal of Rural Studies, vol. 4, nº2, pp. 141-150, 1988.

MILLER, M.K & LULOFF, A. E. **Who is Rural?** A typological approach to the examination of rurality. USA, Rural Sociology, nº 46, p.p. 608-625, 1981.

MINATTO, João M. **As Transformações no Espaço Agrário e a Lógica da Reprodução na Agricultura Familiar**. O Exemplo de Turvo – SC. Dissertação [Mestrado] em Geografia PPGG/UFSC, Florianópolis, 2001.

MORAES, Antônio C. R. **Ideologias Geográficas**. 3ª ed. São Paulo : Hucitec, 1996.

NETO, Wenceslau G. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1997.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis : Vozes, 1984.

PEREIRA, Marta N. Um Estudo sobre Araranguá. **Trabalho de Conclusão de Curso em História. UFSC, Florianópolis, 1984.**

PEREIRA, Elson M. **Gestão do Espaço Urbano**: Um Estudo de Caso das Áreas Central e Continental da Cidade de Florianópolis. Dissertação [Mestrado] em Administração CPGA/UFSC : Florianópolis, 1992.

PIMENTA, Margareth de C.A. **Araranguá**: Expansão e Plano Urbano. Revista Geosul, Ed. UFSC, v. 15, nº 29, p. 79-109 . Florianópolis, 1998.

RICHARDSON, Roberto J.; PERES, José A. de S. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 2ª ed. São Paulo : Atlas, 1985.

ROGERS, Everett; RABEL, Burge. **Social Change in Rural Societies**. Nova York, USA : Appleton – Century – Crofts, 1972.

SANTA CATARINA. Atlas Escolar. Secretaria Estadual de Educação: Florianópolis, 1956.

SANTA CATARINA. Atlas Escolar. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos, Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SANTO, Evelise E. **Agricultura em Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SARMENTO, Walney M. **Sociologia Rural: Seleção de Textos**. 2ª ed. Salvador: UFBA, 1978.

SEBEN, Cristhiane. **A dimensão do rural**: reflexão crítica sobre a delimitação administrativa ilustrada pela análise de quatro municípios catarinenses. Dissertação [Mestrado] em Agroecossistemas, PGAE/UFSC, Florianópolis, 2001.

SOLARI, Aldo. **Sociologia Rural Latinoamericana** : Paidós : Buenos Aires, 1971.

SOROKIN, Petrin A.; ZIMMERMAN, Carlos C.; GALPIN, Charles J. Diferenças Fundamentais entre o Mundo Rural e o Mundo Urbano. In: MARTINS, José de S. (org.) **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. Col. Estudos Rurais. São Paulo, Hucitec: 1986 p.p.: 199-224.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção de Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STRAMARE, Odilon A.; HEIDRICH, Álvaro L. **Cidade Rururbana: Como um dos locais em que ocorre o encontro de culturas**. Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE: Florianópolis, 2003, p.p. 986-995.

STROPASSOLAS, Walmir L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2002.

TEIXEIRA, Manuel C. **A Influência dos Modelos Urbanos Portugueses na Origem da Cidade Brasileira**. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo : UFBA, Salvador, 2002.

TAYLOR, Miller L.; JONES, A.R. **Rural Life in Urbanized Society**. Fair Lawn, N.J., Oxford University Press, 1964.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

VEIGA, José E. da. **Cidades Imaginárias - O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas : Editores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. **O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. *Anais*. Natal, XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1997.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Revista de Estudos Rurais. São Paulo – Brasília: Hucitec – Edunb, 1995.

ZANCHET, Maria S.; HOFFMANN, Rodolfo. **Estrutura Agrária, Modernização e Distribuição de Renda na Agropecuária Catarinense, em 1980**. Dissertação [Mestrado] em Agronomia : Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1990.

ZERBI, Maria C. **Geografia Delle Aree Periurbane : Il Pavese**. Milão, Itália: Unicopli Milano , 1979.